



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

## ATA N.º 5/2018

----- Aos catorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito, nesta cidade de Gouveia, edifício dos Paços do Concelho e Salão Nobre, pelas vinte horas, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal de Gouveia, com o objetivo de dar cumprimento à respetiva Ordem de trabalhos.-----

### I – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”

- a) Apreciação e votação da Ata da Reunião da Sessão Ordinária de 28 de setembro de 2018
- b) Informações e leitura resumida do Expediente
- c) Inscrição de membros da Assembleia que pretendam intervir
- d) Direito de resposta do Presidente da Câmara ou de quem o substitua

### II - PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”

### III - PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”

- Ponto 1** - Discussão e votação da Proposta de Nomeação do Auditor Externo BDO & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais, Lda, para certificação legal das contas de 2018 e 2019
- Ponto 2** - Discussão e votação da Proposta de Lançamento de Derrama para 2019
- Ponto 3** - Discussão e votação da Proposta de Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis para 2019
- Ponto 4** - Discussão e votação da Proposta relativa à Participação Variável do Município de Gouveia no IRS – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
- Ponto 5** - Discussão e votação da Proposta de Fixação da TMDP – Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2019
- Ponto 6** - Discussão e votação da Proposta de Manutenção da Tabela de Taxas e outras Receitas do Município de Gouveia, aprovada para o ano 2015, para vigorar no ano de 2019
- Ponto 7** - Discussão e votação da Proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Gouveia para o ano de 2019
- Ponto 8** - Discussão e votação da Proposta de Isenção de Taxas dos utilizadores do Mercado Municipal Provisório, até fevereiro de 2019
- Ponto 9** - Discussão e votação da Proposta de Aprovação das Condições de Aplicação dos Incentivos à Reabilitação Urbana – Taxas Municipais



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

- Ponto 10 -** Discussão e votação do Pedido de Isenção do Pagamento de Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) para Apoio a Investimento realizado na área do Município formulado pela empresa SEACAMPO, Sociedade Agrícola Lda.
- Ponto 11 -** Discussão e votação da Proposta de "Constituição de Empresa Intermunicipal (Município de Gouveia, Município de Seia, Município de Oliveira do Hospital, Município de Fornos de Algodres e Município de Celorico da Beira) e Integração do Município de Gouveia na mesma, bem como a Agregação dos Serviços de Água, Saneamento e outros Serviços."
- Ponto 12 -** Discussão e votação da Proposta de Aprovação da Delimitação das seguintes Áreas de Reabilitação Urbana: ARU de Aldeias (inclui os aglomerados de Alrote, Eira e São Cosmado), ARU de Arcozelo da Serra, ARU de Figueiró da Serra, ARU de Folgoso, ARU de Freixo da Serra, ARU de Lagarinhos, ARU de Mangualde da Serra, ARU de Melo e Nabainhos (inclui os aglomerados de Melo e de Nabainhos), ARU de Moimenta da Serra, ARU de Nabais, ARU de Nespereira (inclui os aglomerados de Nespereira e Bairro de Santo António), ARU de Novelães, ARU de Paços da Serra, ARU de Póvoa da Rainha, ARU de Ribamondego, ARU de Rio Torto, ARU de São Paio, ARU de Vila Cortês da Serra, ARU de Vila Franca da Serra e ARU de Vinhó.
- Ponto 13 -** Discussão e votação da Proposta apresentada pela Bancada Municipal da CDU sobre o tema relacionado com o Abastecimento de Água
- Ponto 14 -** Discussão e votação da Recomendação apresentada pela Bancada Municipal da CDU relativamente à deficitária iluminação na cidade, seus arredores e vias de comunicação
- Ponto 15 -** Informações das Atividades do Senhor Presidente e Situação Financeira a 06/12/2018

15 ----- Procedeu-se à chamada dos Membros da Assembleia Municipal, tendo-se  
16 verificado as seguintes presenças:-----  
17 ----- Luís António Vicente Gil Barreiros (PPD/PSD), Ana Paula Casegas  
18 Pardal Duarte Freitas (PS), Cristina Rodrigues da Silva Esteves (PPD/PSD),  
19 Susana Isabel Marques dos Santos Seara Pires de Andrade (PPD/PSD),  
20 Fernando António Figueiredo Silva (PS), Sérgio Lopes Ferreira (PPD/PSD),  
21 Cezarina da Conceição Santinho Maurício (PS), Ricardo Filipe Morgado de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

22 Sousa (PPD/PSD), Arminda Isabel Carvalho do Nascimento Rebelo (PPD/PSD),  
23 Ana Cristina Dias Oliveira (PS), Nuno Filipe Pereira Figueiredo (PPD/PSD),  
24 José António Rodrigues Manta (PS), Ana Paula Alves Morgado Mendes  
25 (PPD/PSD), Joaquim Carvalho Isidro (PPD/PSD), Maria de Lurdes Paraíso  
26 Ferreira (PS), Fernando José Cabral da Silva (CDS-PP), Cátia Sofia Ferreira  
27 Caramelo (PPD/PSD), Rui Filipe Lopes Martins Garcia Monteiro (PS), Daniela  
28 Figueiredo Gomes de Oliveira (PPD/PSD), Constantino Duarte Gomes de Matos  
29 (CDU), António de Jesus Viegas Nogueira (PPD/PSD), Vítor Manuel da Silva  
30 Albuquerque (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de  
31 Aldeias e Mangualde da Serra), Valdemar José Brites Ribeiro (Substituto Legal  
32 do Presidente da Junta de Freguesia de Arcozelo da Serra), Virgínia Manuela  
33 Baptista Garrido de Araújo (Presidente da Junta de Freguesia de Cativeiros),  
34 Maria Elisabete Almeida Lopes Guerrinha (Presidente da Junta de Freguesia da  
35 União das Freguesias de Figueiró e Freixo da Serra), Fernando Manuel Carmo  
36 Henriques (Presidente da Junta de Freguesia de Folgoso), João José Amaro  
37 (Presidente da Junta de Freguesia de Gouveia), Salvador da Cruz Dias  
38 (Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Melo e Nabais),  
39 Carlos António Videira Coelho (Presidente da Junta de Freguesia da União de  
40 Freguesias de Moimenta da Serra e Vinhó), Vítor Manuel dos Santos Quaresma  
41 (Presidente da Junta de Freguesia de Paços da Serra), Pedro Miguel Santos  
42 Monteiro (Presidente da Junta de Freguesia de Ribamondego), Gonçalo Luís  
43 Chouzal do Nascimento (Presidente da Junta de Freguesia da União das  
44 Freguesias de Rio Torto e Lagarinhos), Glória Cardoso Lourenço (Presidente da  
45 Junta de Freguesia de São Paio), Avelino Zacarias Sequeira Tente (Presidente da  
46 Junta de Freguesia de Vila Cortês da Serra), Carlos Manuel Santinho Pacheco  
47 (Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Serra) e Marco António  
48 Marvão Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Tazem).-----  
49 ----- Solicitaram os membros da Assembleia António José Ferreira Machado  
50 (PPD/PSD), Maria Helena Marques Gonçalves (PPD/PSD), Pedro Emanuel  
51 Brazete Pereira Antunes Marques (PPD/PSD), Mário José Gaudêncio Bento  
52 (PS) e Diogo João Ferreira Cardoso de Oliveira Cardona (PPD/PSD) a respetiva  
53 substituição, ao abrigo do n.º 1 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de  
54 setembro, com a redação introduzida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro,  
55 cabendo a mesma a Cristina Rodrigues da Silva Esteves (PPD/PSD), Sérgio  
56 Lopes Ferreira (PPD/PSD), Joaquim Carvalho Isidro (PPD/PSD), Rui Filipe  
57 Lopes Martins Garcia Monteiro (PS), António de Jesus Viegas Nogueira  
58 (PPD/PSD), nos termos do art.º 79.º do citado diploma legal.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

59 ----- Foi o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Arcozelo da Serra,  
60 substituído pelo respetivo substituto legal por ele designado, nos termos da  
61 alínea c) do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

62 ----- Justificou, antecipadamente, a sua ausência o Senhor Presidente da Junta  
63 de Freguesia de Nespereira.-----

### 64 **I – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”**

65 ----- Considerando que a Assembleia reunia o número legal suficiente para  
66 deliberar, o Senhor Presidente da Mesa declarou aberta a sessão.-----

#### 67 **a) Apreciação e votação da Ata da Sessão Ordinária de 28 de junho de 2018**

68 ----- O Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Ata da Sessão  
69 Ordinária de 28 de setembro de 2018 que, após a introdução das correções  
70 propostas pelos Senhores Deputados Rui Filipe Monteiro (PS) e Maria de  
71 Lurdes Paraíso, foi a mesma aprovada, por maioria, com as abstenções dos  
72 membros da Assembleia Ana Paula Casegas Pardal Duarte Freitas (PS),  
73 Fernando António Figueiredo Silva (PS), Fernando José Cabral da Silva (CDS-  
74 PP), Constantino Duarte Gomes de Matos (CDU), Cristina Rodrigues da Silva  
75 Esteves (PPD/PSD), Sérgio Lopes Ferreira (PPD/PSD), Joaquim Carvalho Isidro  
76 (PPD/PSD), Valdemar José Brites Ribeiro, Salvador da Cruz Dias e Carlos  
77 António Videira Coelho, por não terem estado presentes na respetiva reunião.----

#### 78 **c) Informações e leitura resumida do Expediente**

79 ----- A 1.ª Secretária da Mesa, Ana Paula Alves Morgado Mendes (PPD/PSD),  
80 deu conta da correspondência recebida, desde a efetivação da última reunião da  
81 Assembleia Municipal e que a seguir se discrimina: -----

82 i) **Deputado Fernando José Cabral da Silva:-** Comunica a sua  
83 substituição à sessão ordinária de 28 de setembro de 2018 pela eleita Dina  
84 Neiva;

85 ii) **Presidente da Câmara Municipal de Gouveia:-** Solicita informação  
86 referente a dotações a inscrever no Orçamento Municipal relativa ao  
87 funcionamento da Assembleia Municipal;

88 iii) **Deputado Constantino Duarte Gomes Matos:-** Envio de Moção  
89 “Transferência de Competências” para apreciação na sessão da  
90 Assembleia de 28 de setembro de 2018;

91 iv) **Deputada Maria Helena Gonçalves:-** Pedido de substituição à sessão  
92 ordinária de 28 de setembro de 2018;

93 v) **Deputado Fernando António Figueiredo Silva:-** Pedido de  
94 substituição à sessão ordinária de 28 de setembro de 2018;

95 vi) **Presidente da Junta de Freguesia de Vinhó:-** Comunica a sua  
96 substituição à sessão ordinária de 28 de setembro de 2018, pelo seu  
97 substituto legal Eduardo Trepado;



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

- 98       vii) **Casa do Povo de Vila Nova de Tazem:-** Envio de convite para estar  
99       presente na “I Feira Gastronómica “A Alambicada”, que decorreu nos dias  
100       28, 29 e 30 de setembro;
- 101       viii) **Deputada Daniela Figueiredo Oliveira:-** Justificação de falta à  
102       sessão ordinária de 28 de setembro de 2018;
- 103       ix) **Presidente da Assembleia Municipal de Boticas:-** Envio de  
104       documento remetido pelo Tribunal de Contas a esta Assembleia  
105       Municipal a solicitar fundamentação acerca do processo de adesão à  
106       ANAM – Associação nacional de Assembleias Municipais;
- 107       x) **Deputado Constantino Duarte Gomes de Matos:-** Comunica a sua  
108       substituição à sessão ordinária de 28 de setembro de 2018 pela eleita  
109       Maria Açucena Mendes do Carmo;
- 110       xi) **Grupo Parlamentar Os Verdes:-** Envio para conhecimento o teor do  
111       Projeto de Resolução n.º 1832/XII/4.ª que recomenda ao Governo que os  
112       nós de acesso às Autoestradas sejam iluminados;
- 113       xii) **Presidente da Direção da Associação de Beneficência Popular de**  
114       **Gouveia:-** Agradecimento pelos cumprimentos dirigidos a esta Instituição  
115       a propósito da honrosa distinção como Membro Honorário da Ordem de  
116       Mérito;
- 117       xiii) **Presidente da Câmara Municipal de Gouveia:-** Envio de proposta  
118       de Orçamento Municipal para o ano económico de 2019;
- 119       xiv) **Gabinete do Senhor Primeiro Ministro:-** Acusa a receção da Moção  
120       “Pela Abolição das portagens na A23 e A25”;
- 121       xv) **AEDREL:-** Envio de convite para inscrição na sessão sobre Florestas,  
122       que teve lugar no dia 9 de novembro, no Porto;
- 123       xvi) **Junta de Freguesia de São Paio:-** Envio de convite para estar  
124       presente na Feira e Cultura e XIX Festival de Sopas da Serra da Estrela,  
125       que decorreu nos dias 10 e 11 de novembro de 2018;
- 126       xvii) **Presidente da Câmara Municipal da Mêda:-** Envio de convite para  
127       estar presente na Sessão Solene da Comemoração do Feriado Municipal,  
128       que decorreu no dia 11 de novembro;
- 129       xviii) **Presidente da Câmara Municipal da Mêda:-** Envio de convite para  
130       participar no Seminário “Falha da Vilarça – Risco sísmico e resposta de  
131       emergência”, que decorreu no passado dia 17 de novembro;
- 132       xix) **AEDREL:-** Pedido de informações acerca do funcionamento da  
133       Assembleia Municipal para publicação no n.º 8 da Revista das  
134       Assembleias Municipais;
- 135       xx) **AEDREL:-** Pedido de informações acerca de iniciativas desta  
136       Assembleia Municipal;





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

- 137      xxi) **Presidente da Câmara Municipal da Mêda:-** Envio de convite para  
138      estar presente no Encontro Nacional de Enólogos, que teve lugar nos dias  
139      24 e 25 de novembro;
- 140      xxii) **Direcção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários**  
141      **de Gouveia:-** Envio de convite para a Ceia de Natal desta Associação,  
142      que terá lugar no dia 15 de dezembro;
- 143      xxiii) **Junta de Freguesia de Vila Franca da Serra:-** Envio de convite para  
144      estar presente na Feira Franca e Mostra Gastronómica, que se realizou no  
145      dia 2 de dezembro de 2018;
- 146      xxiv) **Deputado Mário Gaudêncio Bento:-** Pedido de substituição na  
147      sessão ordinária de 14 de dezembro de 2018;
- 148      xxv) **Deputado Diogo Cardoso de Oliveira Cardona:-** Pedido de  
149      substituição na sessão ordinária de 14 de dezembro de 2018;
- 150      xxvi) **Presidente da Câmara Municipal de Gouveia:-** Vem indicar as  
151      propostas da Câmara Municipal para a ordem de trabalhos da 5.ª sessão  
152      ordinária da Assembleia Municipal de Gouveia;
- 153      xxvii) **Deputado Constantino Duarte Gomes Matos:-** Envio de Proposta  
154      sobre o tema relacionado com o Abastecimento de Água para apreciação  
155      na sessão da Assembleia de 14 de dezembro de 2018;
- 156      xxviii) **Deputado Constantino Duarte Gomes Matos:-** Envio de  
157      Recomendação relativamente à deficitária iluminação na cidade, seus  
158      arredores e vias de comunicação para apreciação na sessão da Assembleia  
159      de 14 de dezembro de 2018;
- 160      xxix) **Santa Casa da Misericórdia de Gouveia:-** Envio de convite para  
161      estar presente no Concerto de Natal, no próximo dia 14 de dezembro,  
162      pelas 21 horas

163      ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal registando  
164      em Ata a seguinte declaração em relação ao gouveense Nuno Santos:-----  
165      *“Deixo registado em Ata umas palavras por um Amigo que não tinha de*  
166      *mostrar cultura para ser culto, que não tinha que mostrar lealdade para ser leal*  
167      *e amigo, que não tinha que se vingar aos píncaros da visibilidade ou da fama*  
168      *para ser um grande Homem.-----*  
169      *Nuno Santos morreu! Apresento um Voto de Pesar e um minuto de silêncio.”-----*

170      **e) Inscrição de membros da Assembleia que pretendam intervir**  
171      ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gouveia  
172      referindo que foi com grande tristeza que comungou do Voto de Pesar  
173      apresentado pelo Senhor Presidente da Assembleia em relação à morte de Nuno  
174      Santos, porque mais do que a personalidade que representava enquanto membro  
175      do Gabinete do Presidente da Câmara, onde trabalhou cerca de quinze anos, o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

176 Nuno Santos, para quem o conheceu, era muito mais do que isso. Aliás, penso  
177 até que o Nuno era muito mais da cidadania, mais de fazer coisas, mais de  
178 pensar em projectos, mais de pensar naquilo que lhe dava verdadeiramente  
179 prazer, do que propriamente o exercício da atividade política.-----  
180 Digo-o com toda a convicção, porque o conhecia muito bem, éramos amigos,  
181 independentemente do posicionamento ideológico e político de cada um, fomos  
182 colegas de escola, dos tempos e de um tempo onde tudo aconteceu; já tive a  
183 oportunidade de o dizer publicamente, de modo que seria obrigatório para mim  
184 fazer esta referência a um Amigo e companheiro de muitas jornadas feitas em  
185 comum e que, infelizmente, nos deixou.-----  
186 Depois referiu que queria fazer três registos favoráveis e com os quais se  
187 congratulava: a requalificação e reabilitação do espaço do Interface da Central  
188 de Camionagem, e toda a requalificação da zona envolvente e que culminou  
189 com a construção da estação de serviço de auto-caravanismo. Recorda-se de  
190 apresentar este assunto numa sessão da Assembleia Municipal e numa reunião  
191 pública da Câmara Municipal e que lhe pareceu, na altura, que se duvidava da  
192 exequibilidade e do interesse desse investimento. Chega-se agora à conclusão  
193 que, com pouco dinheiro, se consegue solver uma carência de Gouveia, e de  
194 alguma forma criar uma mais-valia em termos de oferta turística para um  
195 segmento que tem a ver com o auto-caravanismo que, como se sabe, é um nicho  
196 muito importante e em franca expansão.-----  
197 Referiu-se também e congratulou-se com a distinção de que a ABPG foi alvo,  
198 por parte da Presidência da República, com a atribuição da Ordem de Mérito,  
199 por parte do Senhor Presidente, no passado dia 10 de Outubro; A ABPG é uma  
200 Instituição de Gouveia que honra não só todos quantos lá trabalham, os seus  
201 profissionais, os seus Diretores, os seus colaboradores, os seus utentes, mas  
202 honra, sobretudo, a nossa cidade e a nossa região.-----  
203 Regozijou-se com as nossas escolas, os nossos estabelecimentos de ensino e  
204 muito em concreto para quem tem a responsabilidade de ensinar, sobretudo o  
205 ensino para a Cidadania, no que concerne a um campo muito específico que tem  
206 a ver com a preservação do ambiente e da natureza, através do Programa Eco-  
207 Escolas. É com satisfação que vê que os estabelecimentos de ensino da nossa  
208 cidade foram todos distinguidos com a Bandeira Verde, símbolo do “Eco-  
209 escolas”, sinal de que há interesse em começar a incutir e a investir, desde muito  
210 cedo, através das nossas crianças e jovens, na preservação do ambiente e da  
211 natureza.-----  
212 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Folgoso  
213 começando por dar conhecimento a toda a Assembleia da resposta da Senhora  
214 Presidente do Conselho de Administração ULS Guarda, ao protesto da



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUEIA

215 Assembleia de Freguesia de Folgosinho e ao abaixo-assinado dos utentes pelo  
216 encerramento do serviço de enfermagem diária da extensão de saúde de  
217 Folgosinho e passou a citar:-----

218 *“Em resposta à solicitação de V.Ex.<sup>a</sup> cumpre-nos informar o seguinte:-----*

219 a) *Actualmente o polo de Folgosinho tem serviço médico e de enfermagem*  
220 *uma vez por semana adequados ao número de utentes, sendo os cuidados*  
221 *domiciliários sempre que necessários assegurados pela equipa de família*  
222 *respectiva ou pela equipa da SCCI consoante a sua tipologia.-----*

223 b) *Nunca houve na plataforma informática, destinado ao efeito, registo de*  
224 *qualquer outro horário, para além dos processados atrás mencionados”,*

225 O que não é verdade, porque sempre teve serviço de enfermagem, de uma forma  
226 ou da outra, diariamente. – Referiu o Senhor Presidente de Junta. Prosseguindo  
227 com a citação:-----

228 c) *“Face à linha anterior não existe razão para ser pago qualquer subsídio*  
229 *de transporte a outros profissionais.-----*

230 *Tendo em conta uma atuação justa e equitativa relativamente a todos os polos*  
231 *de atendimento desta ULS, em condições semelhantes, não é exequível, nem*  
232 *sustentável o serviço presencial médico e de enfermagem diária.-----*

233 *Em resposta à solicitação que foi feita ao Coordenador da USCCP de Gouveia*  
234 *a propósito da vossa questão sobre as consultas médicas, obtivemos a resposta*  
235 *que passamos a transcrever:-----*

236 *De notar que, tendo em conta o número de utentes inscritos na extensão,*  
237 *considera-se que um período de consultas semanal de quatro horas é suficiente*  
238 *para garantir a assistência aos mesmos.-----*

239 *Finalmente, informo, que o horário semanal do médico – e está afixado no*  
240 *placard da extensão - onde está explícito o dia e a hora da consulta em*  
241 *Folgosinho, não havendo necessidade de afixar um horário explícito de*  
242 *trabalho médico na extensão à semelhança do que acontece em outros polos.*

243 *Com os melhores cumprimentos-----*

244 *A Presidente do Conselho de Administração-----*

245 *Dra. Isabel Coelho”-----*

246 É assim, desta forma, que se encerra mais um serviço de proximidade. Assim,  
247 no dia de serviço em que a Senhora Enfermeira se desloca à extensão de saúde  
248 os utentes são atendidos, nos restantes dias da semana vão à sede do concelho  
249 que fica a treze quilómetros.-----

250 Na última sessão da Assembleia Municipal do ano de 2017, o Senhor Presidente  
251 da Câmara referiu o seguinte e passou a citar: *“Em relação aos viveiros de*  
252 *Folgosinho está inscrito em Orçamento para candidatura, para além disso, vão*  
253 *apresentar candidatura ao programa Renovação de Aldeias à ADRUSE*





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUEIA

254 *direccionado para Folgosinho, no valor de 200.000,00 euros, face aos*  
255 *avultados prejuizos com os incêndios”*.-----  
256 Senhor Presidente da Câmara, pergunto-lhe: essas candidaturas foram feitas?----  
257 Questionou, ainda, se foram verificados os pormenores da Variante de  
258 Folgosinho para a execução do respetivo projeto.-----  
259 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de  
260 Freguesias de Melo e Nabais referindo que, em relação aos caminhos rurais, dos  
261 quais já deu conhecimento à Câmara Municipal do estado em que os mesmos se  
262 encontram e apelou à sua requalificação, é constantemente confrontado por  
263 causa do mau estado de conservação, sendo que, até à presente data, nada foi  
264 feito. Assim, pretendia saber para quando está prevista a reparação desses  
265 caminhos.-----  
266 Relativamente às obras mistas que não foram executadas até ao momento e que  
267 já não serão concluídas até ao final do ano, pretendia saber se as mesmas  
268 transitam para o ano seguinte ou se a Freguesia será prejudicada não sendo  
269 contemplada com outras obras no próximo ano, uma vez que ainda se encontram  
270 por concluir as de 2018.-----  
271 Por último, pretendia saber para quando está previsto o alcatroamento da estrada  
272 Melo/Folgosinho, uma vez que tem existido muita pressão da parte dos seus  
273 utentes, principalmente, os de Folgosinho.-----  
274 ----- Usou da palavra a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da União de  
275 Freguesias de Figueiró da Serra e Freixo da Serra que, na sequência da  
276 intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias  
277 de Melo e Nabais, no que diz respeito aos caminhos rurais, informou que  
278 também fez um levantamento em relação a três caminhos prioritários. Foram  
279 identificados e vistoriados pelo Técnico da Câmara, Eng.º Bruno Abrantes,  
280 foram colocadas placas, feitos orçamentos e, no seu caso, foram feitos os  
281 arranjos nos caminhos, uma vez que são caminhos que servem dezenas de  
282 pessoas que se encontravam isoladas e que não conseguem deslocar-se à aldeia  
283 tão facilmente.-----  
284 Por conseguinte, neste momento, tem uma despesa para pagar aos empreiteiros,  
285 uma vez que, supostamente, existiam verbas pela Câmara Municipal que seriam  
286 transferidas para as Juntas de Freguesia para o pagamento das despesas com o  
287 arranjo dos caminhos e até ao momento isso não aconteceu.-----  
288 Assim, pretendia saber se essas verbas vão ser pagas, quando e como, e o mais  
289 breve possível, uma vez que o empreiteiro é a ela que se dirige e não à Câmara.  
290 Entretanto, apercebeu-se de outros caminhos, em outras freguesias, que foram  
291 requalificados pela Câmara e, no caso da sua freguesia, a Junta, de boa-fé,  
292 requalificou-os e, neste momento, encontra-se sem o dinheiro.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

293 Relativamente ao contrato celebrado com a Altice no sentido da colocação de  
294 fibra ótica ao nível do concelho, na sua opinião, o concelho abrange todas as  
295 freguesias, incluindo, Figueiró da Serra. Neste momento, a fibra chegou à  
296 freguesia do Freixo da Serra e não avançou. Existem locais na freguesia que  
297 nem postos têm e, portanto, não é possível ter ADSL por cabo, sendo que a  
298 ADSL, via satélite, é miserável neste momento.-----  
299 Assim, pretendia saber se existem datas para a extensão da fibra até Figueiró da  
300 Serra ou se esta freguesia passou a pertencer a outro concelho. Já falou com um  
301 técnico da Altice que lhe transmitiu que não estava nada projetado para que a  
302 fibra chegasse a Figueiró da Serra. Pelo que pretendia saber se corresponde à  
303 verdade ou não e se ainda pode continuar a ter esperança.-----  
304 Relativamente às obras protocoladas, foi aprovado na sessão anterior que as  
305 mesmas deviam ser comunicadas ao executivo até ao final de 2018. Até ao  
306 momento não lhe foi remetido qualquer formulário para poder candidatar  
307 qualquer obra ao Programa. Gostaria de saber em que fase é que se encontra este  
308 processo dos apoios no âmbito do Regulamento de Apoio às Freguesias.-----  
309 ----- Usou da palavra o Senhor Deputado Fernando Cabral Silva (CDS-PP)  
310 iniciando a sua intervenção expressando que a bancada do CDS-PP também  
311 reconhece o válido contributo do cidadão Nuno Santos na vida da comunidade  
312 do concelho de Gouveia e, por conseguinte, associa-se, com todo o respeito, ao  
313 Voto de Pesar.-----  
314 Manifestou a sua preocupação face à atual situação em que se encontra o Clube  
315 Desportivo de Gouveia. Obviamente que a responsabilidade de gestão deste  
316 Clube cabe à sua administração e, por conseguinte, terá que ser esse órgão, em  
317 conjunto com os seus sócios, a resolver os problemas do Clube, mas acredita  
318 que todos os presentes nesta Assembleia reconhecem a relevância que o Clube  
319 Desportivo de Gouveia teve e tem na nossa terra e, por isso, certamente que  
320 partilham da preocupação da bancada do CDS-PP. Neste sentido, gostaria de  
321 saber qual a posição do executivo.-----  
322 ----- Usou da palavra o Senhor Deputado Constantino Matos (CDU) referindo  
323 que a CDU também se solidariza com o Voto de Pesar pelo falecimento do  
324 Senhor Nuno Santos, endereçando sentidos pêsames à família e amigos.-----  
325 Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, certamente que terá  
326 conhecimento que, naquele momento, estava a decorrer uma aplicação de  
327 herbicida ao longo da EN17 e outras vias de acesso ao concelho. Gostavam de  
328 saber qual a posição da Câmara, dado que não se compreende a coerência  
329 técnica da medida, sobretudo quando apresenta riscos ambientais e riscos para a  
330 saúde humana.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

331 O Edital diz que o produto é inócuo, mas a ficha técnica refere lesões oculares,  
332 renais, hepáticas, efeitos neurológicos e danos sobretudo ao nível dos apiários.  
333 Também sabemos que provoca a morte de ovelhas que comam erva tratada e  
334 bebam água contaminada. As ovelhas não sabem ler editais e alguns pastores  
335 também não.-----

336 A CDU, pela complexidade da proposta de deliberação do Ponto 11 relativo à  
337 constituição de empresa intermunicipal, solicitou ao Senhor Presidente da  
338 Assembleia a retirada deste ponto, permitindo desta forma que se convoque uma  
339 Assembleia Extraordinária para discutir este assunto, com a importância e o  
340 pormenor que merece. Caso seja aceite esta proposta, a CDU também propõe  
341 que seja retirada o ponto 13.-----

342 À semelhança do que referiu o Senhor Deputado Fernando Cabral Silva (CDS-  
343 PP, a CDU também manifesta a sua preocupação relativamente à situação do  
344 CDG, sobretudo, dada a importância que a coletividade tem no concelho.-----

345 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia que, na sequência da  
346 proposta agora apresentada pela CDU, informou que a Mesa também recebeu no  
347 início da sessão uma proposta da Bancada do PS referente ao mesmo assunto,  
348 pelo que no início do Período da “Ordem do Dia” colocará à votação do órgão,  
349 nos termos do n.º 4 do art.º 34.º do Regimento.-----

350 ----- Usou da palavra a Senhora Deputada Ana Paula Freitas (PS) que, em seu  
351 nome pessoal e em nome da Bancada do PS, se associou ao Voto de Pesar do  
352 Amigo, Companheiro e Gouveense Nuno Santos pelo seu trabalho e sua postura  
353 enquanto Cidadão e Homem de bem que lhe reconhecem.-----

354 ----- Usou da palavra a Senhora Deputada Susana Seara Pires (PPD/PSD)  
355 congratulando-se pelo facto dos Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Tazem  
356 passarem a contar também com uma Equipa de Intervenção Permanente. É  
357 importante realçar a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal que  
358 certamente se esforçou bastante para alcançar tal objetivo, uma vez que as EIP's  
359 apenas estavam destinadas às sedes dos municípios. O facto de agora também  
360 serem atribuídos a estes aglomerados populacionais mais pequenos, revela não  
361 só uma preocupação do Presidente da Câmara Municipal, mas também uma  
362 cedência do Governo a esta realidade, o que é de realçar e de enaltecer. Mas não  
363 será apenas este facto que torna relevante o assunto, mas também porque a  
364 criação de uma EIP em Vila Nova de Tazem, há muito ansiada, irá possibilitar  
365 que, em termos operacionais, os bombeiros voluntários sejam mais eficazes,  
366 pois a partir de agora a população poderá contar em permanência com um grupo  
367 de bombeiros prontos para acorrer a qualquer ocorrência que surja.-----

368 É igualmente relevante outro aspeto não menos importante que se prende com a  
369 criação de cinco postos de trabalho em Vila Nova de Tazem, garantindo assim



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

370 que a possibilidade de gente nova se instalar e viver nesta região não está  
371 esgotada como alguns arautos da desgraça tanto têm difundido.-----  
372 Falando em criação de emprego, finalmente, vemos empresas a instalarem-se no  
373 nosso concelho. Situação que muito os orgulha e, mais uma vez, agradecem as  
374 diversas intervenções do Senhor Presidente da Câmara nesse sentido. Sem  
375 dúvida que a criação de postos de trabalho são o mote para o desenvolvimento  
376 de uma região e, em particular, do nosso concelho que ao longo dos anos tem  
377 vindo a perder os filhos da terra que partem à procura de um futuro melhor.-----  
378 Assim, a instalação destas empresas no nosso concelho, de uma vez, prevê a  
379 criação de cerca de setenta postos de trabalho.-----  
380 Além deste investimento privado, temos ainda a integração dos quarenta  
381 precários que esta Câmara chamou a si para integração nos seus quadros,  
382 criando estabilidade e fixação das famílias. Isto equivale a podermos continuar a  
383 “Viver Gouveia”.-----  
384 Com estes investimentos implementados e outros que esperamos que se venham  
385 a implementar, podemos voltar a acreditar que é possível os nossos filhos  
386 continuarem as suas vidas na terra que os viu nascer.-----  
387 ----- Usou da palavra o Senhor Deputado Fernando Silva (PS) referindo que,  
388 no dia anterior esteve presente numa reunião na Comunidade Intermunicipal  
389 Beiras e Serra da Estrela e o discurso do Presidente dessa Assembleia foi  
390 completamente diferente do discurso do Presidente da Assembleia Municipal de  
391 Gouveia. Começou por dizer “*estejam à vontade*” e “*nada do que tenham para*  
392 *dizer vai ficar por dizer.*”-----  
393 ----- Interveio o Senhor Presidente da Assembleia referindo que a sua postura é  
394 no sentido de reagir a uma reacção da Bancada do PS em relação a outras  
395 sessões que os Senhores Deputados o acusaram e, neste momento, está a aplicar  
396 o Regimento que o Senhor Deputado Fernando Silva e todos os Senhores  
397 Deputados aprovaram. Dar-lhe-á o tempo, desde que não o exceda  
398 excessivamente, para explanar as suas ideias. Assim, só está a perder tempo e a  
399 contradizer o que foi dito na penúltima sessão.-----  
400 ----- Retomou a o palavra o Senhor Deputado Fernando Silva (PS) referindo  
401 que, na presente sessão, pretendia fazer uma declaração um pouco mais longa,  
402 do que aquele tempo que o Senhor Presidente da Mesa está a dar a cada  
403 Deputado, mas não mais longa do que aquelas que é habitual fazer. Contudo,  
404 alertou que o Regimento não estabelece o tempo de três minutos para cada  
405 Deputado no Período de “Antes da Ordem do Dia”, mas sim três minutos no  
406 Período de “Ordem do Dia”.-----  
407 ----- Respondeu o Senhor Presidente da Assembleia esclarecendo que o  
408 Regimento, no art.º 31.º refere que o Período de “Antes da Ordem do Dia” tem a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

409 “*duração máxima de sessenta minutos*” e de acordo com o art.º 39.º n.º 2, “*Ao*  
410 *Presidente caberá definir, equitativamente, o tempo de intervenção de cada*  
411 *orador inscrito ...*”. A Mesa está a cumprir isso e o Senhor Deputado “*está a*  
412 *fazer uma tempestade num copo de água*”, a perder tempo e a fazer perder  
413 tempo a esta Assembleia. No entanto, há que reconhecer que, embora esteja a  
414 conceder os tempos médios, dá sempre mais tempo e permite que as pessoas  
415 explanem as suas ideias.-----  
416 De certa forma, deve dizer que se sente ofendido com a postura do Senhor  
417 Deputado de o atacar em relação a uma posição que nunca teve nesta  
418 Assembleia, no sentido de cortar a palavra aos Senhores Deputados e não  
419 permitir as intervenções. Depois daquilo que se passou na penúltima  
420 Assembleia, aquilo que está a fazer é apenas no sentido do cumprimento do  
421 Regimento.-----  
422 ----- Retomou a palavra o Senhor Deputado Fernando Silva (PS) dando  
423 seguimento à sua intervenção, procedeu à leitura da seguinte declaração:-----  
424 “*REPOR O RESPEITO PELA DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL*  
425 *Queria chamar a atenção do Senhor Presidente da Câmara para uma sucessão*  
426 *de factos que envolve V.Ex.ª e o órgão que representa, e diz respeito à forma*  
427 *como conduz o relacionamento da Câmara com esta Assembleia.*-----  
428 *Passo directamente aos factos:*-----  
429 1.º *facto – em 28 de junho deste ano de 2018, a Assembleia Municipal de*  
430 *Gouveia aprovou, por unanimidade, uma proposta designada*  
431 *“APROVEITAMENTO TURISTICO DE RECURSOS NATURAIS NO*  
432 *CONCELHO DE GOUVEIA – ECOVIA DA RIBEIRA DAS DUAS PONTES”*,  
433 *que tinha por objectivo levar o executivo a pronunciar-se sobre a proposta*  
434 *concreta de realizar a obra descrita no documento.*-----  
435 *Julgo não ser necessário recapitular o seu conteúdo porque será suficiente*  
436 *lembrar aqui as palavras do Senhor Presidente aquando da sua discussão.*-----  
437 *Depois de agradecer a proposta apresentada, o Senhor Presidente referiu que o*  
438 *executivo iria tê-la em conta certamente, sendo necessário verificar a sua*  
439 *exequibilidade. Considerou-a interessante e com possibilidade de ter*  
440 *viabilidade, dependendo dos custos. No entanto, continuou o Senhor Presidente,*  
441 *o executivo pode analisar melhor e ver da possibilidade da possível execução.*---  
442 2.º *facto – Os vereadores do PS, a propósito da Discussão e Votação da*  
443 *proposta de Orçamento e PPI, Atividades Mais Relevantes e Grandes Opções*  
444 *do Plano da Câmara Municipal de Gouveia, apresentaram uma declaração de*  
445 *voto onde fizeram notar o “esquecimento” em matéria de construção da Ecovia*  
446 *da Ribeira das Duas Pontes, registando a desvalorização da decisão da*  
447 *Assembleia Municipal.* -----





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

448  
449 3.º facto - na reunião da Assembleia Municipal de setembro, conforme descrito  
450 em ata, o Senhor Presidente respondeu ao pedido de esclarecimento dos  
451 deputados municipais Ana Cristina e Rui Monteiro, sobre o mesmo tema, desta  
452 forma lapidar “Em relação à Ecovia, não houve avanço nenhum, porque o que  
453 propuseram não é mais do que uma rota que fará parte da Rota do Mondego,  
454 pelo que quando essa rota estiver a ser feita obviamente que contemplará essa  
455 parte porque está inserida do rio Mondego”.-----  
456 Maior ligeireza na abordagem de uma deliberação da Assembleia Municipal  
457 que estabelece uma conexão entre as duas instituições igualmente legítimas e  
458 representativas de Gouveia, seria difícil de encontrar.-----  
459 4.º facto – como resulta do que exposto, o Senhor Presidente não agendou nem  
460 promoveu a discussão do tema em reunião de Câmara, como a Assembleia  
461 Municipal havia deliberado.-----  
462 Considerações-----  
463 Fica claro, pela sequência dos factos descrita, que esta Assembleia foi  
464 seriamente desrespeitada, politicamente diminuída e foi alvo de um intolerável  
465 menosprezo pelas suas deliberações, o que objetivamente atinge a sua  
466 dignidade. -----  
467 Não cabe, nesta ocasião, avaliar o conteúdo do documento sobre a Ecovia. Essa  
468 discussão teve lugar e produziu deliberação em junho deste ano na reunião  
469 deste órgão.-----  
470 O que importa, agora, é obter uma resposta clara e inequívoca a esta pergunta:  
471 Vai o Senhor Presidente da Câmara agendar o ponto em questão nos termos em  
472 que a Assembleia Municipal o colocou ou mantém essa impositiva atitude de  
473 sobrançeria política que ignora olímpicamente uma decisão do órgão  
474 deliberativo do município?-----  
475 Precisamos de saber se o executivo respeita o trabalho que esta Assembleia  
476 apresentou com o propósito de contribuir com uma proposta concreta, definida  
477 e objetiva para o desenvolvimento do concelho ou se, numa empertigada auto-  
478 suficiência, prefere criar um conflito institucional?-----  
479 Creio que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal estará também  
480 chocado com tamanha desconsideração ao órgão a que preside e, penso eu,  
481 estará por ventura a refletir sobre qual a posição mais adequada perante tal  
482 afronta. Acredito que não tenha ainda trazido até nós qualquer notícia sobre o  
483 assunto porque do executivo, provavelmente, nada recebeu. Mas, se deixarmos  
484 protelar esta situação, não estaremos a responder positivamente às expectativas  
que os cidadãos depositaram em cada um de nós.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUEIA

485  
486 *Pela nossa parte, não aceitamos a posição que o Senhor Presidente veiculou na*  
487 *reunião da Assembleia Municipal de setembro que é a de encerrar o assunto*  
488 *sem, pelo menos, o discutir em reunião de Câmara como foi deliberado.-----*  
489 *Esta Assembleia deliberou enviar um documento para o executivo a fim de ser*  
490 *analisado e sobre ele tomada posição. É portanto exigível que seja agendado,*  
491 *analisado e sobre ele emitida decisão a comunicar ao órgão deliberativo. Não*  
492 *proceder dessa forma é o mesmo que atribuir importância nula a este órgão*  
493 *autárquico e não reconhecer o contributo, sem retribuição, dos membros que o*  
494 *compõem e se dedicam, num esforço de cidadania, ao progresso da comunidade*  
495 *gouveense. -----*  
496 *Não quero acreditar que tenha sido a falta de cultura democrática a trazer-nos*  
497 *a esta situação deplorável. Por isso não será necessário recorrer a mais*  
498 *expedientes legais para garantir a justiça e o regular funcionamento*  
499 *democrático das instituições, bastando que o Senhor Presidente corrija esta*  
500 *anomalia e respeite este órgão autárquico.-----*  
501 *Gouveia não terá futuro se os seus dirigentes se limitarem a distribuir os fundos*  
502 *e recursos que lhes caem nas mãos, sem entenderem que é necessário ser*  
503 *arrojado e sacudir a inércia e o adormecimento próprios da auto-satisfação que*  
504 *se alimenta de um contexto de feição, aparentemente sem contestação, com*  
505 *imprensa acrítica mas com os factores da realidade social a permanecerem*  
506 *negativos nas áreas da demografia, do desenvolvimento económico e de uma*  
507 *maneira geral na qualidade de vida e no bem estar da população do concelho.*  
508 *A concretização de um projeto como a Ecovia da Ribeira das Duas Pontes tem*  
509 *como primeiro objetivo demonstrar que é possível imprimir uma nova dinâmica*  
510 *que privilegie a inovação, a criatividade e uma aposta no território concelhio,*  
511 *nos seus recursos e na mobilização da juventude para inverter a tendência de*  
512 *definhamento que se vai adensando, enquanto a orquestra continua a tocar e o*  
513 *baile deixa a impressão de que a vida é bela.”-----*  
514 ----- Usou da palavra o Senhor Deputado José António Manta (PS) referindo  
515 que é público que a Fenprof fez um apelo às Autarquias Locais no sentido de  
516 não aceitarem as competências ao nível do ensino. Assim, pretendia saber qual a  
posição do Executivo.-----  
517 ----- Usou da palavra a Senhora Deputada Isabel Nascimento (PPD/PSD)  
518 referindo que a Lei 50/2018, estabelece o quadro de transferência de  
519 competências para as autarquias locais e para entidades intermunicipais. Por sua  
520 vez, o Decreto-Lei 101/2018, concretiza essa transferência de competências no  
521 domínio da justiça, nas seguintes áreas: Reinserção social de jovens e adultos;  
522 Prevenção e combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica;  
523 Rede dos julgados de paz e Apoio às vítimas de crimes.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

524 Perguntou se o Município pretendia ou não a transferência das competências  
525 previstas neste diploma para o ano de 2019 e se há condições para o Município  
526 aceitar a transferência de competências. Para todos os efeitos, o órgão  
527 deliberativo terá que se pronunciar, pelo que pretendia saber para quando.-----  
528 A avaliação das equipas dos Centros de Saúde vai ter como indicadores em 2019  
529 as urgências evitáveis e as urgências frequentes. Assim, perguntou que avaliação  
530 terá o Centro de Saúde de Gouveia que, no mês de outubro, já não tem agenda  
531 para marcações de médico de família para esse ano, obrigando as populações, as  
532 pessoas, sobretudo os idosos, a terem que recorrer com essa frequência que seria  
533 evitável ao serviço de urgências.-----  
534 Registou com agrado o evento ObservaEstrela, que decorreu no Jardim da  
535 Ribeira, demonstrando a aptidão deste espaço para eventos deste género.-----  
536 Porém, com desagrado, deu conta da queixa dos transeuntes na Rua da Cardia  
537 que quando chove se queixam da água que segue o seu curso livre sem ser  
538 captada.-----  
539 Mas pior do que a Cardia é a situação no átrio do Tribunal, no exterior, onde a  
540 água fica empossada formando um charco de água enorme que chega a ter três a  
541 quatro centímetros de altura.-----  
542 ----- Usou da palavra a Senhora Deputada Maria de Lurdes Paraíso (PS)  
543 começando por elogiar, agradecendo, ao Senhor Vereador Jorge Ferreira pela  
544 dedicação, rigor, competência e prontidão com que assume as causas do  
545 Município. Um muito obrigado por isso.-----  
546 Na última Assembleia Municipal, a bancada do PS colocou ao Senhor  
547 Presidente da Câmara a situação da sinalização da Rua em Passarela que se  
548 encontra em obras. Decorrida essa Assembleia, sensivelmente três meses, esteve  
549 presencialmente na Câmara, a colocar essa mesma questão à Senhora Eng.<sup>a</sup>  
550 Célia Paixão e, mais tarde, por telefone, ao Senhor Gonçalo Nascimento. Hoje,  
551 continua tudo exatamente na mesma.-----  
552 Consideram que a permanência de um sinal de sentido proibido não está de todo  
553 adequada à realidade e à necessidade de quem ali circula total ou parcialmente  
554 na via. Consideramos isso, porque todas as pessoas que o estão a fazer, estão a  
555 ser obrigados a incorrer em crime de desobediência e em infração muito grave,  
556 segundo o Código da Estrada, assim como a ter problemas com seguradoras,  
557 caso venha a acontecer um acidente.-----  
558 Entendemos também que existe uma variedade de sinalética muito mais  
559 adequada – sinal de sentido proibido exceto a moradores ou locais, estrada sem  
560 saída, estrada em obras, limites de velocidade, etc. – menos proibir.-----  
561 Também a este respeito o Código de Estrada, no art.º 10.º, refere que quando há  
562 a proibição temporária ou permanente da circulação de certos veículos, em que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

563 se inclui o caso de obras, o n.º 3 estipula que “*A proibição e o condicionamento*  
564 *são precedidos de divulgação através da comunicação social, distribuição de*  
565 *folhetos nas zonas afetadas, afixação de painéis de informação ou outro meio*  
566 *adequado.*”-----  
567 Nunca se verificou qualquer esclarecimento à população, quanto ao modo da  
568 restrição da circulação a efetuar, nem do tempo em que a mesma iria durar.  
569 Existe apenas um placard a dizer que vão realizar-se aquelas obras.-----  
570 Por isto, e ao fim deste tempo todo, pois já decorreu mais de meio ano, e com  
571 estas suas intervenções pessoais no sentido de procurar inverter esta situação,  
572 entendem que é lamentável e acham que os intervenientes estão a ser, neste  
573 caso, irresponsáveis, incompetentes, a cometer incúria, porque sujeitam os  
574 munícipes a situações de perigo e ilegalidades.-----  
575 Na última Assembleia Municipal, o Partido Socialista, na sua pessoa, mostrou  
576 preocupação relativamente à lista dos lesados vítimas dos incêndios de outubro  
577 de 2017, querendo saber, na altura, quem teriam sido os intervenientes, quais  
578 tinham sido os critérios utilizados e se nela se assegurava o total rigor,  
579 transparência e veracidade. Ora, foi noticiado pela SIC Notícias no dia 14 de  
580 outubro de 2018, pelas 23 horas e 18 minutos o seguinte e passou a citar: “*Em*  
581 *Gouveia a reconstrução de um casebre está a levantar dúvidas. Sem luz e água,*  
582 *o lugar só serviria de atelier ao proprietário que é um artista plástico. A*  
583 *CCDRC admite reverter o apoio concedido.*”-----  
584 Hoje, o PS, pretende o esclarecimento do Senhor Presidente da Câmara sobre  
585 este assunto, perguntando ainda onde é que podem consultar a referida lista de  
586 forma pública.-----  
587 Deu conta de que Passarela foi alvo de uma repavimentação em quatro quelhas  
588 no início da aldeia. Algumas delas nem sequer têm movimento. Consideram  
589 que, comparativamente, faria mais sentido intervir no Adro da Capela, uma vez  
590 que tem calçada de pedra redonda ou seixo e que representa um perigo a sua  
591 utilização. Assim, pretendem saber se está prevista alguma intervenção neste  
592 Adro.-----  
593 Transmitiu, ainda, que está a ser feita a limpeza de uma faixa de 10 metros ao  
594 longo das estradas, ao que parece a quem não o fez. Isso já foi feito em Passarela  
595 e observou que o material lenhoso sobranete reverte para o proprietário ou a  
596 quem ele delegar. Consta que não está prevista nenhuma multa a aplicar aos  
597 proprietários que não limparam, ao contrário do que se anunciou publicamente.  
598 Ora, assim sendo, parece-lhes haver manifesta injustiça face aos que cumpriram  
599 a Lei no devido tempo e os que não o fizeram. Isto leva a concluir que não  
600 cumprir a Lei compensa e até traz benefícios, pois os proprietários ficam com o  
601 serviço feito e com lenha pronta a carregar, sem quaisquer custos. O PS pretende



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

602 também um cabal esclarecimento, sobretudo, acerca da empresa que está a  
603 operar e em que condições é que o está a fazer.-----  
604 Por último, evidenciou que Passarela há muitos anos que tem um ramal de  
605 esgoto, constantemente, a cair para a via pública. Parece uma fonte. Já falou  
606 com o Senhor Presidente da Junta várias vezes sobre esta situação. Pensa que  
607 tem que ser resolvida esta situação, pois trata-se de uma questão de saúde  
608 pública.-----  
609 Antes de terminar, chamou, ainda, a atenção para a iluminação pública. Não  
610 sabe se está a acontecer em todo o concelho, mas já deu conta que a luz é acesa  
611 às 16h30m, que ainda é dia e apaga às 07h00 que ainda é de noite. Esteve a fazer  
612 cálculos face à luz natural e há uma diferença de uma hora de consumo extra.  
613 São custos para o Município, pelo que deve ser pensado e revisto.-----  
614 ----- Usou da palavra a Senhora Deputada Cesarina Maurício (PS) referindo o  
615 seguinte:-----  
616 *“Desejamos apresentar nesta Assembleia, que lhe parece que é o sítio indicado  
617 também para o fazer, de forma inequívoca e veemente, o nosso protesto, se  
618 posso dizer até repúdio, face à posição do executivo, ao impedir a inclusão de  
619 propostas de trabalho na reunião de Câmara, propostas essas da autoria dos  
620 Vereadores do Partido Socialista.-----  
621 Classificamos este comportamento de prepotência, arrogância e  
622 antidemocrático.-----  
623 Endereçar um voto de louvor, um voto de apreciação ao Governo da Nação,  
624 porque foi graças à sua ação que tivemos a oportunidade de ter a regularização  
625 extraordinária dos vínculos precários para a constituição de relação jurídica de  
626 emprego público por tempo indeterminado.-----  
627 Graças a isso, a nossa Câmara Municipal, teve oportunidade de integrar mais  
628 de quarenta trabalhadores, isto é obra! E parece que também vai ser um grande  
629 contributo para obra mais visível na sede do concelho e em todas as freguesias.  
630 Revelamos assim, e com todo o prazer, que este executivo da Nação demonstra  
631 assim que aposta na qualidade dos serviços públicos, na sua valorização e não  
632 ao contrário de outros, na sua limitação ou redução em serviços mínimos.”*  
633 *Gostariam de destacar, como já foi feito pelo Senhor Presidente da Junta de  
634 Freguesia de Gouveia, a distinção como Membro Honorário da Ordem de  
635 Mérito atribuída a uma grande associação do nosso concelho, Associação de  
636 Beneficência Popular de Gouveia.-----  
637 Realmente tem obra feita, em diferentes áreas, e que fica de parabéns por isso,  
638 mas também gostaria de sublinhar o papel que teve o Deputado Santinho  
639 Pacheco na atribuição deste louvor, deste prémio à ação desta destacada  
640 Associação, o que revela o seu empenho e o seu trabalho em prol do concelho.*





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

641 *Revelando, assim, também, que realmente o trabalho de equipa e o trabalho*  
642 *coletivo é sempre de frisar e é sempre importante.*-----

643 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal  
644 acrescentando que, como é do conhecimento de todos, em relação à ABPG, fez  
645 questão, em seu nome pessoal e em nome da Assembleia Municipal, de enviar  
646 uma saudação deste órgão, a qual foi retribuída pelo Presidente da Direção e  
647 distribuída aos Senhores Deputados.-----

648 ----- Usou da palavra o Senhor Deputado António Nogueira (PPD/PSD)  
649 pretendendo chamar a atenção da Câmara Municipal do perigo em que se  
650 encontra a Estrada Paços da Serra/Moimenta da Serra, mais precisamente, na  
651 Ponte da Bandoiva até ao cemitério de Moimenta da Serra. As árvores que  
652 arderam, de grande porte, estão inclinadas e que, no caso de caírem, isso  
653 acontecerá para o eixo da via. Deste modo, alertava a Câmara, através do seu  
654 gabinete de proteção civil, no sentido de serem tomadas as devidas precauções, a  
655 identificação dos proprietários e sensibilizá-los a realizar trabalhos numa faixa  
656 mínima que dê segurança às pessoas que transitam naquela estrada, de modo a  
657 evitar o perigo eminente, dado que as árvores estão a apodrecer e com vento  
658 mais forte podem criar problemas para todos.-----

659 ----- Usou da palavra o Senhor Deputado Ricardo Morgado (PPD/PSD)  
660 congratulando-se com as obras que foram feitas junto à Central de Camionagem,  
661 nomeadamente, com a criação da estação de serviço para o auto-caravanismo. É  
662 uma mais-valia em termos de turismo, pois é um turismo que existe e passa  
663 muito pelas estradas do nosso concelho e da nossa região, pelo que é necessário  
664 valorizar e cativar.-----

665 Abordou, também, a deslocalização do Mercado Municipal para o pavilhão da  
666 ex-Bellino & Bellino, a qual foi feita com muita dignidade e com muito bom  
667 gosto. O espaço, enquanto lá permanecer, oferece muitas boas condições não só  
668 para quem ali trabalha, mas também para quem o utiliza comercialmente.-----

669 Neste sentido, foi também uma boa iniciativa e uma boa opção criar o espaço do  
670 “Natal Encantado” naquele pavilhão junto do mercado municipal. É um espaço  
671 mais acolhedor, com maior conforto, aquecido e permite outro tipo de  
672 programação mas, sobretudo, porque se torna um estímulo para que as pessoas  
673 se desloquem ao Mercado Municipal provisório e saibam que ele está lá e desta  
674 forma sirva de incentivo para a economia local.-----

### 675 **c) Direito de resposta do Presidente da Câmara ou de quem o substitua**

676 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara iniciando a sua  
677 intervenção associando-se ao Voto de Pesar ao Senhor Nuno Santos.-----

678 Em relação à obra do Interface de Gouveia, foi o cumprir de mais uma das obras  
679 incluídas no PEDU, à semelhança de outras que estão já em fase de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

680 requalificação, nomeadamente, a Requalificação da Habitação Social na Mata  
681 Rainha. Significa que estão a entrar numa fase em que juntamente com o início  
682 da obra do Mercado Municipal, bem como a 1.ª fase dos trabalhos dos Bellinos  
683 estão a dar cumprimento a estes grandes projetos que estão incluídos neste Plano  
684 Especial de Desenvolvimento Urbano. Desta forma comprovando que, apesar do  
685 Município ter uma dimensão, comparativamente a outros, estão a conseguir dar  
686 execução àquilo que se comprometeram fazer. A requalificação deste conjunto  
687 de obras são autenticamente uma revolução em termos da requalificação da  
688 cidade de Gouveia e que pretende que continue para as restantes freguesias,  
689 desde que financeiramente seja permitido.-----  
690 Associou-se ao voto de louvor feito à distinção que a ABPG recebeu e que teve  
691 a oportunidade de lhes transmitir isso. É de facto uma distinção merecida para  
692 todos os responsáveis, técnicos e trabalhadores. É um bom exemplo do que de  
693 muito bom se faz em Gouveia. Estão todos de parabéns! Certamente que nestas  
694 alturas de distinções destas entidades, não se devem erguer bandeiras do que  
695 cada um fez, mas se calhar brilharem todos.-----  
696 ----- Respondendo ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Folgoso, a  
697 preocupação que mais uma vez manifesta e que todos devem expressar pela  
698 prestação dos cuidados de saúde no nosso concelho, apesar da Senhora  
699 Deputada Cezarina Maurício (PS) se vangloriar com aquilo que é feito pelo seu  
700 Governo, afinal há coisas que estão mal, aliás, o País está a mostrá-lo. É mais  
701 um serviço de proximidade que está a ser posto em causa. Quem sabe se, no  
702 futuro, a Câmara não vai ter que o assumir para ver se as coisas melhoram, mas  
703 devia ser o Estado a assumir pois é um serviço público e é para isso que existe o  
704 SNS.-----  
705 ----- Respondendo ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de  
706 Freguesias de Melo e Nabais, é certo que os caminhos ainda não foram  
707 arrançados, à semelhança de outras freguesias. Este inverno não foi possível  
708 acudir a todos. Houve de facto duas freguesias – Figueiró da Serra e Paços da  
709 Serra – que tomaram a iniciativa de arranjar alguns caminhos que foram  
710 sinalizados pela Câmara e espera que até ao final do ano esteja resolvida a  
711 situação e a Junta receba pelo serviço.-----  
712 Em relação às obras protocoladas, as que foram iniciadas, é para serem  
713 terminadas. Caso não tenham sido iniciadas, o Senhor Presidente de Junta vai ter  
714 que as colocar novamente, não tiveram execução, quando apresentar o seu  
715 elenco de obras, deve voltar a colocar para que possam ser contempladas.-----  
716 Quanto à questão do alcatroamento da estrada de Folgoso, não deixa de ser  
717 um objetivo mas não está previsto para o próximo ano.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

718 ----- Respondendo à Senhora Presidente da Junta de Freguesia da União de  
719 Freguesias de Figueiró e Freixo quanto aos caminhos já respondeu.-----  
720 Esclareceu que o Município não tem nenhum contrato com a Altice. A Altice,  
721 enquanto empresa, decidiu instalar a fibra, nomeadamente, nas freguesias  
722 afetadas pelos incêndios de 2017. Esta freguesia está incluída numa segunda  
723 fase, onde será coberto o resto do concelho.-----  
724 Quanto à questão das obras protocoladas, o formulário é idêntico ao dos anos  
725 anteriores.-----  
726 ----- Respondendo ao Senhor Deputado Fernando Cabral Silva (CDS-PP), a  
727 preocupação em relação ao Clube Desportivo de Gouveia é uma preocupação  
728 que todos comungam mas, como disse, e muito bem, caberá primeiro que tudo  
729 aos seus associados e aos órgãos da instituição decidirem prosseguir o caminho  
730 que entenderem.-----  
731 ----- Respondendo ao Senhor Deputado Constantino Matos (CDU) em relação  
732 à aplicação de herbicida na EN/17, é um trabalho da responsabilidade das  
733 Estradas de Portugal, embora, como é óbvio, todos queiram cada vez mais  
734 deixar de utilizar esse tipo de recurso, pelos efeitos nefastos que certamente terá.  
735 A autarquia também se encontra a experimentar outras alternativas possíveis, as  
736 quais têm a sua duração limitada no tempo.-----  
737 ----- Respondendo ao Senhor Deputado Fernando Silva (PS) a questão da  
738 Ecovia, todos sabem que se trata de uma grande “paixão” do Senhor Deputado.  
739 É do Senhor Deputado e de todos. Agora, o facto de até ao momento não ter sido  
740 feito nada, não significa que a Câmara tenha deixado de se preocupar e de se  
741 interessar pelo assunto. Têm que ser feitos estudos para aferir dos seus custos e  
742 razoabilidade de execução.-----  
743 O Senhor Deputado defendeu “... a Ecovia como algo que pode contrariar a  
744 baixa da natalidade, contribuir para a criação de trabalho ...” , considera que  
745 tudo pode contribuir para alguma coisa, agora decisiva e decididamente para tal  
746 não é. Agora, o Senhor Deputado não pode impor à Câmara a sua prioridade, a  
747 Câmara tem as suas prioridades, e assim fará, o que não significa que não tenha  
748 interesse em relação à questão e a sua possível concretização.-----  
749 ----- Respondendo ao Senhor Deputado José António Manta (PS) quanto à  
750 transferência de competências, mais propriamente no que diz respeito à  
751 educação, no momento certo decidirão. No início do ano vão realizar uma sessão  
752 de informação extensiva a todos os Senhores Deputados, Presidentes de Junta e  
753 Vereadores, com a presença de um especialista na matéria que vem abordar e  
754 explicar o assunto nas suas diferentes áreas, para que possam promover em  
755 janeiro uma sessão extraordinária da Assembleia a fim de decidirem acerca  
756 desta matéria.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

757 ----- Em resposta à intervenção da Senhora Deputada Isabel Nascimento  
758 (PPD/PSD) a questão das transferências de competências na área da justiça será  
759 decidido naquela sessão. A questão da saúde, as mesmas preocupações.-----  
760 Em relação ao evento do Observa Estrela foi de facto um momento muito  
761 interessante que voltarão a realizar em 2019 e, nessa altura, esperamos estar já a  
762 festejar o reconhecimento do Geopark Estrela pela UNESCO.-----  
763 Quanto ao problema da água que se verifica na Rua da Cardia, durante o mês de  
764 janeiro, se as condições assim o permitirem, vão efetuar algumas intervenções  
765 nesta via, para tentar minimizar o problema, nunca vai ser resolvido, pois as  
766 grelhas, com chuva abundante, não a conseguem travar. Vamos tentar minorar  
767 alguma coisa, agora nunca é resolvido.-----  
768 ----- Em resposta à intervenção da Senhora Deputada Maria de Lurdes Paraíso  
769 (PS) a sinalização da obra de Passarela, trata-se de uma obra que estava para ser  
770 feita, houve, entretanto, que resolver e alterar aquilo que estava projetado. Isso  
771 levou a que o processo tivesse que demorar mais tempo. Quanto à sinalização  
772 pode eventualmente existir algum lapso ou erro que pode ser melhorado, pelo  
773 que vai chamar a atenção do empreiteiro para esse facto.-----  
774 No que diz respeito à lista dos lesados dos incêndios de outubro de 2017, não  
775 sabe se é propriamente pública, mas esclareceu que o caso que referiu nunca foi  
776 pela Câmara colocado como uma 1.ª habitação. A CCDRC é que colocou a  
777 questão e a classificou como tal. Depois houve uma denúncia e esta entidade  
778 indagou a Câmara acerca do caso, se a pessoa era do nosso conhecimento, se  
779 efetivamente ali habitava ou não e a própria Junta de Freguesia foi instada a  
780 pronunciar-se. Assim, informou, que a Câmara não conhece a pessoa em causa e  
781 trata-se de um local de difícil acesso. Trata-se de uma pessoa que não é  
782 conhecida, uma vez que, devido à sua atividade profissional, passa muitos  
783 períodos fora da freguesia e até do País, em exposições. Portanto, aquilo que foi  
784 transmitido pela Câmara e pela Junta de Freguesia é que de facto não tínhamos  
785 conhecimento da pessoa em causa para poderem afirmar que aquela pessoa  
786 assumia aquele espaço como sua residência habitual. Sem prejuízo de, aquando  
787 da retirada do entulho, os trabalhadores da empresa da obra, terem transmitido  
788 que foram retirados vários objetos sinalizadores que de facto a pessoa ali  
789 habitaria.-----  
790 Agora, como habitação permanente ou habitual, ninguém pode atestar isso,  
791 portanto, a CCDRC convocou a pessoa em causa para prestar esclarecimentos e  
792 assim vai decorrer o processo que é da CCDRC.-----  
793 Quanto à questão da limpeza das faixas, estão a fazer aquilo que está  
794 estabelecido na Lei, compete à Câmara realizar este tipo de limpeza,  
795 independentemente do proprietário o poder ter feito, pois foi para isso que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

796 fizeram uma candidatura que foi aprovada e contrataram uma empresa para o  
797 fazer.-----

798 Neste momento, os sobrantes encontram-se no local, precisamente para quem  
799 quiser aproveitar como tem acontecido. Caso não aconteça num período de  
800 tempo razoável, a Câmara fará a sua retirada.-----

801 Relativamente à questão do esgoto, também já teve essa informação do próprio  
802 casal, que é diretamente afetado pela sua existência, já foi sinalizado junto dos  
803 serviços para verificação da forma da sua resolução.-----

804 Quanto à iluminação pública, já deram conta dessa situação junto da EDP,  
805 porque não só nesta matéria, como também em outras, esta empresa não está a  
806 prestar o melhor serviço e já tiveram a oportunidade de manifestar o nosso  
807 desagrado.-----

808 Quanto ao Largo da Igreja, naquele momento, não se encontrava em condições  
809 de informar quanto ao assunto.-----

810 ----- Em resposta à Senhora Deputada Cezarina Maurício (PS) o seu protesto  
811 quanto à questão do agendamento ou não agendamento da proposta dos  
812 Vereadores do PS. Se leu as atas, também já teve a oportunidade de se debruçar  
813 sobre os assuntos e teve a oportunidade de explicar porque é que não agendou o  
814 assunto e num outro caso também o justificam, porque iria ter uma reunião com  
815 um especialista na matéria para abordarem esses assuntos e que se prendia com  
816 a iluminação pública. Quem o conhece sabe bem que não há prepotência, nem  
817 falta de democracia da sua parte.-----

818 ----- Agradeceu a chamada de atenção do Senhor Deputado António Nogueira  
819 (PPD/PSD) reconhecendo que é uma zona que se torna perigosa, sempre o foi  
820 devido à acumulação de folhagens. De facto, esse material já devia ter sido  
821 cortado, tem havido atrasos nessa matéria que não compete à Câmara.-----

822 ----- À intervenção do Senhor Deputado Ricardo Morgado (PPD/PSD) já fez  
823 referência à Central de Camionagem e outras obras que a Câmara está a efetuar.  
824 Relativamente ao Mercado Municipal Provisório nos Belinos, de facto estão de  
825 parabéns os técnicos da Câmara que se empenharam em concretizar um espaço  
826 que pudesse ser o mais apelativo e ter as melhores condições não só para os  
827 comerciantes, como para todos aqueles que ali vão e agora ainda mais porque  
828 aquele espaço foi escolhido para ter a possibilidade de um estacionamento  
829 contíguo, é um espaço que está interessante, é provisório. Quer os comerciantes,  
830 quer os utilizadores do Mercado estão bastante satisfeitos, portanto, os parabéns  
831 vão acima de tudo para os técnicos da Câmara e, em particular, à Eng.<sup>a</sup> Célia  
832 Paixão que foi incansável e a pessoa que mais trabalhou para a concretização do  
833 momento da mudança dos comerciantes para o novo espaço e que conduzirá ao  
834 início das obras de requalificação do Mercado Municipal.-----





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

835 ----- Usou da palavra a Senhora Deputada Ana Paula Freitas (PS) referindo-se  
836 ainda à situação do Clube Desportivo de Gouveia, aproveitando para questionar  
837 acerca da garrafa da Coca-Cola que esteve exposta na Praça do Município e que  
838 pressupostamente iria trazer verbas que reverteriam para este Clube. Por outro  
839 lado, perguntou, se caso o CDG encerre e se lhe forem entregues as chaves o  
840 que é que a Autarquia pretende fazer com as mesmas.-----  
841 Questionou, ainda, em que data se prevê a realização da sessão de informação  
842 sobre a transferência de competências. Isso é fundamental para quem trabalha,  
843 pois muitas vezes quando a informação chega dois dias antes, é difícil para  
844 quem trabalha ter que cumprir os horários de trabalho para estar presente nas  
845 sessões que a Câmara promove.-----  
846 ----- Usou da palavra a Senhora Deputada Maria de Lurdes Paraíso (PS)  
847 referindo que, em relação à elaboração da lista dos lesados, é de opinião que  
848 deviam ser os técnicos da Câmara a andar no terreno, pois não são os técnicos da  
849 CCDRC que conhecem os locais em causa. Em relação a esse suposto atelier,  
850 alguém teve que o invocar. Uma vez evocado, não se confirmou se era casa de  
851 1.ª habitação ou não? – Questionou. Pois, sem luz e água, é difícil viver numa  
852 casa dessas. É nestas situações pormenorizadas que muitas vezes se criam  
853 nódoas e pensa que esta situação é uma má nódoa e não está a ter da parte do  
854 Município uma resposta clara, à semelhança de outras questões colocadas.-----  
855 Considera que a lista dos lesados dos incêndios tem que ser publicada em Edital,  
856 tem que ser do conhecimento público. Os processos têm que ter transparência,  
857 caso contrário começam a desconfiar da fidelidade dos procedimentos e por isso  
858 entendeu questionar.-----  
859 ----- Interveio o Senhor Presidente da Câmara referindo que as listas foram  
860 presentes à última sessão da assembleia para aprovação.-----  
861 ----- Retomou a palavra a Senhora Deputada Maria de Lurdes Paraíso (PS) não  
862 percebendo ainda como é que o Senhor Presidente da Câmara não tem uma  
863 resposta em relação ao Adro de Passarela. Pelo que decidiu recolocar a questão:  
864 por que razão foram arranjadas quatro quelhas de acesso a particulares que não  
865 fazem uso das mesmas? O motivo de terem gasto paralelos em quatro zonas que,  
866 todas juntas, permitiria requalificar o Adro da Igreja? – Perguntou a Senhora  
867 Deputada.-----  
868 ----- Usou da palavra a Senhora Deputada Cezarina Maurício (PS) para fazer  
869 uma observação, uma vez que já não é a primeira vez que o Senhor Presidente  
870 da Câmara resvala para esse aspeto. Nunca cairá nessa perspectiva que é de  
871 pessoalizar, não tem sequer que o conhecer, a verdade é essa. Agora, o que pode  
872 colocar aqui são aspetos de natureza política e foi isso que fez. Ficou informada



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

873 e ficou com a sua perspetiva e vai ficar atenta. Mas pessoalização não. Agora, o  
874 resto é naquele órgão que se discutem os assuntos e os podem colocar.-----  
875 ----- Usou da palavra o Senhor Deputado Fernando Silva (PS) referindo que  
876 lhe pareceu que não se conseguiu fazer entender face ao que pretendia.  
877 Concorda com a explicação que lhe deu, mas não foi isso que perguntou. Se o  
878 Município pode fazer, se tem que avaliar, se tem que fazer estudos, está  
879 completamente de acordo quanto a isso. A esse respeito, o que disse, foi que não  
880 cabe nesta ocasião avaliar o conteúdo do documento, porque isso já foi feito na  
881 sessão de junho de 2018. Não é isso que o motivou a colocar novamente a  
882 questão. O que o conduziu a colocar novamente este assunto, e a sua indignação  
883 sincera, é por que o tem como democrata e diz aqui que não quer acreditar que  
884 tenha sido a falta de cultura democrática que os trouxe a esta situação  
885 deplorável.-----  
886 O que importa agora é obter uma resposta clara e inequívoca a esta pergunta:  
887 *“V.Ex.<sup>a</sup>, Senhor Presidente da Câmara, vai agendar o ponto em questão nos*  
888 *termos em que a Assembleia Municipal o deliberou?”* Ou seja, esta Assembleia  
889 Municipal e o Senhor Presidente da Mesa, que é o representante desta  
890 Assembleia, saberá disso tão bem quanto ele, tomou uma deliberação em junho  
891 no sentido de enviar um documento aprovado para que a Câmara Municipal o  
892 agendasse, o analisasse e posteriormente enviasse o que pensa acerca dele.-----  
893 Aquilo que aconteceu e indignou o Senhor Deputado é que houve essa  
894 deliberação da Assembleia Municipal e o Senhor Presidente da Câmara  
895 esqueceu e ignorou pura e simplesmente o que a Assembleia Municipal tinha  
896 deliberado.-----  
897 ----- Interveio o Senhor Presidente da Câmara alegando que não vai agendar  
898 um assunto sem ter previamente informação consistente acerca de valores de  
899 despesa e respetivos financiamentos, entre outros aspetos. A posição da Câmara  
900 tem que ser feita com base em dados concretos, de modo a permitir tomar uma  
901 posição com as condicionantes e custos.-----  
902 ----- Retorquiu o Senhor Deputado Fernando Silva (PS) referindo que se o  
903 Senhor Presidente da Câmara fizesse isso, nunca seria acusado de não ter  
904 cumprido uma deliberação da Assembleia Municipal. E agora acuso-o disso!-----  
905 O Senhor Presidente da Câmara não cumpriu uma deliberação da Assembleia  
906 Municipal. E não vai deixar cair este assunto em esquecimento, porque é  
907 demasiado importante. O Senhor Presidente da Câmara tem em seu poder uma  
908 deliberação da Assembleia Municipal e o Senhor Presidente da Mesa tomará as  
909 medidas que entender que deve tomar para assegurar que aquele órgão não seja  
910 um espaço oco e vazio e, portanto, o Senhor Presidente agenda, discute, decide e  
911 responde à Assembleia.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

912 ----- Interveio o Senhor Presidente da Câmara referindo que o timing do  
913 Senhor Deputado não tem que ser o timing da Câmara. Não significa que há  
914 falta de respeito, mas o Senhor Deputado não pode impor à Câmara os seus  
915 timings.-----

916 ----- Retorquiu o Senhor Deputado Fernando Silva (PS) referindo que não  
917 pretende impor nada à Câmara Municipal, apenas constatou que houve um  
918 desrespeito para com uma deliberação da Assembleia Municipal.-----

919 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referindo  
920 que é evidente que foi tomada uma deliberação. A deliberação foi apresentada  
921 ao Senhor Presidente da Câmara, mas a Assembleia Municipal não tem poder  
922 para impor deliberações, nomeadamente, aquelas que tenham gastos não  
923 previstos dentro da Câmara. Gostava de ter uma resposta do executivo e fará  
924 tudo para tentar ter essa resposta. Agora quanto ao prazo para agendamento por  
925 parte do executivo, a Lei não determina.-----

926 Apelou para que discutam os assuntos sem paixão e com razão, tentando levar  
927 os assuntos a bom porto, mas a verdade é que a Mesa da Assembleia não pode  
928 impor uma decisão em quinze dias ou um mês.-----

929 ----- Retorquiu o Senhor Deputado Fernando Silva (PS) referindo que a  
930 deliberação aprovada pela Assembleia em junho não tem custos, na medida em  
931 que era apenas para solicitar o seu agendamento.-----

932 ----- Usou da palavra o Senhor Deputado Constantino Matos (CDU)  
933 compreendendo que a aplicação de herbicida que está a ser feita ao longo da  
934 EN17 não é da responsabilidade da Câmara, mas sim de uma empresa privada.  
935 No entanto, não lhes parece coerente esta situação, inclusivamente, pode  
936 prejudicar não só a circulação, no caso dos veículos terem que se deslocar para a  
937 berma, por falta de estabilidade das bermas e dos taludes, como também pode  
938 prejudicar em parte a economia da região. Se temos uma economia rural baseada  
939 na exploração de gado ovino, as ovelhas morrem quando comem a erva curada  
940 ou por outro lado é extremamente perigoso para as abelhas. O seu reparo vai no  
941 sentido de que a Câmara tenha uma postura mais crítica em relação ao trabalho  
942 destas empresas, na medida em que os afeta a todos.-----

943 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Folgoso  
944 colocando novamente a questão dos Viveiros de Folgoso, em que o Senhor  
945 Presidente da Câmara os informou do seguinte e voltou a citar:-----

946 *“Em relação aos viveiros de Folgoso está inscrito em orçamento para*  
947 *candidatura, para além disso, vão apresentar candidatura ao programa*  
948 *Renovação de Aldeias à ADRUSE direccionado para Folgoso, no valor de*  
949 *200.000,00 euros, face aos avultados prejuízos com os incêndios”*.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

950 Tendo-lhe posteriormente colocado a questão se as candidaturas já tinham sido  
951 apresentadas e qual o ponto de situação o Senhor Presidente respondeu o  
952 seguinte: “*Que iriam ser verificados os pormenores para a Variante de*  
953 *Folgosinho*” Assim, pergunta, chegados ao final de 2018, se alguma coisa foi  
954 feita.-----  
955 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de  
956 Freguesias de Melo e Nabais referindo que, no ano de 2018, não foi possível à  
957 Junta de Freguesia executar uma obra que foi contemplada nos apoios. Para o  
958 próximo ano, para além das duas obras contemplada, poderá ter ainda esta que  
959 não realizou, passando a ter três obras apoiadas?-----  
960 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente respondendo em relação ao Clube  
961 Desportivo de Gouveia, acima de tudo, cabe aos sócios decidirem o que  
962 pretendem fazer em relação ao seu clube.-----  
963 Em resposta à Senhora Deputada Maria de Lurdes Paraíso (PS), em relação ao  
964 caso concreto dos incêndios na freguesia de Melo, não foi a Câmara que o  
965 referenciou, foi o Senhor em questão que se dirigiu à Câmara a sinalizar o caso.  
966 Quando surgiram essas denúncias, foi a CCDRC que os procurou e pediu ajuda  
967 na recolha de informação. Da parte da Câmara, não referenciaram, em momento  
968 algum, como sendo de primeira habitação. Considera que não há falta de  
969 transparência. Aliás, a lista foi presente à última reunião de Câmara com os  
970 números dos processos.-----  
971 Respondendo ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Folgosinho, em  
972 relação aos Viveiros, informou que não foi feita ainda nenhuma candidatura e  
973 que a mesma vai ser feita até ao final do ano. Só em finais de outubro surgiu o  
974 período de candidaturas, não só dos Viveiros de Folgosinho, mas também em  
975 relação a tudo o que ardeu no incêndio de outubro de 2017. Aquilo que vão fazer  
976 será no âmbito do património natural da CIM de modo a que aquele espaço seja  
977 o que todos querem.-----  
978 Quando à estrada da Variante de Folgosinho, em 2018, não foi essa a  
979 preocupação, tiveram outras prioridades, nomeadamente, elaborar muitos dos  
980 projetos das casas que arderam e estiveram comprometidos com essas questões e  
981 com outras, nomeadamente, as candidaturas do POSEUR, na reabilitação  
982 urbana, entre outras. No próximo ano, se analisará, não se vai comprometer.  
983 Contudo, no Orçamento estão contempladas pavimentações, prioridades  
984 necessárias e fundamentais, esta não está como uma prioridade, pois ainda não  
985 têm contemplado estudos e orçamento para ser feito.-----  
986 Informou que a candidatura à ADRUSE o montante foi apenas de 40.000,00  
987 euros.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

- 988 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia autorizando a  
989 Senhora Deputada Ana Paula Freitas (PS), na qualidade de proponente, a fazer a  
990 apresentação da proposta entregue à Mesa no início do Período de “Antes da  
991 Ordem do Dia”:------
- 992 **“Proposta da bancada municipal do PS sobre a realização de uma assembleia**  
993 **extraordinária para debate público sobre o fornecimento e distribuição de**  
994 **águas, tratamento de águas, saneamento e outras**
- 995 - *Porque a gestão da água deve observar o indesmentível princípio do valor*  
996 *social e humano de que esta se reveste, devendo ser consagrado o acesso*  
997 *universal à água para suprir as necessidades básicas a um custo sustentável;*  
998 - *Porque a água é um recurso escasso que representa, simultaneamente, o*  
999 *maior e melhor o recurso do nosso património imaterial;-----*
- 1000 - *Porque deliberar sobre a temática da captação/ exploração, distribuição e*  
1001 *tratamento da água - implica decisões responsáveis e informadas, sustentadas*  
1002 *em estudos e pareceres técnicos e financeiros abalizados e imparciais;-----*
- 1003 - *Porque o estudo aqui apresentado (400 páginas) e realizado ao longo de dois*  
1004 *anos, sem que nunca dele se tenha feito conhecimento, necessita uma leitura*  
1005 *analítica, cabal e séria, acompanhada de informação técnica e financeira, a par*  
1006 *de uma discussão pública em prol de Gouveia;-----*
- 1007 - *Porque as decisões sobre esta matéria, pela sua essência comprometedor e*  
1008 *vinculatória para os próximos 40 anos, devem ser tomadas sem pressa e nunca*  
1009 *de ânimo leve – a pressa é má conselheira;-----*
- 1010 - **Propomos:** *Ao abrigo do artigo 34, ponto 4, do Regimento desta Assembleia*  
1011 *Municipal, que o assunto seja analisado, apreciada e debatido em sessão*  
1012 *extraordinária (ou, de que transite para a sessão ordinária de Fevereiro se esta*  
1013 *não comportar uma assinalável carga de pontos).-----*
- 1014 *Propomos ainda a realização de um debate público sobre o fornecimento e*  
1015 *distribuição de águas, tratamento de águas, saneamento e a constituição de*  
1016 *uma empresa intermunicipal para a gestão agregada dos serviços em causa, tal*  
1017 *como referido na proposta do município.-----*
- 1018 *14-dezembro-2018, O Grupo Parlamentar”-----*
- 1019 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia referindo que iria  
1020 colocar à votação a proposta nos termos do n.º 4 do art.º 34.º do Regimento, para  
1021 inclusão na Ordem de Trabalhos.-----
- 1022 ----- Solicitou o uso da palavra o Senhor Presidente da Câmara, referindo que  
1023 vão discutir este assunto quando entenderem, mas este assunto foi colocado e é  
1024 proposta a sua discussão pelo Governo do PS. Há obras importantes que têm que  
1025 ser feitas nas freguesias, como é o caso de S.Paio e Paços da Serra. O concelho  
1026 necessita de obras urgentes para eliminar perdas de água na rede de





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1027 abastecimento público. São obras que exigem muitos investimentos e esses  
1028 investimentos só são possíveis de fazer recorrendo a financiamento comunitário.  
1029 Acontece que, o Governo do PS decidiu que, a partir de agora, as candidaturas  
1030 que pretendam apresentar apoio para estas intervenções, ou estão agregados, ou  
1031 entregam a “Baixa” a um sistema intermunicipal. Sozinhos não têm direito a  
1032 fazer uma única candidatura. É isso que está em causa. Está em causa um Aviso  
1033 que saiu recentemente, com prazo até 28 de fevereiro de 2019, em que podem  
1034 obter, garantidamente, 2 milhões de euros FEDER. Vai sair brevemente um  
1035 outro Aviso especificamente para eliminação de perdas de águas na rede  
1036 pública.-----

1037 Esta questão tem que ser debatida de forma pragmática. Ainda recentemente na  
1038 CIM de Coimbra onze municípios se agregaram para este preciso fim. Precisam  
1039 de fazer investimentos importantes, até para poderem vir a ter tarifários mais  
1040 baixos para os nossos consumidores, pois todos os dias, metade do que se  
1041 adquire de água é desperdiçado, devido às rupturas nas condutas. A partir de  
1042 agora, sozinhos não vão poder recorrer a apoio comunitário para efetuar estas  
1043 obras. Ou entregam a “Baixa” ao sistema intermunicipal de Águas Vale do Tejo,  
1044 e eles assumem, mas são eles que ficam também com a fixação dos tarifários. Se  
1045 a Câmara se agregar com outros dois Municípios, maioritariamente PS, a  
1046 Câmara de Gouveia continua a ser dona da rede, e poder para fixar os tarifários  
1047 que cobram aos munícipes e ao mesmo tempo ainda conseguem apresentar  
1048 candidaturas para apoio comunitário. São diferenças substanciais. E é por isso  
1049 que aquilo que é proposto é essa opção, agregados com outros Municípios  
1050 continuam com estas possibilidades de ter o controlo. Este assunto já foi  
1051 presente a reunião de Câmara e a pressa neste caso é no sentido de ter uma  
1052 decisão para em tempo útil estarem em condições de apresentar as candidaturas  
1053 em fevereiro.-----

1054 Contudo, a Câmara Municipal não tem objeção em retirar o ponto, solicitar o  
1055 agendamento de uma sessão extraordinária em janeiro de 2019, bem como  
1056 promover uma sessão de informação com os técnicos. Até o próprio Secretário  
1057 de Estado do Ambiente que, na próxima quarta-feira, se deslocará a Oliveira do  
1058 Hospital, poderá ser que esteja disponível para esclarecer os Senhores  
1059 Deputados.-----

1060 ----- Interveio a Senhora Deputada Ana Paula Freitas (PS) referindo que em  
1061 democracia tal como *“à mulher de César não basta parecer é preciso sê-lo”* o  
1062 Senhor Presidente da Câmara não precisa de lhe falar assim, porque parte do  
1063 pressuposto que esta Câmara assenta no processo democrático. Não é isso que  
1064 está em causa. Tendo o PS conhecimento que o fornecimento em “Alta” tem  
1065 sido bastante complicado e, quando este problema é colocado perante a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1066 Autarquia, a Câmara demite-se da situação, dizendo que “é problemas deles”,  
1067 vai acontecer o mesmo quando entregarem a água em “Baixa”. Se têm a situação  
1068 que têm da rede e das perdas de água, se calhar isso também se deve ao  
1069 Município de não ter feito a manutenção do serviço de água ao longo deste  
1070 processo.-----  
1071 ----- Usou novamente da palavra o Senhor Presidente da Câmara propondo ao  
1072 Senhor Presidente da Mesa que seja retirado o Ponto 11 da ordem de trabalhos.--  
1073 ----- Usou da palavra o Senhor Deputado Ricardo Morgado (PPD/PSD)  
1074 referindo que, realizando-se uma Assembleia Extraordinária em janeiro, poderá  
1075 ser incluído este ponto, que é de facto um ponto muito importante para o Grupo  
1076 Parlamentar do PPD/PSD, com o qual se têm debruçado e com o qual  
1077 concordam, e concordam com uma proposta de um Governo PS suportada por  
1078 uma maioria de Municípios do PS. Na ordem de trabalhos encontra-se agendada  
1079 uma outra proposta da bancada da CDU que sugeriu que também transitasse  
1080 para essa Assembleia de modo a ser debatida.-----  
1081 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referindo  
1082 que o Senhor Presidente da Câmara acabou de propor à Mesa da Assembleia que  
1083 fosse retirada a proposta referente ao Ponto 11, passando a sua discussão para a  
1084 sessão extraordinária a realizar em janeiro. Deste modo, questionou a  
1085 proponente se pretende manter a proposta da Bancada do PS para inclusão na  
1086 ordem de trabalhos.-----  
1087 ----- Usou da palavra a Senhora Deputada Ana Paula Freitas (PS) retirando a  
1088 proposta, uma vez que o Ponto 11 foi retirado.-----  
1089 ----- Usou novamente da palavra o Senhor Presidente da Assembleia  
1090 Municipal referindo que a CDU, no seu direito democrático, apresentou também  
1091 uma proposta relativa ao mesmo tema. Face ao desenvolvimento do assunto,  
1092 perguntou ao Senhor Deputado da CDU se tem intenção em manter a proposta  
1093 ou se também a pretende retirar.-----  
1094 ----- Usou da palavra o Senhor Deputado Constantino Matos (CDU) referindo  
1095 que como a CDU tinha dito no início da sessão quando apresentou a sua  
1096 proposta relativamente ao adiamento do Ponto 11, como o Senhor Presidente da  
1097 Câmara retirou a proposta, a CDU também retira a sua proposta e,  
1098 concomitantemente, também propõe a retirada do Ponto 13 da Ordem de  
1099 trabalhos.-----  
1100 ----- Usou da palavra o Senhor Deputado Fernando Silva (PS) referindo que  
1101 em relação àquilo que os Senhores Deputados falam do Governo PS,  
1102 sinceramente, tem um desejo de que um dia todos os deputados de todas as  
1103 forças políticas se pudessem olhar nos olhos e unirem-se sem ter sempre essa  
1104 reserva mental do “emblema” partidário. E faz um apelo para que haja uma



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1105 tentativa de caminhar nesse sentido. Sobre este assunto, fica bem ao Senhor  
1106 Presidente da Câmara tomar a decisão que tomou em ao ter retirado a proposta.  
1107 Por outro lado, considera que é importante em janeiro discutirem este assunto.  
1108 Concorda basicamente com os pressupostos que apresenta para esta proposta,  
1109 iria votar contra porque não considera ser viável serem apresentadas cerca de  
1110 400 páginas para serem analisadas numa semana, sem nenhuma sessão de  
1111 esclarecimento às pessoas que, responsabilmente, têm que deliberar sobre este  
1112 assunto. Por isso, solicitou que fosse promovida essa sessão de esclarecimento  
1113 com os técnicos ou com o Senhor Secretário de Estado, porquanto pretendem  
1114 votar em consciência.-----  
1115 ----- Usou da palavra a Senhora Deputada Ana Paula Freitas (PS)  
1116 acrescentando que, para além disso, trata-se de um estudo que é feito e que está  
1117 a decorrer há dois anos e nem dele se dá conhecimento aos Vereadores, nem à  
1118 Assembleia, apesar de haver parte dos estudos que já foram pagos. Estão a  
1119 estudar uma forma de entregar as águas fora do município e ninguém sabe disso  
1120 e de um momento para o outro têm que decidir esta questão.-----  
1121 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia referindo que  
1122 concorda no que diz respeito ao volume de documentos e sem uma explicação  
1123 atempada torna-se difícil essa análise. A melhor solução para se ter uma decisão  
1124 mais firme sobre o assunto é discutir-se numa sessão informativa. Assim,  
1125 sugeriu ao executivo no sentido de levar a efeito uma sessão de esclarecimento  
1126 sobre este assunto dirigida aos Senhores Deputados.-----  
1127 ----- Usou novamente da palavra a Senhora Deputada Ana Paula Freitas (PS)  
1128 concordando com o Senhor Presidente da Mesa, deve ser promovido esse  
1129 debate, essa sessão de esclarecimento para os membros desta Assembleia, mas  
1130 também em termos de autarquia, porque se trata de uma decisão que remete para  
1131 os próximos quarenta anos.-----  
1132 ----- Interveio o Senhor Vereador João Paulo Agra solicitando ao Senhor  
1133 Presidente da Mesa que lhe fosse concedido o uso da palavra para defesa da  
1134 honra dos Vereadores do Partido Socialista, tendo-lhe sido concedida, pese  
1135 embora que, de acordo com o n.º 5 do art.º 41.º do Regimento da Assembleia, a  
1136 palavra é concedida aos Vereadores no final da reunião para o exercício do  
1137 direito de defesa de honra.-----  
1138 ----- No uso da palavra o Senhor Vereador João Paulo Agra referiu que  
1139 pretendia esclarecer o seguinte: que não fiquem dúvidas absolutamente  
1140 nenhuma de que na vereação, os vereadores tiveram acesso às referidas  
1141 quatrocentas páginas da documentação. Isso não é verdade. Houve de facto uma  
1142 reunião preparatória em que foram disponibilizados, porque pediram  
1143 antecipadamente, e foi disponibilizado um pequeno texto que está nessas



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1144 quatrocentas páginas e não a totalidade do documento. Esse documento não o  
1145 conheceram, só dele tiveram conhecimento a poucos dias da realização da  
1146 reunião. Grande parte dessa documentação já tinha uma elaboração interna de  
1147 vários meses. Por isso mesmo, tomaram a decisão que tomaram em termos de  
1148 reunião de Câmara, solicitaram o adiamento desse ponto da ordem de trabalhos  
1149 para que precisamente ele fosse discutido.-----

1150 ----- Solicitou ainda o uso da palavra o Senhor Deputado Rui Monteiro (PS)  
1151 referindo que o Senhor Presidente da Câmara na sua intervenção falou numa  
1152 agregação de três Municípios, no entanto, na proposta estão incluídos cinco  
1153 municípios. Pretendia um esclarecimento.-----

1154 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa dando por concluído o  
1155 debate, prosseguindo para a discussão da ordem de trabalhos. Trata-se de uma  
1156 pergunta extemporânea, na medida em que, como ficou decidido, será um  
1157 assunto a discutir numa próxima sessão da Assembleia, momento em que o  
1158 Senhor Presidente da Câmara prestará os esclarecimentos necessários.-----

### II - PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”

1159 ----- Não se verificou a intervenção por parte do público presente.-----

### III – PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”

1162 **PONTO 1 - Discussão e votação da Proposta de Nomeação do Auditor**  
1163 **Externo BDO & Associados – Sociedade de Revisores**  
1164 **Oficiais, Lda, para certificação legal das contas de 2018 e**  
1165 **2019**

1166 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal  
1167 concedendo a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentação do  
1168 ponto da ordem de trabalhos.-----

1169 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que se trata de  
1170 uma obrigação legal que decorre da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, em que  
1171 as contas anuais dos municípios devem ser verificadas e certificadas por auditor  
1172 externo, o qual é nomeado por deliberação do órgão deliberativo, sob proposta  
1173 do órgão executivo.-----

1174 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa declarando abertas as  
1175 inscrições para os membros da Assembleia que pretendessem intervir.-----

1176 ----- Não se verificando nenhuma inscrição por parte dos Senhores Deputados,  
1177 o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a “**PROPOSTA DE**  
1178 **NOMEAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO BDO & ASSOCIADOS –**  
1179 **SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS, LDA, PARA**  
1180 **CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS DE 2018 E 2019**”, tendo sido o  
1181 documento aprovado, por unanimidade, nos termos do n.º 1 do art.º 77.º da Lei  
1182 n.º 73/2013, de 3 de setembro.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUEIA

### 1183 PONTO 2 – Discussão de votação da Proposta de Lançamento de Derrama 1184 para 2019

1185 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal  
1186 concedendo a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentação do  
1187 ponto da ordem de trabalhos.-----

1188 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que se propõe,  
1189 em coerência com as razões aduzidas no ano passado, manter, em 2019, o  
1190 Lançamento de uma Derrama de 1 % sobre o lucro tributável sujeito e não isento  
1191 de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas e isenção de Derrama em  
1192 2019:-----

1193 - Para os sujeitos passivos cujo volume de negócios no ano anterior não  
1194 ultrapasse os 150 000 euros;-----

1195 - Para os sujeitos passivos da restauração e pequeno comércio, incluindo as  
1196 farmácias, conforme setores de atividade listados por CAE no Anexo I da  
1197 Proposta, com um volume de negócios inferior a 500 000 euros;-----

1198 - Isenção da Derrama por um período de 5 anos para as empresas que venham a  
1199 instalar a sua sede social no concelho de Gouveia e que venham a criar, e  
1200 mantenham no período da isenção no mínimo 5 postos de trabalho.-----

1201 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa declarando abertas as  
1202 inscrições para os membros da Assembleia que pretendessem intervir.-----

1203 ----- Usou da palavra o Senhor Deputado Fernando Cabral Silva (CDS/PP)  
1204 referindo que pretendia fazer o seguinte esclarecimento relativamente à  
1205 Derrama:-----

1206 *“A Derrama é um imposto municipal que incide sobre o lucro tributável das*  
1207 *peças colectivas. A ideia de que uma diminuição da taxa municipal de*  
1208 *derrama contribui para atrair e fixar empresas nos respetivos municípios e*  
1209 *regiões, é uma falácia enorme, se ignorarmos os diversos elementos de*  
1210 *atractividade empresarial ao nível municipal e intermunicipal os quais*  
1211 *invariavelmente terão real impacto na decisão de localização empresarial local.*  
1212 *Existem diversos factores que contribuem para tal, entre os quais destaco, por*  
1213 *exemplo, a capacidade industrial e empresarial instalada, a proximidade de*  
1214 *clusters já enraizados, as infraestruturas, o conjunto de acessibilidades e a*  
1215 *eficácia da rede de transportes, os recursos naturais endógenos, a massa crítica*  
1216 *existente, a nível imobiliário, o preço médio por metro quadrado, a densidade*  
1217 *populacional, ou seja, a derrama municipal per si não é o instrumento*  
1218 *fundamental para obstruir ou condicionar a atratividade empresarial numa*  
1219 *região, nem tão pouco pode ser o principal fator de uma estratégia de atração*  
1220 *de novos investimentos.*-----





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1221 *É imprescindível a definição de uma estratégia de crescimento económico,*  
1222 *sustentável e inclusivo e a derrama neste plano é um mero complemento.”-----*  
1223 ----- Usou da palavra a Senhora Deputada Ana Paula Freitas (PS) referindo que  
1224 a intervenção da bancada do PS também vai um pouco na linha daquilo que  
1225 referiu o Senhor Deputado Fernando Cabral Silva (CDS/PP) e pensam que não  
1226 são significativos os valores. Fará se calhar sentido que o Município tenha um  
1227 regulamento que clarifique e torne transparente a política fiscal empregue para  
1228 as empresas que se pretendam fixar no concelho, tornando aliciante em termos  
1229 de empregabilidade e que tente não promover um trabalho que é precário e a  
1230 exploração de mão-de-obra da nossa população como se parece constar em  
1231 algumas situações no concelho.-----  
1232 ----- Usou da palavra o Senhor Deputado Ricardo Morgado (PPD/PSD)  
1233 referindo que a proposta de Derrama pode não ser significativa no sentido de  
1234 incentivar as empresas a fixarem-se no concelho, mas é um gesto importante do  
1235 Município sobretudo para com as empresas que cá estão, e aquelas que são  
1236 pequenas empresas, pequenos comércio, restauração que não tem obviamente  
1237 que pagar mais um imposto neste país dos impostos. E pensa que em Gouveia  
1238 quem irá pagar a derrama são os grandes grupos económicos, como os Bancos,  
1239 por exemplo. Não é uma medida de grande incentivo, mas é uma medida,  
1240 porque realmente as medidas de incentivo não partem tanto do Município,  
1241 porque o que fiscalmente o Município pode fazer é muito pouco, pois pode fazer  
1242 muito pouco e aquilo que é tributação às empresas menos é, falta de facto pensar  
1243 de uma vez por todas na descida do IVA na eletricidade, uma política fiscal no  
1244 IRC e nos custos do trabalho para o Interior diferenciado, mas isso aí o  
1245 Município tem muito pouco que fazer.-----  
1246 Nesta proposta volta a manter uma linha correta de não aumentar impostos e de  
1247 permitir este tipo de isenções que são bons para as empresas que cá estão, mas  
1248 também para as que vierem são medidas positivas.-----  
1249 ----- Após as explicações do Senhor Presidente da Câmara e as intervenções  
1250 dos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a  
1251 **“PROPOSTA DE LANÇAMENTO DA DERRAMA A APLICAR SOBRE**  
1252 **O LUCRO TRIBUTÁVEL SUJEITO E NÃO ISENTO DE IMPOSTOS**  
1253 **SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLECTIVAS DO**  
1254 **EXERCÍCIO DE 2018 A LIQUIDAR EM 2019”**, que a seguir se reproduz,  
1255 tendo sido a mesma aprovada, por maioria, com **vinte e três (23) votos a favor**  
1256 por parte do Grupo Parlamentar do PPD/PSD e **treze (13) abstenções**, por parte  
1257 dos Grupos Parlamentares do PS, CDS-PP e CDU, nos termos da alínea d) do n.º  
1258 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:-----

*“Proposta*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1260 *Lançamento da Derrama a aplicar sobre o lucro tributável sujeito e não isento*  
1261 *de impostos sobre o rendimento das pessoas colectivas do exercício*  
1262 *de 2018 a liquidar em 2019*

1263 **Considerando:**

- 1264 • *O disposto na alínea c) do artigo 14.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de*  
1265 *setembro (que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e*  
1266 *das Entidades Intermunicipais, vulgarmente designada Lei das Finanças*  
1267 *Locais, doravante RFALEI), que consagra o produto da cobrança da*  
1268 *derrama como uma das receitas municipais;*
- 1269 • *O disposto no n.º 1 do artigo 18º do mesmo diploma, segundo o qual “os*  
1270 *municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao*  
1271 *limite máximo de 1,5 %, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de*  
1272 *imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda*  
1273 *à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos*  
1274 *passivos residentes em território português que exerçam, a título*  
1275 *principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e*  
1276 *não residentes com estabelecimento estável nesse território”*
- 1277 • *Que, nos termos do n.º 12 do artigo 18º do RFALEI, a Assembleia*  
1278 *Municipal pode, sob proposta da Câmara Municipal, “deliberar lançar*  
1279 *uma taxa reduzida de derrama para os sujeitos passivos com um volume*  
1280 *de negócios no ano anterior que não ultrapasse os (euros) 150 000”;*
- 1281 • *Que, a Assembleia Municipal pode, sob proposta da Câmara Municipal e*  
1282 *nos termos do artigo 16º do RFALEI, pode conceder isenções totais ou*  
1283 *parciais, relativamente a impostos e outros tributos próprios, fixando o*  
1284 *âmbito da isenção;*
- 1285 • *Que, as deliberações referidas devem ser comunicadas, por via*  
1286 *eletrónica, à Autoridade Tributária até ao dia 31 de dezembro do ano*  
1287 *anterior ao da cobrança por parte dos serviços competentes do Estado,*  
1288 *sob pena de não haver lugar à cobrança, conforme n.º 17 do artigo 18º*  
1289 *da RFALEI;*
- 1290 • *Que é essencial manter o apoio municipal à atividade económica, bem*  
1291 *como a promoção de novos incentivos ao investimento e à*  
1292 *consequentemente criação de novos postos de trabalho;*
- 1293 • *Que há também responsabilidade solidária das empresas*  
1294 *desenvolvimento concelhio e tendo em conta a evolução da receita*  
1295 *arrecadada e a necessidade de manter uma política fiscal equilibrada e*  
1296 *sustentada;*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

- 1297 • *Que é possível manter uma diferenciação positiva para as PME's do*  
1298 *concelho, favorecendo o seu crescimento, bem como a sua*  
1299 *competitividade.*

1300 *Tenho a honra de propor que a Assembleia Municipal delibere aprovar, ao*  
1301 *abrigo da alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do Regime Jurídico das*  
1302 *Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ao abrigo*  
1303 *da alínea c) do artigo 14.º, do n.º 2 do artigo 16.º e do artigo 18.º, todos da Lei*  
1304 *n.º 73/2013, de 3 de setembro, o seguinte:*

1305 *1 - O lançamento, em 2019, de uma Derrama de 1 % sobre o lucro*  
1306 *tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das*  
1307 *Pessoas Coletivas;*

1308 *2 - A isenção da Derrama em 2019:*

1309 *a) Para os sujeitos passivos cujo volume de negócios no ano anterior*  
1310 *não ultrapasse os 150 000 euros (n.º 12 do artigo 18.º);*

1311 *b) Para os sujeitos passivos da restauração e pequeno comércio,*  
1312 *incluindo as farmácias, conforme setores de atividade listados por CAE*  
1313 *no Anexo I, que faz parte integrante da presente proposta, com um*  
1314 *volume de negócios inferior a 500 000 euros;*

1315 *3 - A isenção da Derrama por um período de 5 anos para as empresas*  
1316 *que venham a instalar a sua sede social no concelho de Gouveia e que*  
1317 *venham a criar, e mantenham no período da isenção, no mínimo, 5*  
1318 *postos de trabalho.”*

### 1319 **PONTO 3 - Discussão e votação da Proposta de Fixação da Taxa do** 1320 **Imposto Municipal sobre Imóveis para 2019**

1321 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal  
1322 autorizando o Senhor Presidente da Câmara a apresentar este ponto da ordem de  
1323 trabalhos, delegando essa função no Senhor Vereador Joaquim Lourenço.-----

1324 ----- Usou da palavra o Senhor Vereador Joaquim Lourenço referindo que a  
1325 proposta de fixação do IMI para 2019 vai no sentido da manutenção das mesmas  
1326 taxas relativamente ao ano de 2018. Relativamente aos prédios rústicos, propõe-  
1327 se a manutenção de 0,8% e para os prédios urbanos, que devem variar entre  
1328 0,3% a 0,45%, a proposta da Câmara vai no sentido de ser aplicado 0,37%.  
1329 Entenderam manter este equilíbrio fiscal ao longo do mandato, de modo a  
1330 manter também o equilíbrio das receitas relativamente ao orçamento e aquilo  
1331 que são as nossas obrigações de política social, obrigação para com as  
1332 coletividades e obrigações para investimentos. A par disso, continuamos com  
1333 uma redução levando em consideração o número de dependentes a cargo, ou  
1334 seja, um dependente, €20, dois dependentes, €40 e com três ou mais  
1335 dependentes, €70.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1336 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa declarando abertas as  
1337 inscrições para os membros da Assembleia que pretendessem intervir.-----

1338 ----- Usou da palavra o Senhor Deputado Constantino Matos (CDU)  
1339 procedendo à leitura da seguinte declaração:-----  
1340 *“A CDU considera que o IMI deveria sofrer uma redução dos seus valores face*  
1341 *à desertificação que o concelho de Gouveia tem vindo a sofrer ao longo dos*  
1342 *últimos anos, resultado das políticas levadas a cabo pelos anteriores Governos*  
1343 *dai resultando o empobrecimento do património, mantendo o seu valor*  
1344 *tributário exageradamente elevado, conforme se pode constatar pelo registo das*  
1345 *finanças. Face a isso, a CDU vota contra.”*-----

1346 ----- Usou da palavra o Senhor Deputado Fernando Cabral Silva (CDS-PP)  
1347 referindo o seguinte:-----  
1348 *“Como já foi referido a taxa de IMI proposta para 2019, vai manter-se igual ao*  
1349 *ano anterior, sabemos de facto que este imposto traduz-se numa receita*  
1350 *importante para o Município, ainda assim, acreditamos que a taxa pode vir a*  
1351 *ser reduzida, dispensando o Município de Gouveia parte desta receita a favor*  
1352 *das famílias e, proporcionando, assim uma maior atratividade para o nosso*  
1353 *concelho.”*-----

1354 ----- Usou da palavra a Senhora Ana Paula Freitas (PS) referindo que, no ano  
1355 transacto, a Bancada Municipal do PS absteve-se, acreditando na tendência de  
1356 descida e de apoio à fixação das pessoas e das famílias no Interior.-----  
1357 A nossa expectativa, este ano, saiu lograda, recomendando que os valores  
1358 pudessem de facto baixar no sentido de apoio a fixação de mais pessoas no  
1359 Interior e das famílias puderem também ter algum apoio nesse sentido.-----  
1360 Seria importante que o município tentasse fazer algum trabalho, nomeadamente,  
1361 junto do Estado para que os valores dos coeficientes de localização possam ser  
1362 revistos, uma vez que isso não aconteceu e de algum modo a promover aquilo  
1363 que são os problemas da interioridade e os limites impostos pela mesma.-----

1364 ----- Usou da palavra a Senhora Deputada Susana Seara Pires (PPD/PSD) que  
1365 em nome da bancada do PPD/PSD referiu o seguinte:-----  
1366 *“A Bancada do PPD/PSD, congratula-se com a decisão do executivo de manter*  
1367 *a taxa em 0,37% para os prédios urbanos, mantendo, assim, o equilíbrio fiscal*  
1368 *para as famílias que vêem os seus rendimentos estabilizados ou até aumentados,*  
1369 *continuando a proporcionar uma situação mais atrativa para quem cá vive e*  
1370 *para quem cá quer investir.*-----  
1371 *Para além disto, continuamos com um olhar sobre o lado social, pois não deixa*  
1372 *de ser um incentivo à natalidade ao propor a esta assembleia manter a redução*  
1373 *do referido imposto de acordo com o número de dependentes e na qualidade de*  
1374 *Município familiarmente responsável.”*-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1375 ----- Não se verificando mais nenhuma intervenção por parte dos Senhores  
1376 Deputados, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a “**PROPOSTA DE**  
1377 **FIXAÇÃO DA TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS**  
1378 **PARA 2019**, que a seguir se reproduz, tendo sido a mesma aprovada, por  
1379 maioria, com **vinte e três (23) votos a favor** por parte do Grupo Parlamentar do  
1380 PPD/PSD, **doze (12) votos contra** por parte dos Grupos Parlamentares do PS,  
1381 CDS/PP e CDU e **uma (1) abstenção**, por parte do Senhor Presidente da Junta  
1382 de Freguesia de Gouveia, nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º  
1383 75/2013, de 12 de setembro:-----

### “Proposta

#### **Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis para 2019**

##### **Considerando:**

- 1387 • *O disposto no artigo 112º do Anexo I ao Decreto-lei n.º 287/2003, de 12*  
1388 *de novembro (Código do Imposto Municipal sobre Imóveis – C.I.M.I.),*  
1389 *com a mais recente alteração introduzida pela Lei n.º 114/2017, de 29 de*  
1390 *dezembro, o Município através do seu órgão deliberativo pode fixar a*  
1391 *taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (I.M.I.), cujo máximo, para os*  
1392 *prédios urbanos, se cifra em 0,45 e o mínimo em 0,3%, fixando o*  
1393 *percentual para Prédios rústicos em 0,8%;*
  - 1394 • *Que por deliberação da Assembleia Municipal, podem os Municípios*  
1395 *“fixar uma redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis que*  
1396 *vigorar no ano a que respeita o imposto, a aplicar ao prédio ou parte de*  
1397 *prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito*  
1398 *passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal*  
1399 *fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do*  
1400 *IRS, compõem o respetivo agregado familiar”, cfr. n.º 1 do artigo 112º-A*  
1401 *do C.I.M.I.;*
  - 1402 • *Que os pressupostos que estiveram na base da proposta para 2018 se*  
1403 *mantêm para o ano de 2019, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1*  
1404 *do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se*  
1405 *ao órgão Deliberativo, a aprovação do seguinte:*
- 1406 **1. Nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 25º do mesmo diploma, a**  
1407 **definição das seguintes taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis para**  
1408 **2019, a saber:**

<b>Prédios Rústicos (valor fixo de 0,8%, cfr. al. a) do n.º 1 do artigo 112º do C.I.M.I.)</b>	<b>Prédios Urbanos (0,3% a 0,45%, cfr. al. c) do n.º 1 do artigo 112º do C.I.M.I.)</b>
<b>0,8%</b>	<b>0,37%</b>





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

- 1409 2. Nos termos e para os efeitos do n.º 8 do art.º 112.º do mesmo diploma  
1410 **fixar a majoração de 30%** sobre a taxa aplicável a prédios urbanos  
1411 **degradados, que tenham pendentes notificações municipais de intimação**  
1412 **ao abrigo do nº2 do art.º 89º do Decreto-Lei nº 555/99 de 16 de**  
1413 **Dezembro para a realização de obras, de modo a colmatar más condições**  
1414 **de segurança e salubridade, enquanto durar a situação ou não forem**  
1415 **executadas as obras intimadas;**
- 1416 3. Nos termos do n.º 3 do art.º 112º do Código do Imposto Municipal sobre  
1417 os Imóveis, na redação dada pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro,  
1418 **eleva para o triplo a taxa prevista na alínea c), nos casos de prédios**  
1419 **urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano e de prédios em**  
1420 **ruínas, considerando-se devolutos ou em ruínas os prédios como tal**  
1421 **definidos em diploma próprio;**
- 1422 4. Nos termos n.º 1 do artigo 112º-A do Código do Imposto Municipal sobre  
1423 Imóveis, a redução levando em consideração o número de dependentes a  
1424 cargo, de acordo com a seguinte tabela:

<i>Número de dependentes a cargo</i>	<i>Dedução fixa (em €)</i>
<i>1</i>	<i>20</i>
<i>2</i>	<i>40</i>
<i>3 ou mais</i>	<i>70</i>

1425

1426 **PONTO 4 – Discussão e votação da Proposta relativa à Participação**  
1427 **Variável do Município de Gouveia no IRS – Imposto sobre o**  
1428 **Rendimento das Pessoas Singulares**

1429 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal  
1430 autorizando o Senhor Presidente da Câmara a apresentar este ponto da ordem de  
1431 trabalhos, delegando no Senhor Vereador Joaquim Lourenço.-----

1432 ----- Usou da palavra o Senhor Vereador Joaquim Lourenço referindo que o  
1433 Município tem direito a 5% da parcela de IRS cobrado pelo Estado aos cidadãos  
1434 deste concelho. O Município propõe que, em 2019, se abdique de 2%  
1435 relativamente a esse imposto. Contrariamente àquilo que tem sido a política  
1436 fiscal sustentada pelo Governo, o Município pretende abdicar daquela parcela.  
1437 Também gostaria de abdicar de 5%, porém, temos que ter em conta que é  
1438 necessário continuar uma política social, precaver a acção social escolar, os  
1439 subsídios às colectividades, a manutenção das estradas, limpeza de bermas e  
1440 valetas. Na prática, há diversas obrigações que é preciso continuar a levar a  
1441 efeito. Sendo fiéis àquilo que é o compromisso para o mandato, não o fizeram  
1442 antes de eleições, fizeram no pós-eleições, definiram um conjunto de medidas  
1443 fiscais, tanto no IMI, como no IRS e na Derrama e estão a manter esse



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1444 compromisso. Estamos a ser congruentes com aquilo que foi a nossa promessa  
1445 de política fiscal.-----

1446 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa declarando abertas as  
1447 inscrições para os membros da Assembleia que pretendessem intervir.-----

1448 ----- Usou da palavra a Senhora Deputada Susana Seara Pires (PPD/PSD) que  
1449 em nome da bancada do PPS/PSD referiu o seguinte:-----

1450 *“Continua este executivo empenhado no estímulo ao empreendedorismo e na*  
1451 *atratividade de pessoas ao nosso concelho. Com esta medida e abdicando em*  
1452 *dois pontos percentuais de parte da parcela de uma receita de direito adquirido,*  
1453 *não pondo em causa o equilíbrio orçamental que sustenta o investimento, os*  
1454 *apoios sociais, culturais e desportivos, o objetivo claro e não meras*  
1455 *propagandas eleitoralistas são ajudas às famílias e a quem decidiu viver e*  
1456 *apostar no concelho. É, em conjunto com as outras medidas, um contributo*  
1457 *para dar maior atratividade fiscal ao nosso concelho.”-----*

1458 ----- Não se verificando mais nenhuma intervenção por parte dos Senhores  
1459 Deputados, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a **“PROPOSTA**  
1460 **RELATIVA À PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DO MUNICÍPIO DE**  
1461 **GOUVEIA NO IRS – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS**  
1462 **PESSOAS SINGULARES”**, que a seguir se reproduz, tendo sido a mesma  
1463 aprovada, por maioria, com **vinte e quatro (24) votos a favor** por parte dos  
1464 Grupos Parlamentares do PPD/PSD e CDS/PP e **doze (12) votos contra** por  
1465 parte dos Grupos Parlamentares do PS e CDU, nos termos do n.º 2 do art.º 26.º  
1466 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro: -----

### ***“Proposta***

#### ***Participação variável do Município de Gouveia no IRS – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares***

1470 • *Considerando que a Lei das Finanças Locais, Lei 73/2013, de 3 de*  
1471 *setembro, consigna que os Municípios têm direito, em cada ano, a uma*  
1472 *participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio*  
1473 *fiscal na circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano*  
1474 *imediatamente anterior calculada sobre a respetiva coleta líquida das*  
1475 *deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS.*

1476 • *Considerando que o mesmo normativo determina que a participação*  
1477 *referida no número anterior depende de deliberação sobre a percentagem*  
1478 *do IRS pretendida pelo Município, a qual é comunicada por via*  
1479 *eletrónica pela respetiva Câmara Municipal à Autoridade Tributária e*  
1480 *Aduaneira, até 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os*  
1481 *rendimentos.*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

- 1482 • *Considerando que a ausência de deliberação a que se refere o número*  
1483 *anterior ou a receção da comunicação para além do prazo aí*  
1484 *estabelecido, equivale à falta de deliberação e à perda do direito à*  
1485 *participação variável por parte dos municípios.*
- 1486 • *Considerando que os pressupostos que levaram à proposta de redução em*  
1487 *dois pontos percentuais para o corrente ano económico se mantêm para*  
1488 *2019, assim como a necessidade de manter o equilíbrio orçamental que*  
1489 *sustente o investimento, os apoios sociais, culturais e desportivos;*

1490 *Proponho Órgão Deliberativo a manutenção da taxa de 3% da parcela*  
1491 *adicional do IRS, a pagar pelos contribuintes com domicílio fiscal no concelho*  
1492 *de Gouveia, respeitante aos rendimentos auferidos durante o ano imediatamente*  
1493 *anterior.”*

### 1494 **PONTO 5 – Discussão e votação da Proposta de Fixação da TMDP – Taxa** 1495 **Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2019**

1496 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal  
1497 autorizando o Senhor Presidente da Câmara, concedendo a palavra ao Senhor  
1498 Vereador Joaquim Lourenço.-----

1499 ----- Usou da palavra o Senhor Vereador Joaquim Lourenço referindo que  
1500 desde o ano anterior esta taxa, que anteriormente era imputada aos utilizadores,  
1501 esta taxa é imputada às empresas em função da sua rede de passagem pelo  
1502 território do Município que é definida e é em função da mesma que é paga ao  
1503 Município, correspondendo a proposta ao valor máximo permitido na Lei.-----

1504 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa declarando abertas as  
1505 inscrições para os membros da Assembleia que pretendessem intervir.-----

1506 ----- Não se verificando nenhuma inscrição por parte dos Senhores Deputados,  
1507 o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a “**PROPOSTA DE**  
1508 **FIXAÇÃO DA TMDP – TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE**  
1509 **PASSAGEM PARA O ANO DE 2019**”, que a seguir se reproduz, tendo sido a  
1510 mesma aprovada, por maioria, com **trinta e cinco (35) votos a favor** por parte  
1511 dos Grupos Parlamentares do PPD/PSD, PS e CDS-PP e uma **(1) abstenção** por  
1512 parte do Grupo Parlamentar da CDU, nos termos do artigo 25.º, n.º 1, alínea b),  
1513 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:-----

#### 1514 **“PROPOSTA**

#### 1515 **TMDP – Taxa Municipal de Direitos de Passagem**

#### 1516 **Considerando:**

- 1517 • *Que, de acordo com o artigo 12º do Decreto-Lei nº 123/2009, de 21 de maio e*  
1518 *da Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro, atualizada pelo Decreto-Lei n.º*  
1519 *92/2017, de 31 de julho, a TMDP é determinada com base na aplicação de*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

- 1520 *um percentual sobre cada factura dos clientes finais de comunicações*  
1521 *electrónicas acessíveis ao público, em local fixo;*
- 1522 • *A taxa municipal de direitos de passagem (TMDP) é determinada com base*  
1523 *na aplicação de um percentual sobre o total da faturação mensal emitida*  
1524 *pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas*  
1525 *acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do*  
1526 *correspondente município;*
  - 1527 • *O percentual referido na alínea anterior é aprovado anualmente por cada*  
1528 *município até ao fim do mês de dezembro do ano anterior a que se destina a*  
1529 *sua vigência e não pode ultrapassar os 0,25/prct..*
  - 1530 • *Considerando também a determinação do n.º 4 do referido artigo 106.º de*  
1531 *que: nos municípios em que seja cobrada a TMDP, as empresas que oferecem*  
1532 *redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público em local*  
1533 *fixo são as responsáveis pelo seu pagamento. Assim a taxa aplicada pelos*  
1534 *municípios é da responsabilidade das empresas não podendo repercutir-se*  
1535 *nas faturas dos cidadãos utentes/consumidores finais.*
  - 1536 • *Que, tem sido política dos Órgãos do Município de Gouveia fixar as taxas*  
1537 *tendo em atenção o equilíbrio orçamental do Município.*

1538 ***Propõe-se que:-----***  
1539 *- A Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos do artigo 25.º, n.º 1,*  
1540 *alínea b), do anexo I, a que se refere o n.º 2, do artigo 1.º, da Lei n.º 75/2013, de*  
1541 *12 de setembro, e em consideração do estipulado no artigo 106.º, do Decreto-*  
1542 *Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, na sua atual redação, **aprovando a aplicação***  
1543 ***da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), fixando o respetivo***  
1544 ***valor em 0,25/prct. sobre o total da faturação mensal emitida pelas empresas***  
1545 ***que oferecem redes e serviços de comunicação electrónicas acessíveis ao***  
1546 ***público, em local fixo, para todos os clientes finais do município, e cujo***  
1547 ***pagamento é da exclusiva responsabilidade dessas empresas.”***

1548 **PONTO 6 - Discussão e votação da Proposta de Manutenção da Tabela de**  
1549 **Taxas e outras Receitas do Município de Gouveia, aprovada**  
1550 **para o ano 2015, para vigorar no ano de 2019**

1551 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal  
1552 autorizando o Senhor Presidente da Câmara a apresentar este ponto da ordem de  
1553 trabalhos.-----

1554 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que aquilo que  
1555 propõe é a manutenção da proposta aprovada para o ano de 2015. Isto deve-se,  
1556 por um lado, a que esteja praticamente concluído o estudo socio-económico e  
1557 financeiro das taxas, no entanto, em função da deliberação da transferência ou  
1558 não de competências e implicações que pode gerar, entendemos não trazer a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1559 tabela resultante do estudo, mas trazer esta proposta cautelarmente, de acordo  
1560 com o que será a decisão da Câmara em janeiro, depois, eventualmente, nessa  
1561 altura propor uma nova.-----

1562 ----- De seguida o Senhor Presidente da Mesa declarou abertas as inscrições  
1563 para os Senhores Deputados que pretendessem intervir.-----

1564 ----- Não se verificando nenhuma inscrição por parte dos Senhores Deputados,  
1565 o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a  
1566 **“PROPOSTA DE MANUTENÇÃO DA TABELA DE TAXAS E OUTRAS**  
1567 **RECEITAS DO MUNICÍPIO DE GOUVEIA, APROVADA PARA O ANO**  
1568 **2015, PARA VIGORAR NO ANO DE 2019”**, tendo deliberado, por maioria,  
1569 com **vinte e sete (27) votos a favor** por parte dos Grupos Parlamentares do  
1570 PPD/PSD, CDS-PP, CDU e Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gouveia  
1571 e **nove (9) abstenções** por parte do Grupo Parlamentar do PS, **manter em vigor**  
1572 **a Tabela de Taxas e outras receitas do Município de Gouveia, aprovada**  
1573 **para o ano 2015**, de acordo com a fundamentação de facto e de direito que  
1574 consta da deliberação do Município datada de 11.12.2014 e da Assembleia  
1575 Municipal de 17.12.2014, **pelo período temporal de 2019 necessário até que a**  
1576 **mesma seja definitivamente revista**, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 1, alínea b),  
1577 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

1578 **PONTO 7 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE**  
1579 **ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DA**  
1580 **CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA PARA O ANO**  
1581 **DE 2019**

1582 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal  
1583 concedendo a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentação do  
1584 ponto da ordem de trabalhos.-----

1585 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara solicitando a devida  
1586 autorização do Senhor Presidente da Assembleia Municipal no sentido de ser a  
1587 Senhora Chefe de Divisão de Finanças, Património e Aprovisionamento, Dra.  
1588 Vera Mota, a apresentar este ponto de uma forma mais detalhada.-----

1589 ----- Usou da palavra a Senhora Chefe de Divisão de Finanças, Património e  
1590 Aprovisionamento Dra. Vera Mota, iniciando a sua intervenção fazendo um  
1591 resumo daquilo que é o Orçamento para 2019 no sentido de poderem ter de  
1592 forma sucinta aquilo que são os quadros mais importantes para terem uma  
1593 análise comparativa em relação ao ano anterior.-----

1594 O Orçamento de 2019 prevê um decréscimo de 2,72% face ao ano anterior,  
1595 fixando-se no valor de 21.809.182,00 euros.-----

1596 Em termos de evolução da Receita Corrente, podemos ver que se mantem  
1597 constante aquilo que foi a previsão do ano anterior, tendo aqui nas





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUEIA

1598 Transferências Correntes uma atualização do valor e as outras rubricas assumem  
1599 basicamente a mesma trajetória do ano de 2018.-----  
1600 Na Receita de Capital há um decréscimo e este sim é basicamente fruto da  
1601 execução daquilo que é os Fundos Comunitários que se iniciaram já no ano de  
1602 2018, mas também das que foram já arrecadadas no POSEUR das drenagens.----  
1603 A Despesa Corrente, tem na rubrica do Pessoal aquilo que é a previsão de um  
1604 valor acrescido que se deve ao facto da entrada dos 41 funcionários no âmbito  
1605 do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na  
1606 Administração Pública (PREVPAP).-----  
1607 Existe também um decréscimo daquilo que são as aquisições de bens e serviços,  
1608 um decréscimo também nas Transferências Correntes, tudo isto serve para  
1609 compensar o acréscimo da rubrica de Pessoal.-----  
1610 Na despesa de Capital, o decréscimo visível deve-se também à redução da  
1611 aquisição de Bens de Capital, a um decréscimo das transferências de Capital,  
1612 que foi reduzido por imposição legal e há um acréscimo do Passivo que são os  
1613 Empréstimos de Médio e de Longo Prazo já aprovados.-----  
1614 Em termos de Resumo Orçamental, apresenta-se resumidamente, aquilo que é o  
1615 Saldo Corrente que vai fazer face àquilo que é o deficit do Saldo de Capital em  
1616 que se situa no valor de €603.993,00.-----  
1617 Isto deve-se a um aumento daquilo que ainda está para vir do programa 2020, e  
1618 a um aumento na Despesa com Pessoal que vai ser a rubrica que, em termos  
1619 orçamentais vão ter que acompanhar no sentido de atualizar os valores que vão  
1620 ser contemplados no Orçamento de Estado 2019.-----  
1621 Têm assim a regra do Equilíbrio Corrente cumprida, porque a Receita Corrente  
1622 tem que cobrir a Despesa Corrente mais a amortização média de empréstimos e  
1623 também já estão contemplados os empréstimos do POSEUR, que foram  
1624 presentes à Assembleia para fazer face aos investimentos das obras financiadas,  
1625 mas também contempla os empréstimos das Redes Viárias que foram suportados  
1626 inteiramente pela Autarquia e que não são excecionados ao limite do  
1627 endividamento. Com tudo o que foi exposto, o Saldo Orçamental previsto é  
1628 positivo.-----  
1629 Nas Atividades Mais Relevantes, o valor segue na tendência do ano anterior  
1630 com as opções do executivo nas rubricas apoiadas. A Administração Geral está  
1631 toda ela em GOP's, nas atividades mais relevantes, imposição que é  
1632 contabilística, com cerca de 6.887.055,00 euros, segue-se depois com maior  
1633 peso o ensino não superior, nos apoios que são mantidos e também se prevê  
1634 manter esses apoios para 2019 segue-se o abastecimento de água e a indústria e  
1635 energia com aquilo que são as suas Despesas Correntes.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1636 Como se pode observar é constante aquilo que se assumiu como Atividades  
1637 Mais Relevantes no ano de 2018 mantendo-se para o ano de 2019.-----  
1638 No Plano Plurianual de Investimentos verifica-se uma redução e valor porque  
1639 parte da execução de obras foi em 2018, nomeadamente, as várias drenagens  
1640 financiadas pelo POSEUR. Verificando-se que a rubrica do Ordenamento do  
1641 Território, o investimento assume um maior valor, seguindo-se a Proteção do  
1642 Meio Ambiente e Conservação da Natureza, e o Desporto, Recreio e Lazer,  
1643 havendo um investimento com novas rubricas de Equipamentos desportivos,  
1644 algumas delas até apoiadas 100% com o Orçamento da Câmara.-----  
1645 De uma forma geral, há uma continuidade daquilo que é o Plano de  
1646 Investimento dos Projetos Plurianuais, nomeadamente a Requalificação e  
1647 Reconversão da Antiga Fábrica dos Bellinos, o Mercado Municipal, prevendo-se  
1648 a diluição nos anos de 2019 e 2020.-----  
1649 Por fim, agradeceu à equipa da Divisão Financeira, assim como a todos os  
1650 colaboradores das outras Divisões que forneceram os seus contributos para que  
1651 o Orçamento seja o mais real possível para a sua execução, estando disponível  
1652 para qualquer esclarecimento.-----  
1653 ----- De seguida o Senhor Presidente da Mesa declarou abertas as inscrições  
1654 para os Senhores Deputados que pretendessem intervir.-----  
1655 ----- Usou da palavra o Senhor Deputado Fernando Cabral Silva (CDS/PP)  
1656 referindo o seguinte:-----  
1657 *“O Orçamento de 2019 e as Grandes Opções do Plano traduzem-se num*  
1658 *documento orientador que define a estratégia política do Executivo. -----*  
1659 *Neles estão as principais prioridades e opções de investimento municipal. Este*  
1660 *orçamento, em termos financeiros globais, está mais arrumado. Evidencia*  
1661 *maior rigor e exatidão técnica revelando uma clara consistência e continuidade*  
1662 *com o Orçamento do ano anterior.-----*  
1663 *Devidamente elaborado, demonstra o cumprimento da regra do equilíbrio*  
1664 *corrente.-----*  
1665 *Ao nível das receitas e despesas de capital, evidencia diminuições em ambas,*  
1666 *face a 2018.-----*  
1667 *Sabemos que existem situações que promovem alterações orçamentais, pelo que*  
1668 *o presente documento irá certamente sofrer alterações durante a sua execução.*  
1669 *Por isso, importa referir a importância das Despesas de Capital pois são estas*  
1670 *despesas que contribuem para o crescimento da economia.-----*  
1671 *Em suma, da análise ao orçamento apresentado, no nosso entender, este fica*  
1672 *aquém do potencial e das necessidades do nosso concelho. Consideramos*  
1673 *contudo que há medidas que merecem a nossa concordância em vários âmbitos,*  
1674 *pelo que a nossa votação será de abstenção neste Plano e Orçamento.”-----*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1675 ----- Usou da palavra o Senhor Deputado Constantino Matos (CDU)  
1676 solicitando esclarecimento relativamente à rubrica destinadas às Funções Sociais  
1677 deste Município. Notaram que no ano passado estavam dotadas com doze  
1678 milhões de euros, para despesas sociais que este ano não vem contemplado no  
1679 documento.-----  
1680 Pretendia também esclarecimento no aumento das verbas às colectividades em  
1681 detrimento das Juntas de Freguesia, sendo que deveriam ser estas que deveriam  
1682 acompanhar oi apoiar as colectividades das suas áreas geográficas.-----  
1683 Não encontraram grandes respostas às questões que se vão levantar com o  
1684 processo de municipalização.-----  
1685 Uma dúvida nas Grandes Opções do Plano, na rubrica em que se fala no Projeto  
1686 de Estabilidade Emergência Pós-Incêndio, Gouveia a beneficiar de 307,67  
1687 hectares, pergunta se este projeto foi de alguma forma apoiado por Fundos  
1688 Comunitários ou não. Se foi, até compreende porque aparece em 2019,  
1689 Emergência não é certamente, Emergência seria quando as cinzas arrefeceram  
1690 para nessa altura estabilizar as encostas, não agora. Se não é o caso, não  
1691 compreende porque só neste momento este projeto está orçamentado.-----  
1692 ----- Usou da palavra a Senhora Deputada Ana Paula Freitas (PS) referindo que  
1693 verificam que de facto que o Orçamento é uma continuidade daquilo que  
1694 decorreu no ano anterior. Também se questionam sobre os Orçamentos que são  
1695 atribuídos às Juntas de Freguesia, face àquilo que é atribuído às colectividades,  
1696 achando que de facto o trabalho dos Presidentes de Junta acaba por ser de algum  
1697 modo menosprezado neste Orçamento face àquilo que são outro tipo de  
1698 atribuições.-----  
1699 É um Orçamento que de facto gasta muito em pessoal, mas também gasta muito  
1700 em estudos e trabalhos pagos a outras entidades externamente, pelo que lhe faz  
1701 questionar em que medida é que há uma correta gestão dos recursos humanos  
1702 que a Câmara tem, face àquilo que são as obras a executar.-----  
1703 Apesar de se afirmar que aposta no investimento em áreas da proteção do meio  
1704 ambiente e conservação da natureza verificam no PPI um decréscimo dos  
1705 valores de apoio nestas rubricas, nomeadamente, nos transportes deixa de ser  
1706 1.059.000,00 euros para passar a ser 394.303,00 euros.-----  
1707 Por outro lado, congratulam-se por ver, dez anos depois, um projeto que se  
1708 prende com a implementação de um sistema de informação ser levado agora de  
1709 uma forma séria. Já os vossos serviços de informática, em 2008, fizeram uma  
1710 proposta neste sentido, feita pelos próprios trabalhadores da empresa que não foi  
1711 tomada em conta. Em 2011, foi apresentada novamente à Senhora Vereadora,  
1712 sem que para isso tenha sido tomado o que quer que seja em conta e agora vê



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1713 que o Município faz a implementação do sistema de informação o que, desde já,  
1714 parabeniza.-----  
1715 ----- Interveio o Senhor Presidente referindo que é viável avançar com este  
1716 projeto uma vez que vai ser participado.-----  
1717 ----- Retomou a palavra a Senhora Deputada Ana Paula Freitas (PS) aludindo  
1718 que já na altura era participado em 85% e não foi de facto interessante para  
1719 o Município. Agora, eventualmente, porque é necessário pagar a outras  
1720 empresas para fazer esse estudo, as coisas têm um impacto diferente.-----  
1721 Em relação à posição da bancada do PS face a este Orçamento ele merece a  
1722 abstenção.-----  
1723 ----- Usou da palavra a Senhora Deputada Cezarina Maurício (PS) referindo  
1724 que em relação aos montantes atribuídos na área da segurança e acção social,  
1725 pretendia essa explicação. Mas no quando em que faz o contraponto entre o ano  
1726 de 2018 e o ano de 2019, realmente tem uma quebra naquilo que é atribuído à  
1727 segurança e acção social. No entanto, na explicação diz que vai manter todos os  
1728 apoios que já se verificam e inclusivamente com um programa que faz todo o  
1729 sentido, teleassistência.-----  
1730 As iniciativas promocionais das coletividades do concelho em que é que se  
1731 traduzem. A questão do movimento associativo relativo ao Programa que existe,  
1732 o mesmo lhe parece relativamente a apoio a coletividades por factos relevantes.  
1733 Na área da educação, e que é um programa de combate ao abandono e insucesso  
1734 escolar, com 55.000,00 euros, em que é que consiste, se é o Município, se é  
1735 alguma equipa, se são recursos da Câmara, em que é que se traduz esse  
1736 programa, que pensa que também tem a marca da CIM e de outros Municípios.--  
1737 Outro aspeto que pretendia ver esclarecido diz respeito ao transporte público  
1738 flexível.-----  
1739 Realmente o montante atribuído às freguesias comparando com as coletividades  
1740 é de realçar.-----  
1741 Por último, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias  
1742 de Melo e Nabais disse que ficaria em “branco”. Mas em “branco” nas Grandes  
1743 Opções do Plano também fica outra freguesia, Vila Franca da Serra, pelo que  
1744 solicitou uma explicasse para essa situação.-----  
1745 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gouveia  
1746 iniciando a sua intervenção com um registo prévio que, particularmente, lhe  
1747 agrada; em tantas situações se questiona, se põe em causa e se critica o Governo  
1748 PS, como por vezes acontece neste plenário, apraz-lhe fazer este registo, porque,  
1749 pelos vistos, o Governo PS, tem sido o único desde que tomou posse, que tem  
1750 feito um grande esforço para cumprir a Lei das Finanças Locais. Tal deve ser  
1751 motivo de regozijo para todos, autarcas do concelho de Gouveia, sejamos



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1752 apoiantes deste Governo ou não, já que mais uma vez o Município é  
1753 beneficiado, desta vez em cerca de 300.000,00 euros que vai receber a mais do  
1754 Orçamento de Estado, em comparação com aquela que foi a dotação de 2018.---  
1755 E, para além de generoso para os Municípios no cumprimento da Lei das  
1756 Finanças Locais, é também generoso no que respeita ao cumprimento da Lei das  
1757 Finanças Locais para as Freguesias; as próprias Freguesias, vão ter – também  
1758 por força de o papel e grande trabalho que a ANAFRE desenvolveu - as situadas  
1759 em territórios de baixa densidade, um aumento de 2.040,00 euros, num rateio  
1760 que beneficiou cerca de 70% as nossas freguesias, em detrimento das freguesias  
1761 do litoral. Não podia pois de deixar esta nota de congratulação pelo Governo que  
1762 temos, no cumprimento da Lei das Finanças Locais.-----  
1763 Sobre o Orçamento do Município, de facto aquilo que está previsto para as  
1764 freguesias, quer em Acordos de Execução ou em Contratos Interadministrativos,  
1765 ascende a apenas 206.000,00 euros, o que para um Orçamento que apresenta  
1766 uma Receita total de 21 milhões e 800 mil euros, é pouco, não chega a 1% da  
1767 receita do Orçamento. Espera que a Câmara Municipal seja mais generosa em  
1768 eventuais investimentos a fazer nas freguesias, fora do âmbito destes apoios que  
1769 são contratualizados diretamente.-----  
1770 De igual modo, não pode deixar de se regozijar com algumas ações, sobretudo  
1771 no que diz respeito à idade de Gouveia, que têm a devida expressão neste  
1772 Orçamento. E neste aspecto realça o esforço que está a ser feito na área da  
1773 requalificação e valorização urbana, mormente na importante reabilitação dos  
1774 Bellinos, do Mercado Municipal, do Bairro da Mata Rainha. Tudo aquilo que  
1775 está em curso é motivo para que ele, enquanto Presidente de Junta, se possa  
1776 congratular. Portanto, isto para dizer que nem tudo é mau neste Orçamento  
1777 Municipal.-----  
1778 No que diz respeito ao PPI, há coisas com as quais se satisfaz e há outras que o  
1779 deixam um pouco perplexo, nomeadamente a questão da rede viária rural; os  
1780 Caminho do Azeveiro e o Caminho do Jancão que foram objeto da última  
1781 Revisão orçamental, em que se abriu a rubrica com apenas com 1,00 euro, na  
1782 expectativa do seu reforço e devida dotação, é a mesma quantia que tem neste  
1783 Orçamento. Não sabe se estas obras são para mais tarde, se se está a aguardar  
1784 financiamento ou se será “para inglês vê”.-----  
1785 Também na última sessão da Assembleia Municipal abordou o assunto  
1786 relacionado com a necessidade de se construir um canil/gatil municipal, agora  
1787 designado de Centro de Recolha de Animais, ação que continua a ter uma  
1788 expressão muito residual no orçamento, com uma verba quase insignificante de  
1789 1.000,00 euros, quando neste mesmo orçamento se prevê a construção de um





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUEIA

1790 pombal que vai custar 5.000,00 euros, o que significa que fica mais caro um  
1791 pombal que um canil/gatil.-----  
1792  
1793 O mesmo se passa em relação à construção do Campo Sintético em Gouveia  
1794 com uma dotação no valor de 1,00 euro, a requalificação do Pavilhão Municipal,  
1795 com 1,00 euro, a requalificação do Estádio Municipal com 1 euro, o caminho da  
1796 ETAR de Gouveia, com 7.800,00 euros, presume que será para a manutenção.  
1797 Há uma verba para arruamentos e vias rodoviárias de 150.000,00 euros que não  
1798 vem especificado, gostava de saber se é para todas as freguesias ou para ações  
1799 de iniciativa municipal, 1,00 euro igualmente para a “Beneficiação do Caminho  
1800 Municipal Gouveia/Curral do Negro”, beneficiação do espaço público e  
1801 infraestruturas da urbanização Mira Serra, igualmente com 1,00 euro.-----  
1802 Assim, perante tanta “fartura”, não sabe se o Senhor Presidente da Câmara quer  
1803 ser agradável para com o Presidente da Junta de Freguesia de Gouveia, mas com  
1804 1,00 euro de dotação em tantas ações, é obrigado a desconfiar.-----  
1805 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Folgoso  
1806 referindo que verifica na rubrica Ordenamento do Território, por três anos  
1807 consecutivos, o Plano de Revitalização dos Casais de Folgoso, com um  
1808 financiamento definido em 2017, de 50.000,00 euros, em 2018, 49.200,00 euros  
1809 em 2019, 49.200,00 euros, pretendia esclarecimento em que consiste este plano  
1810 e para quando o início da sua execução ou esta acção vai passando de ano para  
1811 ano.-----  
1812 Não viu também contemplado nem no Orçamento, nem no Plano Plurianual de  
1813 Investimentos a substituição de bocas-de-incêndio, como sabe muitas estão  
1814 inoperacionais e não se adaptam às mangueiras dos bombeiros. Também não viu  
1815 contemplado a requalificação das fossas sépticas dos Cabecinhos, que o Senhor  
1816 Presidente da Câmara prometeu nesta Assembleia que seriam requalificadas até  
1817 ao final deste ano, bem como a iluminação cénica do Castelo, às escuras, há dois  
1818 anos, também não constam neste orçamento.-----  
1819 Constata, ainda, que a grande fatia do Orçamento de 2019 é essencialmente  
1820 gasto em candidaturas e projetos para Gouveia. E pouco ou quase nada do  
1821 Orçamento é aplicado nas freguesias, aliás já houve uma intervenção anterior  
1822 que referiu isso mesmo. Basta observar as Grandes Opções do Plano para 2019 e  
1823 ver apenas que nas freguesias são gastos ao abrigo da Lei 75/2013, atribuição de  
1824 apoio para despesas correntes 30.000,00 euros, acordos de execução 29.000,00,  
1825 contratos-programa 87.000,00 euros, o que soma, 146.000,00 euros que não  
1826 chega a 1% do Orçamento de 21,8 milhões de euros.-----  
1827 Senhor Presidente da Câmara, nas freguesias também vivem pessoas e também  
1828 precisam de obras, também precisam de projetos, também precisam que o  
Senhor Presidente tenha outro olhar pelas freguesias. Se os Presidentes de Junta



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1829  
1830 das freguesias rurais estão satisfeitas, o Presidente da freguesia urbana Gouveia  
1831 está muito contente, como informou anteriormente, porque tem visto  
1832 contemplado nos Orçamentos aquilo que pede, na freguesia rural, Folgoso, mais  
1833 uma vez, lhe demonstra o seu descontentamento.-----  
1834 ----- Usou da palavra o Senhor Deputado Ricardo Morgado (PPD/PSD)  
1835 referindo que os Orçamentos, na sua apresentação, traduzem sempre um  
1836 argumento técnico e neste caso muito bem elaborado e por isso estão de  
1837 parabéns os serviços técnicos da Câmara Municipal, mas é também e sobretudo  
1838 um documento político.-----  
1839 Este é um Orçamento que, apesar da continuidade, porque o é, é sobretudo um  
1840 orçamento de estabilidade e de responsabilidade. É de estabilidade porque  
1841 mantém o Município com contas rigorosas, sem dívidas a fornecedores,  
1842 reforçando a sua credibilidade junto dos parceiros locais e até fora de Gouveia.  
1843 São recorrentes aliás as notícias de muitos Municípios que têm prazos de  
1844 pagamentos a fornecedores na ordem dos 150 dias ou até mais.-----  
1845 Depois, também, a estabilidade porque mantem níveis baixos de endividamento  
1846 e tem vindo a baixar os encargos relativamente ao mesmo.-----  
1847 De estabilidade porque não aumenta o valor da despesa, mesmo com a  
1848 integração de novas pessoas no Quadro de Pessoal e, neste caso, de cerca de 40  
1849 pessoas. E também de estabilidade porque não aumenta impostos para as  
1850 pessoas, nem para as empresas, mantém a política de isenção e de incentivos  
1851 fiscais que procuram a fixação das empresas e das pessoas.-----  
1852 Trata-se de um Orçamento de responsabilidade, porque integra 40 novos  
1853 trabalhadores sem comprometer o valor do investimento. Mas isto é de grande  
1854 responsabilidade e é de louvar. Sim, é verdade e ainda bem que se deu a  
1855 integração dos precários do Estado foi uma luta e foi uma opção deste Governo  
1856 e bem. Mas nem todos os Municípios o conseguiram fazer da forma como o  
1857 Município de Gouveia o fez. Só o conseguiram fazer desta forma Municípios  
1858 com as contas saudáveis, não nos últimos anos, mas de uma forma constante e  
1859 sólida como o nosso.-----  
1860 Está de parabéns o Governo por esta medida e está de parabéns o Município por  
1861 conseguir integrar estas pessoas sem comprometer investimentos, sem  
1862 comprometer as contas do Município e isto mostra uma responsabilidade muito  
1863 grande, não só pelas pessoas, não só pelas opções do Governo Central, mas  
1864 também pelo Município de Gouveia naquilo que são as suas aspirações.-----  
1865 Responsável, também, porque continua a traduzir as Despesas de Capital num  
1866 valor elevado, o que obviamente é um sinal de que o Município continua  
1867 empenhado em ter investimentos e procurar investimentos para obras e projectos  
que sejam realmente importantes para Gouveia.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1868  
1869 Há, de facto, no Orçamento rubricas abertas com uma dotação no valor  
1870 simbólico, de 1,00 euro, pela sua interpretação, são obras que, caso haja  
1871 financiamento ou possibilidade de terem candidatura, seja através de fundo  
1872 comunitário ou de outra forma de financiamento, provavelmente, serão alterados  
1873 para poderem ter concretização.-----  
1874 A questão que colocou é em relação ao Campo Sintético e Pavilhão  
1875 gimnodesportivo que se encontram inscritos no orçamento. O município vai  
1876 procurar de forma ativa formas de poder concluir essas ambições dos clubes e  
1877 também dos munícipes de Gouveia e que são uma forma para promover as  
1878 condições do desporto, de que forma?-----  
1879 Brevemente vão discutir a questão da transferência de competências para os  
1880 Municípios, é verdade que este é um Orçamento que contempla mais  
1881 transferências do Estado, mas basta ver que essa transferência do Estado não  
1882 chegava para cobrir a despesa extra que há com pessoal, o que reforça que se o  
1883 Município não tivesse condições e boa saúde financeira não o seria possível  
1884 fazer. A sua questão é o que acontece a este orçamento se a breve prazo tiverem  
1885 novas competências e se está seguro ou não que, caso elas se vierem a  
1886 concretizar, qual o envelope financeiro correspondente, ou há o risco de ter aqui  
1887 alguma engenharia financeira para poder acomodar tudo o que vem com a Lei  
1888 das transferências?-----  
1889 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que se trata de  
1890 um Orçamento de continuidade, porque continuam a apostar na educação com  
1891 projetos que finalmente vão começar a concretizar, por exemplo, em articulação  
1892 com a CIM, o programa de combate ao insucesso escolar. Também todo o  
1893 empenho e trabalho na área social, sem qualquer redução; o projeto da  
1894 requalificação urbana na cidade de Gouveia, iniciando-se agora a fase do  
1895 Mercado Municipal e zona dos Bellinos e Bairro do castelo, apostar na área da  
1896 proteção do ambiente, com a prevenção dos incêndios, arranjo de caminhos,  
1897 reflorestação, requalificação do Parque Biológico e na requalificação dos  
1898 Viveiros de Folgoso.-----  
1899 Em relação à verba adstrita às Juntas de Freguesia não pode ser lido assim, pois  
1900 se vamos requalificar os Viveiros de Folgoso e se lá empregam 200.000,00  
1901 euros, estão a investir em Folgoso. Reduzir os investimentos da Câmara ao  
1902 que está no Orçamento em termos de rubricas para as juntas de freguesia não  
1903 corresponde à verdade. -----  
1904 Não é verdade que a Câmara de Gouveia gaste muito dinheiro no exterior a  
1905 comprar projetos ou estudos, provavelmente já deviam ter feito mais e comprado  
1906 mais. É fundamental, porque se não tivessem feito isso não tinham a ETAR de  
Figueiró, não tinham a ETAR de Vila Franca da Serra, entre outras coisas. A



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1907  
1908 Câmara de Gouveia tem vindo a reforçar-se em termos técnicos, mas ainda  
1909 assim não é uma Câmara com a capacidade e com o número de técnicos  
1910 necessários para acompanhar a quantidade de candidaturas e prazos para a sua  
1911 realização que é exigido.-----  
1912 Na questão da água e saneamento, necessariamente, vão ter que comprar muitos  
1913 projetos fora caso contrário não vão ter capacidade.-----  
1914 Vão continuar a investir e a concluir as empreitadas que têm no âmbito do ciclo  
1915 urbano da água, todas na área do saneamento básico, doze intervenções que  
1916 estão a fazer em doze freguesias do concelho, é exemplo de investimento nas  
1917 freguesias. Cativelos tem duas intervenções, em que a par disso a Câmara  
1918 investe também na reabilitação das áreas em intervenção.-----  
1919 Vamos continuar também a apostar no desporto, com a requalificação dos dois  
1920 campos de ténis e continuar a procurar uma solução para poderem avançar com  
1921 o campo sintético. Este assunto não é algo que esteja esquecido é algo que  
1922 depende de terceiros e não podem decidir e fazer isso ao ritmo que deseja.-----  
1923 Por outro lado, no Orçamento não quiseram empolar, seria o mais fácil, mas não  
1924 quiseram porque algumas dependem da aprovação de candidaturas e não sabem  
1925 se o vão ser, é o caso da cobertura do polidesportivo de Paços da Serra, com  
1926 uma candidatura ao Programa BEM, com cerca de 200.000,00 euros, e não  
1927 sabem se vai ser aprovado. Acontece o mesmo com os investimentos na Rede  
1928 Viária, vão fazê-la com o recurso a empréstimo bancário e quando o tiverem  
1929 aprovado será feita a alteração para a sua inclusão.-----  
1930 Para o próximo ano estão incluídas diversas obras em termos de requalificação  
1931 da rede viária: uma obra em Arcozelo da Serra, na freguesia de Lagarinhos, uma  
1932 obra de requalificação da estrada desde o cemitério até à EN17 com a  
1933 concretização de passeios; efetuar o Caminho do Azeveiro e Caminho do  
1934 Jancão; o projeto da Estrada Gouveia/Curral do Negro, uma vez que o processo  
1935 de concessão já está concluído e o empresário já está a trabalhar, e a Câmara  
1936 também irá fazer investimento no Curral do Negro e, portanto, é natural e de  
1937 toda a conveniência que esta estrada seja requalificada e alargada onde poder ser  
1938 para permitir mais fácil acesso.-----  
1939 Continuar a apostar na cultura, seja em termos das ações na Rede do Programa  
1940 Cultural Alto Mondego seja no âmbito da CIM, bem como todo um conjunto de  
1941 eventos culturais que vamos prosseguir. Apoiar as coletividades do concelho,  
1942 com um aumento e com um grande enfoque nos Bombeiros, vamos ter o  
1943 acréscimo de uma EIP, em Vila Nova de Tazem, no valor de 50.000,00 euros.---  
1944 É um Orçamento que sendo de continuidade continua a aposta nos gouveenses e  
na sua formação, na sua educação, nas condições para a prática do desporto, na



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1945  
1946 continuidade da requalificação da rede viária do concelho e vão continuar na  
1947 senda da requalificação.-----  
1948 Em resposta à Senhora Deputada Cezarina Maurício (PS), Vila Franca da Serra  
1949 como nenhuma outra freguesia do concelho está esquecida por este Município,  
1950 estão a concluir um investimento de mais de 300.000,00 em todo o sistema de  
1951 saneamento básico da freguesia e vão no próximo ano fazer projeto para a Ponte  
1952 Nova, de modo a ser colocada à disposição das pessoas com a qualidade que  
1953 merece. É esse o compromisso que tem com o Senhor Presidente de Junta, de  
1954 modo a tornar a Ponte Nova um ex libris do concelho incluindo a reabilitação  
1955 dos edifícios.-----  
1956 Apostar na área do ambiente e continuar a apostar na melhoria da qualidade de  
1957 vida dos gouveenses, seja na questão do ambiente, seja na questão dos  
1958 investimentos que melhoram significativamente a sua vida.-----  
1959 Continuar a apostar na promoção e apoio às empresas levando-as a diferentes  
1960 feiras e atraindo para Gouveia empresas.-----  
1961 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Folgoso  
1962 referindo que pretendia da parte do Senhor Presidente da Câmara um  
1963 esclarecimento às suas questões às quais não respondeu, relacionadas com o  
1964 Plano de Reabilitação dos Viveiros de Folgoso, bocas de incêndios, as fossas  
1965 sépticas dos Cabecinhos e a iluminação cénica do Castelo.-----  
1966 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que, para a  
1967 iluminação cénica do castelo, foi feita uma candidatura, mas vão avançar  
1968 independentemente da sua aprovação. Já estão há mais de um ano à espera da  
1969 sua aprovação no âmbito da eficiência energética juntamente com uma  
1970 intervenção em eficiência energética nas piscinas municipais cobertas.-----  
1971 A fossa séptica tem que ser feito um trabalho por parte do gabinete técnico da  
1972 Câmara, um estudo e projeto simples para a sua requalificação.-----  
1973 As bocas de incêndio, embora não haja rubrica específica para isso, vão fazer  
1974 essa requalificação, tal como já fizeram em Moimenta da Serra.-----  
1975 Relativamente aos Casais de Folgoso, o Plano está a avançar e vai ser  
1976 concluído dentro em breve. Este Plano visa definir um conjunto de trabalhos e  
1977 formas de promoção daquele espaço não só em termos ambientais como também  
1978 em termos turísticos.-----  
1979 ----- Usou da palavra o Senhor Deputado Constantino Matos (CDU)  
1980 questionando novamente em relação à diferença de 12 milhões de euros para  
1981 funções sociais que constavam do orçamento anterior que neste orçamento não  
consegue encontrar.-----





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1982  
1983 Em relação ao projeto de estabilidade de emergência pós-incêndio, sendo de  
1984 emergência só está a ser orçamentado para 2019, esteve a aguardar verbas  
1985 comunitárias.-----  
1986 ----- Usou da palavra o Senhor Vereador Joaquim Lourenço referindo que o  
1987 projeto tem essa designação e já transita do ano de 2018 e tem precisamente a  
1988 ver com a questão dos incêndios e está a aguardar uma candidatura.-----  
1989 Em relação à verba de 12 milhões nas funções sociais não pode haver essa  
1990 diferença.-----  
1991 ----- Usou da palavra a Senhora Deputada Cezarina Maurício (PS) referindo  
1992 que a sua observação em relação a Vila Franca da Serra é o facto de nas páginas  
1993 23 e 24 do Relatório se encontrar uma listagem no que toca às Grandes Opções  
1994 do Plano, todo um conjunto de investimentos, e bem, nas outras freguesias,  
1995 como não reparou no nome daquele freguesia. Por outro lado, ao ouvir a  
1996 explicação do Senhor Presidente da Câmara, graças à ETAR, parece que a  
1997 ETAR basta para Vila Franca da Serra e é preciso esperar mais algum tempo  
1998 pela Ponte Nova.-----  
1999 Recorda aqui que Vila Franca da Serra esteve esquecida durante muito tempo,  
2000 não sabe se é por estarem mais distantes da sede do concelho, mas foram  
2001 votados ao abandono de todos os Executivos dos quais o Senhor Presidente  
2002 também fez parte.-----  
2003 E foram votados ao abandono e até ao esquecimento, entre outras coisas, a  
2004 vários níveis, por exemplo, no que toca à questão da saúde recorda que também  
2005 tinham consulta de médico do centro de saúde de Gouveia e deixaram de ter  
2006 enquanto outras freguesias mantiveram e a distância à sede do concelho são de  
2007 16 quilómetros.-----  
2008 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gouveia  
2009 referindo que houve alguns registos que fez que ficaram sem resposta. No que  
2010 diz respeito aos acordos de execução e contratos interadministrativos, pensa que  
2011 é unânime a opinião que perpassa pelo espírito dos autarcas de freguesia que  
2012 esse 1% da totalidade da Receita destinada às Freguesias continua a demonstrar  
2013 uma enorme timidez e, até, uma certa desconfiança da Câmara em relação à  
2014 capacidade empreendedora das Freguesias.-----  
2015 No que concerne aos diplomas da transferência de competências do estado  
2016 Central para as autarquias locais, o que falta aprovar tem a ver com a delegação  
2017 de competências nas freguesias, não há acordo com a ANMP e o assunto ainda  
2018 continua a aguardar decisão na Assembleia da República. Espera que com a  
2019 aprovação desse diploma haja um novo olhar sobre aquilo que deve ser o papel  
2020 fundamental de uma freguesia que não se pode limitar ao livre arbítrio dos  
executivos, não se cingindo à Câmara de Gouveia, mas os executivos na



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

2021  
2022 generalidade, em que delegam apenas o essencial, o mínimo, quando toda a  
2023 gente sabe que as freguesias têm capacidade para poder cumprir outras  
2024 competências, outras atribuições com melhores custos, mais eficácia e mais  
2025 rapidez.-----

2026 A Câmara de Gouveia continua a ser retraída e desconfiada em relação às  
2027 freguesias, ao contrário do que se passa na generalidade do País.-----

2028 Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, instou que não tenha problemas  
2029 de consciência nos investimentos que está a fazer e que possa continuar a fazer  
2030 no âmbito da reabilitação e requalificação urbana, uma opção que até pode ser  
2031 estratégica do ponto de vista da atractividade da nossa cidade; as terras precisam  
2032 de ser atrativas e de proporcionar uma maior coesão social, assim os  
2033 Orçamentos de Estado continuem a ser generosos para conseguir levar a bom  
porto essa missão.-----

2034 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, dando por  
2035 concluído o debate, colocando à votação a “**PROPOSTA DE ORÇAMENTO**  
2036 **E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DA CÂMARA MUNICIPAL DE**  
2037 **GOUVEIA PARA O ANO DE 2019**”, tendo sido o documento aprovado, por  
2038 maioria, com **vinte e três (23) votos a favor** por parte do Grupo Parlamentar do  
2039 PPD/PSD e **treze (13) abstenções**, por parte dos Grupos Parlamentares do PS,  
2040 CDS-PP, CDU e do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Folgoso, nos  
2041 termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

2042 **PONTO 8 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ISENÇÃO**  
2043 **DE TAXAS DOS UTILIZADORES DO MERCADO**  
2044 **MUNICIPAL PROVISÓRIO, ATÉ FEVEREIRO DE 2019**

2045 ----- Este ponto foi retirado da ordem de trabalhos, uma vez que este assunto  
2046 encontra-se regulado pelo Regulamento de Funcionamento do Mercado  
2047 Municipal, já aprovado pela Assembleia Municipal, pelo que se trata de uma  
2048 competência da Câmara Municipal.-----

2049 **PONTO 9 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE**  
2050 **APROVAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE APLICAÇÃO**  
2051 **DOS INCENTIVOS À REABILITAÇÃO URBANA –**  
2052 **TAXAS MUNICIPAIS**

2053 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal  
2054 autorizando o Senhor Presidente da Câmara a apresentar este ponto da ordem de  
2055 trabalhos.-----

2056 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que a presente  
2057 proposta está relacionada com a reabilitação das áreas de reabilitação urbana  
2058 para todas as áreas das freguesias para que todos possam beneficiar de um  
2059 conjunto de benefícios cujos particulares realizem reabilitação.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

2060 Neste contexto, o regime jurídico da reabilitação urbana, prevê que nos  
2061 processos de reabilitação urbana para as áreas definidas como ARU's podem ser  
2062 estabelecidos regimes especiais de taxas municipais e que nesse sentido compete  
2063 a este órgão aprovar um conjunto de regras e condições para aplicação destes  
2064 incentivos. Propõem um conjunto muito claro de incentivos que passa pelas  
~~2065~~ isenções elencadas na proposta.-----

2066 Solicita-se a este órgão esta aprovação para que a Câmara, em termos de taxas  
2067 municipais, possam ser concedidas.-----

2068 ----- De seguida o Senhor Presidente da Mesa declarou abertas as inscrições  
2069 para os Senhores Deputados que pretendessem intervir.-----

2070 ----- Usou da palavra a Senhora Deputada Susana Seara Pires (PPD/PSD) que  
2071 em nome da bancada do PSD procedeu à leitura da seguinte declaração:-----

2072 *“No âmbito da sua estratégia municipal de desenvolvimento urbano ao nível da*  
2073 *qualificação e revitalização, temos um executivo atento às necessidades dos*  
2074 *nossos aglomerados populacionais, necessidades essas que passam não só pelo*  
2075 *embelezamento das áreas urbanas, mas também segurança e salubridade das*  
2076 *habitações de quem lá vive e de quem por lá passa, daí os incentivos à*  
2077 *requalificação dos nossos aglomerados urbanos.-----*

2078 *Esta proposta que engloba desde logo benefícios fiscais como a isenção de*  
2079 *diversas taxas e condições vantajosas para quem procura a reabilitação urbana*  
2080 *dispõe de diversos incentivos à requalificação. Desta forma a bancada do PSD*  
2081 *aprova a proposta em análise.”-----*

2082 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocando  
2083 à votação a **“PROPOSTA DE APROVAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE**  
2084 **APLICAÇÃO DOS INCENTIVOS À REABILITAÇÃO URBANA –**  
2085 **TAXAS MUNICIPAIS”** que a seguir se reproduz, tendo sido o documento  
2086 aprovado, por unanimidade:-----

### **“PROPOSTA**

#### ***Condições de Aplicação dos Incentivos à Reabilitação Urbana*** ***Taxas Municipais***

2090 *Considerando que:*

2091 *a) O Município de Gouveia, na prossecução da sua estratégia municipal de*  
2092 *desenvolvimento urbano, atribui um papel central à reabilitação urbana*  
2093 *enquanto instrumento de qualificação e revitalização dos centros e*  
2094 *aglomerados urbanos do concelho;*

2095 *b) O Município de Gouveia deu início ao processo de programação da*  
2096 *reabilitação urbana no concelho com a delimitação da Área de*  
2097 *Reabilitação Urbana (ARU) do Centro Histórico de Gouveia e Área*  
2098 *Envolvente Consolidada (aprovada pela Assembleia Municipal em 17 de*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

2099 dezembro de 2014) para a qual se desenvolveu uma Operação de  
2100 Reabilitação Urbana (ORU), através da elaboração de um Programa  
2101 Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU). Já em 2018, foi aprovada a  
2102 Área de Reabilitação Urbana de Passarela e a Área de Reabilitação  
2103 Urbana de Ponte Nova (aprovadas pela Assembleia Municipal em 30 de  
2104 abril de 2018), e a Área de Reabilitação Urbana de Cativeiros e a Área de  
2105 Reabilitação Urbana de Vila Nova de Tazem (aprovadas pela Assembleia  
2106 Municipal em 28 de setembro de 2018);

2107 c) O Município de Gouveia pretende concluir o processo de Delimitação das  
2108 Áreas de Reabilitação Urbana dos restantes aglomerados Urbanos do  
2109 Concelho de Gouveia, para o que dispõe dos respetivos documentos  
2110 técnicos que vão permitir a sua apreciação e aprovação;

2111 d) Neste contexto, o Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (Decreto-Lei  
2112 n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de  
2113 agosto) determina, no seu artigo 67.º, que, no âmbito dos processos de  
2114 reabilitação urbana, para as áreas urbanas delimitadas como ARU,  
2115 podem ser estabelecidos regimes especiais de taxas municipais,  
2116 constantes de regulamento municipal, para incentivo à realização das  
2117 operações urbanísticas de reabilitação de edifícios, sendo necessário  
2118 assumir e aprovar a extensão e as regras da sua aplicação, objecto da  
2119 presente proposta.

### 2120 **PROPÕE-SE:**

2121 *Que de acordo com a legislação em vigor, a Assembleia Municipal delibere*  
2122 *aprovar as seguintes regras e condições de aplicação dos incentivos à*  
2123 *reabilitação urbana em sede de taxas municipais:*

2124 a) *Nas áreas territoriais que tenham sido sujeitas a delimitação de Área de*  
2125 *Reabilitação Urbana já aprovada nos termos do Regime Jurídico da*  
2126 *Reabilitação Urbana, passam a vigorar os seguintes incentivos à*  
2127 *reabilitação urbana:*

2128 i) *Isenção das taxas relativas a informações prévias e apreciação de*  
2129 *projetos de ampliação, reconstrução ou alteração;*

2130 ii) *Isenção das taxas a pagar pela concessão de licença ou autorização*  
2131 *de obras de ampliação, reconstrução ou alteração;*

2132 iii) *Isenção das taxas a pagar pela concessão de licença ou autorização*  
2133 *para a utilização de edificações ampliadas, reconstruídas ou*  
2134 *alteradas;*

2135 iv) *Isenção da taxa de ocupação da via pública por motivo de obras;*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

- 2136 v) *Isenção das taxas a pagar pela realização de vistorias relativas à*  
2137 *utilização ou conservação das edificações e de vistorias para efeitos*  
2138 *de propriedade horizontal;*
- 2139 vi) *Isenção da taxa pela realização, reforço e manutenção de*  
2140 *infraestruturas urbanísticas (TMU).*
- 2141 b) *As operações urbanísticas que poderão beneficiar das isenções de*  
2142 *pagamento de taxas municipais são todas aquelas que se enquadrem no*  
2143 *conceito de “reabilitação de edifícios” estabelecido no RJRU e que é*  
2144 *definido como “a forma de intervenção destinada a conferir adequadas*  
2145 *caraterísticas de desempenho e de segurança funcional, estrutural e*  
2146 *construtiva a um ou vários edifícios (...) ou a conceder-lhes novas*  
2147 *aptidões funcionais (...) com vista a permitir novos usos ou o mesmo uso*  
2148 *com padrões de desempenho mais elevados, podendo compreender uma*  
2149 *ou mais operações urbanísticas”.*
- 2150 c) *A aplicação das isenções de pagamento das taxas municipais restringe-se*  
2151 *às operações urbanísticas de reabilitação urbana das quais resulte um*  
2152 *estado de conservação dos edifícios em causa de, pelo menos, dois níveis*  
2153 *acima do verificado antes do início das mesmas. O estado de conservação*  
2154 *dos edifícios, antes e após a execução das ações de reabilitação, é*  
2155 *determinado, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de*  
2156 *31 de dezembro.*
- 2157 d) *A aplicação das isenções de pagamento das taxas municipais associadas*  
2158 *às operações urbanísticas de reabilitação de edifícios pressupõe o*  
2159 *pagamento de uma caução correspondente a 25% do valor das taxas,*  
2160 *determinado nos termos do Regulamento Municipal de Taxas, Tarifas e*  
2161 *Outras Receitas do Município de Gouveia, aquando da apresentação do*  
2162 *requerimento de licenciamento ou de autorização das operações*  
2163 *urbanísticas em causa. Após a conclusão das operações urbanísticas,*  
2164 *sempre que se verifique que a reabilitação do edifício tenha resultado*  
2165 *num aumento de, pelo menos, dois níveis do estado de conservação,*  
2166 *haverá lugar à restituição da caução. Nos casos em que as operações*  
2167 *urbanísticas levadas a cabo no edifício não tenham resultado num*  
2168 *aumento de dois níveis do estado de conservação, o requerente deverá*  
2169 *liquidar os restantes 75% do valor das taxas, calculado à data da*  
2170 *apresentação do requerimento de licença ou de autorização. Desta forma,*  
2171 *o pedido de autorização de utilização só poderá ser requerido após a*  
2172 *realização da vistoria para determinação do estado de conservação do*  
2173 *edifício resultante das ações de reabilitação.”*





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

2174  
2175 **PONTO 10 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE ISENÇÃO DO**  
2176 **PAGAMENTO DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE**  
2177 **TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS (IMT) PARA**  
2178 **APOIO A INVESTIMENTO REALIZADO NA ÁREA DO**  
2179 **MUNICÍPIO FORMULADO PELA EMPRESA**  
**SEACAMPO, SOCIEDADE AGRÍCOLA LDA**

2180 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal  
2181 autorizando o Senhor Presidente da Câmara a apresentar este ponto da ordem de  
2182 trabalhos.-----

2183 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que a proposta  
2184 prende-se com a aquisição por parte da empresa Seacampo de prédios sítos em  
2185 Quinta do Paço, Freguesia de Nespereira, Concelho de Gouveia, para o  
2186 desenvolvimento de atividade empresarial. A Lei permite que este órgão possa  
2187 aprovar esta isenção a título de incentivo e de estímulo à própria empresa desde  
2188 que sejam respeitadas e cumpridas determinadas regras que estão na Lei e que se  
2189 encontram na proposta em apreço.-----

2190 ----- De seguida o Senhor Presidente da Mesa declarou abertas as inscrições  
2191 para os Senhores Deputados que pretendessem intervir, não se verificando  
2192 nenhuma intervenção.-----

2193 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal,  
2194 colocando à votação o “**Pedido de Concessão de Isenção do Pagamento de**  
2195 **Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) para**  
2196 **Apoio a Investimento realizado na área do Município formulado pela**  
2197 **empresa SEACAMPO, Sociedade Agrícola Lda.**”, tendo sido deliberado o  
2198 seguinte:-----

### 2199 ***1. Enquadramento legal do pedido***

2200 *O Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais*  
2201 *(adiante designado por RFALEI), aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de*  
2202 *setembro, na sua atual redação, consagra, no seu artigo 15.º, o conjunto dos*  
2203 *poderes tributários dos municípios, de entre os quais se encontra o previsto na*  
2204 *alínea d), quanto à concessão de isenções e benefícios fiscais de tributos*  
2205 *próprios, nos quais se inclui o IMT, condicionado nos termos dos n.ºs 2 e 9 do*  
2206 *artigo 16.º.*

2207 *Assim, de acordo com o n.º 2 deste artigo, a Assembleia Municipal pode, por*  
2208 *proposta da Câmara Municipal, através de deliberação fundamentada que*  
2209 *inclui a estimativa da respetiva despesa fiscal, conceder isenções totais ou*  
2210 *parciais relativamente aos impostos e outros tributos próprios.*

2211 *Ora, sendo o produto da cobrança do imposto municipal sobre as*  
2212 *transmissões onerosas de imóveis (adiante IMT) de acordo com a alínea b), do*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

2213 *artigo 14.º do RFALEI, receita dos municípios, é possível, mediante deliberação*  
2214 *da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, e nos termos do*  
2215 *disposto no artigo 23.º-A do Código Fiscal do Investimento (CFI), conceder*  
2216 *isenção total ou parcial de IMT para apoio ao investimento realizado na área*  
2217 *do Município, desde que preenchidos os requisitos cumulativos previstos no*  
2218 *CFI, em particular no artigo 22.º, que estabelece o Regime Fiscal de Apoio ao*  
2219 *Investimento (RFAI) concretizando assim parcialmente o disposto no n.º 2 do*  
2220 *artigo 16.º do RFALEI.*

2221 *Nos termos do n.º 2 do artigo 2.º do CFI, por remissão do disposto no n.º 1 do*  
2222 *artigo 22.º do RFAI, os projetos de investimento abrangidos pelo RFAI devem*  
2223 *ter o seu objeto compreendido, nomeadamente nas seguintes atividades*  
2224 *económicas: “a) Indústria extrativa e indústria transformadora; b) Turismo,*  
2225 *incluindo as atividades com interesse para o turismo; c) Atividades e serviços*  
2226 *informáticos e conexos; d) Atividades agrícolas, aquícolas, piscícolas,*  
2227 *agropecuárias e florestais; e) Atividades de investigação e desenvolvimento e de*  
2228 *alta intensidade tecnológica; f) Tecnologias da informação e produção de*  
2229 *audiovisual e multimédia; g) Defesa, ambiente, energia e telecomunicações; h)*  
2230 *Atividades de centros de serviços partilhados.”*

2231 *Ainda de acordo com o n.º 3 do mesmo artigo 2.º, os códigos de atividade*  
2232 *económica (CAE) correspondentes às atividades referidas no n.º 2 estão*  
2233 *definidos na Portaria n.º 282/2014, de 30 de dezembro.*

2234 *Para além dos outros requisitos formais elencados no n.º 4 do mesmo artigo*  
2235 *22.º, exige-se, de acordo com as alíneas c) e f) – que o investimento relevante*  
2236 *tenha associada a criação e manutenção de postos de trabalho durante 3 ou 5*  
2237 *anos.*

2238 *Por seu lado, a Portaria n.º 297/2015, de 21 de setembro, que regulamenta*  
2239 *determinados aspetos do RFAI, compatibilizando-os com a legislação europeia*  
2240 *(Regulamento (UE) n.º 651/2014, de 16 de junho – Regulamento Geral de*  
2241 *Isenção por Categoria – RGIC) – prevê, na alínea d) do n.º 2, artigo 2.º, que os*  
2242 *benefícios fiscais elencados no artigo 23.º do CFI, onde se inclui a isenção de*  
2243 *IMT, se aplicam tanto à criação de novos estabelecimentos como ao aumento da*  
2244 *capacidade de um estabelecimento já existente.*

2245 *Reconhecendo que a conjugação dos pressupostos acima enunciados,*  
2246 *associada ao poder discricionário conferido aos órgãos municipais para o*  
2247 *reconhecimento daquilo que se entende por «investimento relevante»*  
2248 *evidenciava a necessidade de definição objetiva de indicadores que permitam*  
2249 *ao Município considerar a relevância do investimento para este efeito, e em*  
2250 *consonância definir o benefício a atribuir, a Câmara Municipal deliberou em*  
2251 *reunião ordinária datada de 21 de abril de 2016, e sequencialmente a*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

2252 Assembleia Municipal deliberou, em 29 de abril de 2016, considerar, para este  
2253 efeito, os seguintes pressupostos:

2254 a) O reconhecimento, por parte do Município de Gouveia da necessidade de  
2255 fixação de investimento produtivo na área do concelho, e a importância  
2256 que a atribuição de benefícios fiscais pode revestir na decisão das  
2257 empresas, por um lado, mas, igualmente o facto de estar em causa uma  
2258 despesa fiscal suportada pelo Município e, indiretamente, pelo conjunto  
2259 dos seus munícipes, sujeitos passivos do imposto;

2260 b) Na falta de concretização pelo legislador do que pode ser considerado  
2261 como “investimento relevante” e do número de postos de trabalho a criar,  
2262 entende-se como investimento mínimo com interesse para o Concelho, o  
2263 valor mínimo de € 56.114,83 correspondente a, aproximadamente, o  
2264 volume de negócios médio das empresas do concelho de Gouveia no ano  
2265 de 2014, e o acréscimo mínimo de dois postos de trabalho, sendo o  
2266 benefício fiscal a atribuir majorado, da isenção parcial de 50% até ao  
2267 máximo de 100% (total), nos seguintes termos:

<i>Volume de negócios total</i>	<i>N.º empresas total</i>	<i>Volume de negócios médio</i>
<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3=1/2</i>
67 562 253€	1204	56 114 83€

Fonte: INE –Dados relativos a 2014- Atividade económica Divisão CAE Ver. 3–  
Gouveia, atualizados 17.03.16

2268

<b>Reconhecimento de benefício fiscal - Isenção de IMT (RFAI)</b>			
<i>Indicadores</i>	<i>Benefício fiscal - Isenção</i>		
	<i>Parcial 50%</i>	<i>Parcial 75%</i>	<i>Total 100%</i>
<i>Valor do investimento</i>	> 56 114 83 €	> 120 000 €	> 180 000 €
<i>Criação líquida de postos de trabalho no Concelho – n.º de trabalhadores com contrato de trabalho sem termo</i>	> 2	> 4	> 6

### 2269 **2. Análise do pedido**

2270 A Seacampo, Sociedade Agrícola Lda., pessoa coletiva n.º 508863848, com  
2271 sede em Vila Nova de Tazem, Concelho de Gouveia, requereu ao Município de  
2272 Gouveia o reconhecimento da isenção de IMT para a aquisição que pretende  
2273 levar a cabo de prédios sitos em **Quinta do Paço, Freguesia de Nespereira,**  
2274 **Concelho de Gouveia, inscritos na freguesia de Nespereira sob os artigos**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

2275 *1284.º, 1175.º e 1161.º urbanos e o artigo 1213.º, rústico, todos descritos na*  
2276 *Conservatória do Registo Predial de Gouveia sob a descrição 1277, em nome*  
2277 *de Quinta da Nespereira, Sociedade Agrícola SA.*

2278 *Para esse efeito, juntou os seguintes documentos:*

- 2279 *1. Requerimento, datado de 2 de agosto de 2018, dirigido ao Senhor*  
2280 *Presidente da Câmara Municipal de Gouveia, para reconhecimento da*  
2281 *isenção do pagamento de imposto (IMT) que caracteriza o investimento a*  
2282 *realizar no local, identificando o seu montante (500.000€), sendo no*  
2283 *mesmo igualmente assumido um compromisso no que respeita ao*  
2284 *aumento do número de postos de trabalho da empresa em 7 (sete), em*  
2285 *adição aos 22 postos de trabalho que já tem, e da sua manutenção pelo*  
2286 *período mínimo de 3 anos;*
- 2287 *2. Certidão permanente com o código 3315-6648-2765 da empresa na qual*  
2288 *se identifica como um dos seus gerentes o Sr. Albano Marques Seabra,*  
2289 *contribuinte n.º 190019301, que subscreveu o presente pedido, sendo a*  
2290 *forma de obrigar a empresa a intervenção de um gerente;*
- 2291 *3. Cópia da ata da assembleia geral ordinária n.º 26, datada de 02 de abril*  
2292 *de 2018, na qual se deliberou a compra dos prédios supra identificados,*  
2293 *que irão constituir um ativo fixo da empresa, que, de acordo com a*  
2294 *referida ata, “(...)se destina à prossecução dos fins da sociedade, tais*  
2295 *como o aumento da área de vinha própria para expansão do negócio*  
2296 *agrícola e a produção de vinhos e para a promoção das duas marcas pelo*  
2297 *enoturismo”;*
- 2298 *4. Caderneta predial dos prédios urbanos e rústico, supra identificados,*  
2299 *objeto da aquisição a efetuar;*
- 2300 *5. Certidões de não dívida da Seacampo, Sociedade Agrícola Lda., à*  
2301 *Segurança Social e à Autoridade Tributária e Aduaneira;*
- 2302 *6. Certificação emitida pela Autoridade Tributária e Aduaneira com o*  
2303 *código de validação NBZQNLXFULER, na qual se atesta que a*  
2304 *Seacampo, Sociedade Agrícola Lda, pessoa coletiva PT 508863848,*  
2305 *exerce as atividades a que correspondem de acordo com o sistema de*  
2306 *gestão e registo de contribuintes, os códigos 01210 - Viticultura, 11021 -*  
2307 *Produção de vinhos comuns e licorosos, 38322 - Valorização de resíduos*  
2308 *não metálicos, 72110 - Investigação e desenvolvimento em biotecnologia;*
- 2309 *7. Declaração subscrita pelo TOC responsável, na qual este comprova que a*  
2310 *empresa tem contabilidade organizada, não se encontra em situação de*  
2311 *dificuldade financeira, nos termos do ponto 2.2 da comunicação da*  
2312 *Comissão n.º C249, de 31 de julho de 2014, e o seu lucro tributável não é*  
2313 *determinado por métodos indiretos;*





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

2314 8. *Certificado emitido pelo IAPMEI nos termos do qual se comprova que a*  
2315 *Seacampo satisfaz os requisitos de Pequena empresa (nos termos do n.º 2,*  
2316 *do artigo 2.º da Anexo da Recomendação da Comissão 2003/361/CE-*  
2317 *IAPMEI de 6 de maio de 2003);*

2318 9. *Simulação de cálculo do valor de IMT a pagar relativo aos prédios a*  
2319 *adquirir;*

2320 10. *Documento que comprova o número de trabalhadores que exercem*  
2321 *funções na empresa (Mapa de seguros);*

2322 11. *IES/DA – Informação Empresarial Simplificada/Declaração anual de*  
2323 *informação contabilística e fiscal, relativa aos anos 2015 e 2016;*

2324 *Feita a análise da documentação entregue pela requerente, importa verificar*  
2325 *se está cumprido o disposto no artigo 22.º do CFI.*

2326 *Ora, em primeiro lugar, uma vez que o RFAI é aplicável aos sujeitos passivos*  
2327 *de IRC que exerçam uma atividade nos sectores especificamente previstos no n.º*  
2328 *do artigo 2.º do CFI, verifica-se que a empresa requerente exerce atividade de*  
2329 *acordo com o CAE 01210, mas também de acordo com os CAE 11021 e 72110,*  
2330 *atividades que, de acordo com o n.º 1 do referido artigo, estão previstas no n.º 2*  
2331 *do artigo 2.º do CFI, tendo em consideração os códigos de atividade definidos*  
2332 *na portaria n.º 282/2014 de 30 de dezembro, integrando-se nas alínea b) e i) do*  
2333 *artigo 2.º da referida portaria – divisões 11 e 72, Produção de vinhos comuns e*  
2334 *licorosos e Investigação e desenvolvimento em biotecnologia (conforme a CAE*  
2335 *Ver. 3, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro, na sua*  
2336 *atual redação).*

2337 *O investimento a efetuar pela empresa é uma aplicação relevante que se*  
2338 *enquadra na alínea ii) do n.º 2 artigo 22.º do CFI, porquanto se trata da*  
2339 *aquisição de prédios urbanos e de um prédio rústico, que são ativos fixos*  
2340 *tangíveis a afetar à exploração da mesma empresa.*

2341 *A Seacampo Sociedade Agrícola Lda, aqui requerente, enquadra-se na*  
2342 *categoria das pequenas empresas, de acordo com o certificado emitido pelo*  
2343 *IAPMEI que juntou.*

2344 *Em seguida, de acordo com o n.º 4 do referido artigo, apenas podem*  
2345 *beneficiar dos incentivos fiscais previstos no presente capítulo os sujeitos*  
2346 *passivos de IRC que preenham cumulativamente as seguintes condições:*

2347 *a) disponham de contabilidade regularmente organizada, de acordo com a*  
2348 *normalização contabilística e outras disposições legais em vigor para o*  
2349 *respetivo setor de atividade – A empresa demonstrou dispor de contabilidade*  
2350 *organizada, de acordo com a declaração subscrita pelo TOC responsável, que*  
2351 *aqui se dá por reproduzida, para os devidos e legais efeitos;*





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

2352 *b) o seu lucro tributável não seja determinado por métodos indiretos - confirma-*  
2353 *se, de acordo com a documentação entregue, subscrita pelo TOC responsável,*  
2354 *que o lucro tributável da Seacampo Sociedade Agrícola Lda. não é determinado*  
2355 *por métodos indiretos;*

2356 *c) mantenham na empresa e na região durante um período mínimo de três anos*  
2357 *a contar da data dos investimentos, no caso de micro, pequenas e médias*  
2358 *empresas tal como definidas na Recomendação n.º 2003/361/CE, da Comissão*  
2359 *de 6 de maio de 2003 (...) os bens objeto do investimento, o que resulta do*  
2360 *compromisso assumido pela Seacampo no referido pedido;*

2361 *d) não sejam devedores ao Estado e à segurança social de quaisquer*  
2362 *contribuições, impostos ou quotizações ou tenham o pagamento dos seus débitos*  
2363 *devidamente assegurado – comprovou-se que se verifica o cumprimento desta*  
2364 *alínea através das declarações de não dívida entregues pela aqui requerente;*

2365 *e) não sejam consideradas empresas em dificuldade nos termos da comunicação*  
2366 *da Comissão – Orientações relativas aos auxílios estatais de emergência e à*  
2367 *reestruturação concedidos a empresas não financeiras em dificuldade,*  
2368 *publicada no Jornal Oficial da União Europeia, n.º C 249, de 31 de julho de*  
2369 *2014 - a Seacampo Sociedade Agrícola Lda não se encontra em dificuldade*  
2370 *financeira, conforme foi atestado pelo TOC responsável;*

2371 *f) efetuem investimento relevante que proporcione a criação de postos de*  
2372 *trabalho e a sua manutenção até ao final do período mínimo de manutenção dos*  
2373 *bens objeto de investimento, nos termos da alínea c) – a empresa compromete-*  
2374 *se a criar 7 postos de trabalho (atualmente tem 22) devendo mantê-los até ao*  
2375 *final do referido período;*

2376 *Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do RFALEI, de*  
2377 *acordo com a simulação de cálculo de IMT apresentada pela requerente, a*  
2378 *estimativa do valor da despesa fiscal líquida a suportar ascende a 55.287,47€,*  
2379 *conforme a seguir se demonstra:*

<b>Artigo Matricial</b>	<b>Natureza</b>	<b>Área</b>	<b>Valor Patrimonial</b>	<b>Valor Atribuído</b>	<b>Taxa</b>	<b>Valor Imposto</b>
1284	Urbano	2665 m <sup>2</sup>	242 100,00 €	250 000,00 €	6,5%	16 250,00 €
1175	Urbano	130,5 m <sup>2</sup>	26 901,70 €	92 000,00 €	6,5%	5980,00 €
1161	Urbano	219 m <sup>2</sup>	33 926,13 €	34 000,00 €	6,5%	2210,00 €
1213	Rústico	26,3326 ha	6 783,83 €	616 949,45 €	5%	30 847,47 €
<b>TOTAIS</b>			<b>309 711,66 €</b>	<b>992 949,45 €</b>		<b>55 287,47 €</b>

2380

2381 *Ora, o dever de fundamentação previsto no n.º 2 do artigo 16.º do RFALEI*  
2382 *passa, necessariamente, por justificar a contrapartida da isenção tendo em*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

2383 *consideração a relevância do investimento a realizar pela empresa em causa no*  
2384 *contexto do Concelho de Gouveia.*

2385 *Nesse sentido, os motivos justificativos que foram alegados pela requerente*  
2386 *são atendíveis, uma vez que são geradores de riqueza para o Concelho,*  
2387 *originando um investimento proposto pela requerente de 500.000€ no local, e a*  
2388 *criação de mais 7 postos de trabalho.*

2389 *Neste contexto, o investimento que a aqui requerente propõe levar a cabo irá,*  
2390 *de acordo com o que foi proposto, promover a valorização dos produtos*  
2391 *endógenos e o turismo no Concelho, em consonância com a estratégia definida*  
2392 *pelo Município de promoção do turismo local.*

2393 *Por conseguinte, **delibera a Assembleia Municipal de Gouveia, por***  
2394 ***unanimidade, com o limite fixado no n.º 1 do artigo 11.º das Normas de***  
2395 ***Execução Orçamental para o Ano 2018, no valor de 50.000€**, de acordo com o*  
2396 *que foi deliberado pela Câmara Municipal em 29.11.2017 e pela Assembleia*  
2397 *Municipal a 15.12.2017, nos termos do disposto nos números 2 e 9 do artigo*  
2398 *16.º do RFALEI, dos artigos 22.º e 23-Aº do CFI, e do disposto na alínea ccc)*  
2399 *do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua*  
2400 *atual redacção e de acordo com os critérios (pressupostos) de atribuição do*  
2401 *benefício de isenção já definidos pela Assembleia Municipal, em deliberação*  
2402 *tomada em 29 de abril de 2016, o seguinte:*

2403 *1) **Reconhecer o direito à isenção total do pagamento do IMT**, referente à*  
2404 *aquisição a efetuar pela empresa Seacampo Sociedade Agrícola Lda., de*  
2405 *prédios sítos em Quinta do Paço, Freguesia de Nespereira, Concelho de*  
2406 *Gouveia, inscritos na freguesia de Nespereira sob os artigos 1284.º,*  
2407 *1175.º e 1161.º urbanos e o artigo 1213.º, rústico, todos descritos na*  
2408 *Conservatória do Registo Predial de Gouveia sob a descrição 1277, em*  
2409 *nome de Quinta da Nespereira, Sociedade Agrícola SA., ao abrigo do*  
2410 *referido n.º 2 e 9 do artigo 16.º do RFALEI e do Regime Fiscal de Apoio*  
2411 *ao Investimento, regulado nos artigos 22.º e 23-A do CFI e,*  
2412 *sequencialmente, **conceder à empresa Seacampo Sociedade Agrícola***  
2413 ***Lda., essa isenção total do pagamento do IMT, referente à citada***  
2414 ***aquisição**, ao abrigo das já referidas disposições legais.*

2415 *2) Para os efeitos do que dispõem as alíneas c) e f, do n.º 4 do artigo 22.º do*  
2416 *CFI, a requerente deverá manter na empresa e na região, **pelo período***  
2417 ***de 3 anos a contar da data do investimento, os bens objeto do***  
2418 ***investimento, assim como os sete postos de trabalho que se compromete***  
2419 ***a criar**, sob pena de, em caso de incumprimento, ser adicionado ao IRC*  
2420 *relativo ao período de tributação em que alienou os bens objeto do*  
2421 *investimento o imposto que deixou de ser liquidado em virtude da*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

2422 aplicação do regime fiscal de apoio ao investimento, acrescido dos  
2423 correspondentes juros compensatórios majorados em dez pontos  
2424 percentuais, tudo nos termos do disposto no artigo 26.º do CFI.

2425 3) Para controlo do cumprimento do disposto na presente deliberação, a  
2426 empresa requerente deverá igualmente fazer prova junto do Município,  
2427 no termo do referido período, do cumprimento do disposto nas referidas  
2428 alíneas c) e f) do n.º 4 do artigo 22.º do CFI, bem como deverá  
2429 apresentar documentação económico-financeira que comprove ter  
2430 efetivamente realizado o investimento de 500.000 € que se propõe levar  
2431 a cabo.

2432 4) Por último, sem prejuízo do entendimento da Associação Nacional de  
2433 Municípios<sup>1</sup>, a Assembleia Municipal delibera, ainda, no sentido de fazer  
2434 fé perante a Autoridade Tributária e Aduaneira, reconhecer nos termos  
2435 do n.º 3 do artigo 10.º do CIMT que se encontram comprovados os  
2436 requisitos previstos na alínea h) do artigo 6.º do CIMT<sup>2</sup>, porquanto a  
2437 Seacampo, Sociedade Agrícola Lda. irá destinar o bem a adquirir ao  
2438 exercício de actividade industrial que se considera ser de superior  
2439 interesse económico e social para a região, pelos motivos atrás expostos.

2440 **PONTO 11 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE**  
2441 **"CONSTITUIÇÃO DE EMPRESA INTERMUNICIPAL**  
2442 **(MUNICÍPIO DE GOUVEIA, MUNICÍPIO DE SEIA,**  
2443 **MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL,**  
2444 **MUNICÍPIO DE FORNOS DE ALGODRES E**  
2445 **MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA) E**  
2446 **INTEGRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOUVEIA NA**  
2447 **MESMA, BEM COMO A AGREGAÇÃO DOS**  
2448 **SERVIÇOS DE ÁGUA, SANEAMENTO E OUTROS**  
2449 **SERVIÇOS"**

----- Este ponto foi retirado da ordem de trabalhos.-----

2451 **PONTO 12 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE**  
2452 **APROVAÇÃO DA DELIMITAÇÃO DAS SEGUINTE**  
2453 **ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA: ARU DE**  
2454 **ALDEIAS (INCLUI OS AGLOMERADOS DE**  
2455 **ALROTE, EIRA E SÃO COSMADO), ARU DE**

<sup>1</sup> Que subscrevemos e consta do ofício 253/2016-SF precedente desta entidade, datado de 14.04.2016, segundo o qual "(...)o requerimento de isenção de IMT ao abrigo da alínea h) do artigo 6.º do CIMT e a inerente atribuição de isenção total do referido imposto municipal se considera prejudicada por ausência de densificação de tal normativo legal, em particular de critério que concretize as "regiões economicamente mais desfavorecidas"(...)"

<sup>2</sup> De acordo com a alínea h), do artigo 6.º do CIMT, ficam isentos de IMT as aquisições de bens situados nas regiões economicamente mais desfavorecidas, quando efectuadas por sociedades comerciais ou civis sob a forma comercial, que os destinem ao exercício, naquelas regiões, de actividades agrícolas ou industriais consideradas de superior interesse económico e social



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUEIA

2456 ARCOZELO DA SERRA, ARU DE FIGUEIRÓ DA  
2457 SERRA, ARU DE FOLGOSINHO, ARU DE FREIXO  
2458 DA SERRA, ARU DE LAGARINHOS, ARU DE  
2459 MANGUALDE DA SERRA, ARU DE MELO E  
2460 NABAINHOS (INCLUIS OS AGLOMERADOS DE  
2461 MELO E DE NABAINHOS), ARU DE MOIMENTA DA  
2462 SERRA, ARU DE NABAIS, ARU DE NESPEREIRA  
2463 (INCLUI OS AGLOMERADOS DE NESPEREIRA E  
2464 BAIRRO DE SANTO ANTÓNIO), ARU DE  
2465 NOVELÃES, ARU DE PAÇOS DA SERRA, ARU DE  
2466 PÓVOA DA RAINHA, ARU DE RIBAMONDEGO, ARU  
2467 DE RIO TORTO, ARU DE SÃO PAIO, ARU DE VILA  
2468 CORTÊS DA SERRA, ARU DE VILA FRANCA DA  
2469 SERRA E ARU DE VINHÓ

2470 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal  
2471 autorizando o Senhor Presidente da Câmara a apresentar este ponto da ordem de  
2472 trabalhos.-----

2473 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que se trata da  
2474 conclusão do compromisso de definir áreas de reabilitação urbana em todas as  
2475 freguesias do concelho precisamente para que possa haver um estímulo à  
2476 reabilitação dos imóveis nessas freguesias. Isso destina-se a incentivar e a ajudar  
2477 à requalificação de imóveis que estão em avançado estado de degradação,  
2478 ficando deste modo o concelho completamente contemplado.-----

2479 ----- De seguida o Senhor Presidente da Mesa declarou abertas as inscrições  
2480 para os Senhores Deputados que pretendessem intervir.-----

2481 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Folgoso  
2482 solicitando que, com alguma urgência, que lhe fosse enviado o mapa de  
2483 reabilitação.-----

2484 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocando  
2485 à votação a **“PROPOSTA DE APROVAÇÃO DA DELIMITAÇÃO DAS**  
2486 **ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA”**, que a seguir se reproduz, tendo  
2487 sido a proposta e respetivos documentos técnicos **aprovados, por**  
2488 **unanimidade:**-----

### **“PROPOSTA**

#### ***Aprovação da Delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana***

2491 *Considerando que:*

2492 ✓ *O Município de Gouveia deu início ao processo de programação da*  
2493 *reabilitação urbana no concelho com a delimitação da Área de*  
2494 *Reabilitação Urbana (ARU) do Centro Histórico de Gouveia e Área*





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

- 2495 *Envolvente Consolidada (aprovada pela Assembleia Municipal em 17 de*  
2496 *dezembro de 2014) para a qual se desenvolveu uma Operação de*  
2497 *Reabilitação Urbana (ORU), através da elaboração de um Programa*  
2498 *Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU).*
- 2499 ✓ *Em 2018, foi aprovada a Área de Reabilitação Urbana de Passarela, a*  
2500 *Área de Reabilitação Urbana de Ponte Nova, Cativelos e Vila Nova de*  
2501 *Tazem.*
- 2502 ✓ *A Câmara Municipal pretende, agora, alargar o processo de reabilitação*  
2503 *urbana a outros aglomerados urbanos do concelho, o que, num primeiro*  
2504 *momento, se traduzirá na delimitação de novas áreas de reabilitação*  
2505 *urbana.*
- 2506 ✓ *O Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (Decreto-Lei n.º 307/2009, de*  
2507 *23 de outubro, alterado e republicado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de*  
2508 *agosto) estabelece os objetivos e procedimentos de programação e*  
2509 *execução da reabilitação urbana, atribuindo aos proprietários dos*  
2510 *edifícios ou frações o dever de assegurar a reabilitação dos mesmos e aos*  
2511 *Municípios a responsabilidade de promoção da reabilitação urbana*  
2512 *através da delimitação de áreas de reabilitação urbana e da aprovação*  
2513 *das respetivas operações de reabilitação urbana.*
- 2514 ✓ *De acordo com o artigo 12.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana*  
2515 *(RJRU), as áreas de reabilitação urbana incidem sobre espaços urbanos*  
2516 *que, em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos*  
2517 *edifícios, das infraestruturas, dos equipamentos de utilização coletiva e*  
2518 *dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva, justifiquem uma*  
2519 *intervenção integrada, através de uma operação de reabilitação urbana.*  
2520 *Assim definidas, as áreas de reabilitação urbana podem abranger*  
2521 *diferentes tipologias de espaços urbanos, designadamente, áreas e*  
2522 *centros históricos, património cultural imóvel classificado ou em vias de*  
2523 *classificação, áreas urbanas degradadas ou zonas urbanas consolidadas.*
- 2524 ✓ *Neste quadro legal, a atuação dos Municípios em matéria de planeamento*  
2525 *e programação da reabilitação urbana reveste-se de uma grande*  
2526 *importância para o desenvolvimento e qualificação dos aglomerados*  
2527 *urbanos concelhios.*
- 2528 ✓ *Cabe aos Municípios identificar as áreas urbanas que deverão ser alvo de*  
2529 *um programa territorializado de reabilitação urbana, definir os objetivos*  
2530 *que orientarão esse programa, estabelecer o quadro de incentivos fiscais*  
2531 *e de apoios financeiros à reabilitação urbana e desenvolver as formas de*  
2532 *operacionalização da estratégia de reabilitação urbana.*





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUEIA

2533 *Proponho à Assembleia Municipal que aprove a Proposta de Delimitação de*  
2534 *Áreas de reabilitação urbana dos seguintes aglomerados urbanos, de acordo*  
2535 *com o documento técnico em anexo:*

- 2536 ▪ *Alrote – União de Freguesias de Aldeias e Mangualde da Serra*
- 2537 ▪ *Arcozelo – Freguesia de Arcozelo*
- 2538 ▪ *Bairro de Santo António – Freguesia de Nespereira*
- 2539 ▪ *Catavelos – Freguesia de Catavelos*
- 2540 ▪ *Dobreira – Freguesia de Catavelos*
- 2541 ▪ *Eira – União de Freguesias de Aldeias e Mangualde da Serra*
- 2542 ▪ *Figueiró da Serra – União de Freguesias de Figueiró da Serra e Freixo da*  
2543 *Serra*
- 2544 ▪ *Folgosinho – Freguesia de Folgosinho*
- 2545 ▪ *Freixo da Serra – União de Freguesias de Figueiró da Serra e Freixo da Serra*
- 2546 ▪ *Lagarinhos – União de Freguesias de Rio Torto e Lagarinhos*
- 2547 ▪ *Mangualde da Serra – União de Freguesias de Aldeias e Mangualde da Serra*
- 2548 ▪ *Melo – União de Freguesias de Melo e Nabais*
- 2549 ▪ *Moimenta da Serra – União de Freguesias de Moimenta da Serra e Vinhó*
- 2550 ▪ *Nabainhos – União de Freguesias de Melo e Nabais*
- 2551 ▪ *Nabais – União de Freguesias de Melo e Nabais*
- 2552 ▪ *Nespereira – Freguesia de Nespereira*
- 2553 ▪ *Novelães – União de Freguesias de Rio Torto e Lagarinhos*
- 2554 ▪ *Paços da Serra – Freguesia de Paços da Serra*
- 2555 ▪ *Póvoa da Rainha – Freguesia de Catavelos*
- 2556 ▪ *Ribamondego – Freguesia de Ribamondego*
- 2557 ▪ *Rio Torto – União de Freguesias de Rio Torto e Lagarinhos*
- 2558 ▪ *São Cosmado – União de Freguesias de Aldeias e Mangualde da Serra*
- 2559 ▪ *São Paio – Freguesia de São Paio*
- 2560 ▪ *Tazem – Freguesia de Vila Nova de Tazem*
- 2561 ▪ *Vila Cortês da Serra – Freguesia de Vila Cortês da Serra*
- 2562 ▪ *Vila Franca da Serra – Freguesia de Vila Franca da Serra*
- 2563 ▪ *Vila Nova de Tazem – Freguesia de Vila Nova de Tazem*
- 2564 ▪ *Vinhó – União de Freguesias de Moimenta da Serra e Vinhó*

2565 **PONTO 13 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA**  
2566 **APRESENTADA PELA BANCADA MUNICIPAL**  
2567 **DA CDU SOBRE O TEMA RELACIONADO COM**  
2568 **O ABASTECIMENTO DE ÁGUA**

~~2569~~ ----- Este ponto foi retirado da ordem de trabalhos.-----

2571 **PONTO 14 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA RECOMENDAÇÃO**  
**APRESENTADA PELA BANCADA MUNICIPAL DA**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUEIA

2572  
2573  
2574

### CDU RELATIVAMENTE À DEFICITÁRIA ILUMINAÇÃO NA CIDADE, SEUS ARREDORES E VIAS DE COMUNICAÇÃO

2575 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal  
2576 autorizando o Senhor Deputado Constantino Matos (CDU) a apresentar este  
~~2577~~ ponto da ordem de trabalhos.-----

2579 ----- Usou da palavra o Senhor Deputado Constantino Matos (CDU) referindo  
2580 que a CDU entendeu apresentar esta Recomendação, na medida em que começa  
2581 a tornar-se perigoso circular em determinadas vias da cidade. Há cruzamentos  
2582 que estão praticamente às escuras durante a noite, apesar de haver luminárias,  
2583 porém, as mesmas estão desligados. É exemplo disso os cruzamentos de S. Paio,  
2584 Nabais e Melo, em que se torna bastante perigoso circular nessas estradas  
2585 durante a noite e com chuva.-----

2586 Assim, pretendia recomendar ao Município, dentro dos seus poderes, que  
2587 conseguisse de alguma forma solucionar esta situação, uma vez que coloca em  
risco não só quem cá vive, mas também quem nos visita.-----

2588 ----- De seguida o Senhor Presidente da Mesa declarou abertas as inscrições  
~~2589~~ para os Senhores Deputados que pretendessem intervir.-----

2591 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que é intenção  
2592 da Câmara realizar um estudo sobre a questão elétrica do concelho de Gouveia,  
2593 inclusive, já foi realizada uma reunião com o respetivo técnico e que contou com  
2594 a presença dos Senhores Vereadores, pelo que vão avançar com esse estudo para  
2595 definir o que é que é necessário fazer para que haja uma melhor iluminação. Não  
2596 significa com isso que vão passar a ter mais luminárias, mas que haja melhor  
2597 iluminação, sobretudo, nos pontos mais importantes.-----

2598 Pensa que esta questão e este tema, neste momento, não são oportunos, uma vez  
2599 que vão realizar esse estudo, sendo que está para muito breve o procedimento  
2600 para a contratação desse serviço. Considera que se deveria aguardar primeiro  
2601 pelo resultado desse estudo e depois decidir em conformidade.-----

2602 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gouveia  
2603 referindo que nesta questão da iluminação, o Senhor Deputado Constantino  
2604 Matos (CDU) já se referiu à falta de iluminação nos nós rodoviários e das  
2605 ligações rodoviárias. Aproveita para lembrar a intervenção que fez na  
2606 Assembleia, no que diz respeito à iluminação pública nos núcleos urbanos que,  
2607 como se sabe, continua a não estar muito bem. Sabe-se que o procedimento e o  
2608 relacionamento com a EDP passou para um novo patamar, deixaram de ser  
2609 feitas as reclamações diretamente através das Juntas de Freguesia pelos  
2610 mecanismos que existiam, para aqueles números telefónicos com atendimento  
pelos Call Centers ou através de e-mail, para passar a haver uma plataforma



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

2611 digital onde são comunicadas as avarias existentes na rede de iluminação,  
2612 plataforma essa que tem um interlocutor, é gerida ao nível do Município, pelo  
2613 Sr. Eng.º Rui Paulino, qualquer reporte de uma avaria é dada ao Município para  
2614 ser colocada na plataforma.-----  
2615 Mesmo assim, nota-se que há falhas no sistema e continua a haver na zona  
2616 urbana ruas e candeeiros completamente apagados durante largos períodos de  
2617 tempo, durante meses, e sem resolução.-----  
2618 Não sabe se houve ou não algum contacto com a EDP do ponto de vista  
2619 operacional para articular melhor essas questões, porque se é importante essa  
2620 questão da iluminação dos nós e da rede rodoviária nas estradas, não é menos  
2621 importante, antes pelo contrário, que nos núcleos urbanos a iluminação pública  
2622 seja o mínimo exigível a uma empresa como a EDP.-----  
2623 ----- Usou da palavra a Senhora Deputada Susana Seara Pires (PPD/PSD) que  
2624 no seguimento das explicações prestadas pelo Senhor Presidente da Câmara, o  
2625 qual informou que se encontra em curso o pedido para a elaboração de um  
2626 estudo sobre esta matéria, a bancada do PPD/PSD votará contra a  
2627 Recomendação da CDU.-----  
2628 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que indo de  
2629 encontro às palavras do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gouveia,  
2630 mas que os restantes Presidentes de Junta também se deparam com o mesmo  
2631 problema, tal como a própria Câmara, alteraram a forma de fazer os contactos e  
2632 quanto mais sofisticados são os contactos menos eles são eficazes. Já teve a  
2633 oportunidade de transmitir isso a alguns responsáveis. São vários os casos de  
2634 reclamações, sejam na freguesia de Melo, S.Paio, Gouveia, entre outras, e já  
2635 teve a oportunidade de transmitir ao responsável da EDP que a Câmara não se  
2636 relaciona com esta entidade através de plataformas ou de call centers, fazem-no  
2637 por e-mail diretamente ao responsável da empresa, para que os problemas sejam  
2638 solucionados. Pensa que já se verificou alguma alteração, os assuntos passaram  
2639 a resolver-se de uma forma mais rápida e, quando acontecer algum caso, pediu  
2640 aos Senhores Presidentes de Junta que lhes façam chegar de forma mais rápida  
2641 possível a sinalização dos locais para que possam junto da EDP fazer o contato  
2642 para que os problemas sejam resolvidos.-----  
2643 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal,  
2644 colocando à votação a **“RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELA**  
2645 **BANCADA MUNICIPAL DA CDU RELATIVAMENTE À DEFICITÁRIA**  
2646 **ILUMINAÇÃO NA CIDADE, SEUS ARREDORES E VIAS DE**  
2647 **COMUNICAÇÃO”**, tendo sido o documento reprovado, com **vinte (20) votos**  
2648 **contra** por parte do Grupo Parlamentar do PPD/PSD, **três (3) abstenções** por  
2649 parte do Grupo Parlamentar do CDS/PP, Presidente da Junta de freguesia de



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA**

2650 Folgosinho e Senhor Deputado Luis António Vicente Gil Barreiros e **treze (13)**  
2651 **votos a favor** por parte dos Grupos Parlamentares do PS e CDU.-----

2652 **PONTO 15 - INFORMAÇÕES DAS ATIVIDADES DO SENHOR**  
2653 **PRESIDENTE E SITUAÇÃO FINANCEIRA A 06/12/2018**

2654 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal  
2655 autorizando o Senhor Presidente da Câmara a apresentar este ponto da ordem de  
2656 trabalhos.-----

2657 ----- Usou da palavra o Senhor Vereador Joaquim Lourenço para dizer que, em  
2658 relação às obras protocoladas/contratos mistos que não estão concluídas, mas  
2659 que estão a decorrer, é evidente que se vão manter válidas no próximo ano,  
2660 devidamente justificadas. Aquelas que não tiveram início em 2018, recomendou  
2661 que sejam feitas as renovações das candidaturas até ao dia 31 de dezembro.-----

2662 ----- De seguida o Senhor Presidente da Mesa declarou abertas as inscrições  
2663 para os Senhores Deputados que pretendessem intervir não se verificando  
2664 nenhuma intervenção.-----

2665 ----- Nos termos do n.º 3 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro,  
2666 foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta as deliberações referentes  
2667 aos **Pontos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10 e 12** da presente “**Ordem do Dia**”, de modo  
2668 a produzir efeitos imediatos. -----

2669 ----- Nada mais havendo a tratar, pelo Senhor Presidente da Mesa foi declarada  
2670 encerrada a reunião pelas vinte e quatro horas e quarenta e cinco minutos, da  
2671 qual e para constar se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será  
2672 assinada pelo Senhor Presidente da Mesa e pela sua 1.ª Secretária. -----

2673

2674

2675

**O Presidente da Assembleia Municipal**

2676

2677

2678

2679

**(Luís António Vicente Gil Barreiros)**

2680

2681

2682

**A 1.ª Secretária da Assembleia Municipal**

2683

2684

2685

2686

**(Ana Paula Alves Morgado Mendes)**